

FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA-VALE

A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS  
ESCRITO DO BRASIL: CONTÍNUO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

0300078402



ARARAQUARA  
2005

**FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA-VALE**

A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS

ESCRITO DO BRASIL: CONTÍNUO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO



p/3045



**ARARAQUARA**

**2005**

FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA-VALE

A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO DO  
BRASIL: CONTÍNUO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e  
Letras - UNESP - Câmpus de Araraquara - como requisito  
parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras  
Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

**ARARAQUARA**

**2005**

Hirata-Vale, Flávia Bezerra de Menezes

A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático / Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale. - 2005

158 f. : 30 cm

Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

Orientador: Maria Helena de Moura Neves

1. Língua Portuguesa (Brasil). 2. Lingüística. I. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA-VALE**

**A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS ESCRITO DO BRASIL:  
CONTÍNUO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO**

Tese de Doutorado defendida no dia 07 de outubro de 2005 perante Banca Examinadora  
composta pelos membros

Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat

Profa. Dra. Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva

Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo

Prof. Dr. José Dejalma Dezotti

*Para o Oto, condição sine qua non*

*Para a Taísa, uma feliz ocorrência*

*Para a Laura, a ocorrência perfeita*

*Para minha mãe e meu pai, que me fizeram realidade*

## AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Helena de Moura Neves, pela confiança em meu trabalho nesses anos de pós-graduação. E agradeço, também, ao Sr. Geraldo Neves, por me receber em sua casa, sempre com atenção, paciência, e um "dedo de conversa calmante".

As Professoras Doutoras Rosane de Andrade Berlinck, Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Maria Luiza Braga e Maria Beatriz Decat, que me acompanham desde o mestrado, meus agradecimentos pelo apoio em várias etapas da minha vida acadêmica.

Aos professores Bento Carlos Dias da Silva e Beatriz Nunes de Oliveira Longo, pelo curso tão importante sobre semântica. Agradeço, principalmente, a oportunidade, que outros não terão, de ter discutido exaustivamente o que é semântica e o que é pragmática.

À Elizabeth Closs Traugott (Stanford University) e ao Scott Schwenter (Ohio State University), pela atenção ao esclarecerem as dúvidas de uma brasileira desconhecida.

À Jacqueline Visconti e ao Sebastião Carlos Leite Gonçalves, por terem gentilmente me enviado seus textos.

A Vânia Cristina Casseb Galvão, por ter me ouvido tantas vezes, pelas sugestões, e, mais do que tudo, por ter sido tão amiga, deixo meu agradecimento, com a certeza de que muito ainda faremos juntas.

Ao Juliano Desiderato Antônio, amigo de pós-graduação, pelos conselhos sempre pertinentes, pelas conversas sempre divertidas, pelo companheirismo em todos os momentos.

Às minhas mais queridas "protetoras" em Araraquara, Gladis Almeida e Ucy Soto, por terem me mostrado que pesquisa implica amizade, saudades de uma época tão especial e decisiva para todos nós.

Aos amigos Anselmo Pessoa Neto e Maristela Novaes, Brenda Veloso, Daniela Angelucci de Amorim, Edvaldo e Francimária Bergamo, Joana Plaza Pinto, Luís Araújo Pereira, Manoel de Souza e Silva, Mário Luiz Frungillo, Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, Mônica Veloso Borges, Ofir Bergemann de Aguiar, Rodrigo e Anriete Caldas, Rosane Rocha Pessoa, Simone Carneiro, Simone Mastrela e Tânia Ferreira Rezende que, junto comigo, esperavam por esse fim.

À minha família - vovó Lygia, vovô Bezerra, tias, tios, primos e primas -, por ser o meu esteio, meu porto seguro, o "lugar" para onde eu sempre poderia voltar.

À minha família goianiense - D. Rita, Pedro e Isabela - por ter me acolhido com um carinho indescritível, dando-me o privilégio de ter outro porto seguro.

À Eva Araújo e à Janaína Dias Rodrigues, por terem tornado minha vida muito mais fácil nesses últimos tempos. Sem elas, este trabalho teria demorado ainda mais para chegar até aqui.

À Taísa Peres de Oliveira e à Cássia Pereira Rosa, as melhores primeiras orientandas que eu poderia desejar, por terem aceito "optatoriamente" estudar as condicionais, e por terem dividido seus trabalhos comigo.

Aos meus amigos do Grupo de Estudos Funcionalistas da Faculdade de Letras da UFG, pelos nossos encontros, não apenas acadêmicos, que deram ânimo para esta pesquisa, me fazendo ver que este é o fim, mas também o começo.



Aos professores da Área de Língua Portuguesa e Lingüística do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, pelo apoio em vários momentos do meu doutorado.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Araraquara.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, pelo atendimento sempre prestativo e eficiente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que chegou providencialmente.

"Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas - esses empregos da linguagem foram os primeiros. Para muitos homens, eles são ainda quase os únicos... Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjetivo reina sozinho, que ele é o único expresso, o único compreendido, que ele esgota sua faculdade de entendimento e toda a matéria de seus pensamentos. Não se trata, pois, de um acessório, de uma espécie de superfluidade, mas ao contrário de uma parte essencial, e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado." (Michel Bréal, Ensaio de Semântica, 1992 [1897], p. 161)

*When you wish upon a star  
Makes no difference who you are  
Anything your heart desires  
Will come to you*

*If your heart is in your dream  
No request is too extreme  
When you wish upon a star  
As dreamers do*

*Fate is kind  
She brings to those who love  
The sweet fulfillment of  
Their secret longing*

*Like a bolt out of the blue  
Fate steps in and pulls you through  
When you wish upon a star  
Your dreams come true.  
(Ned Washington/Licence Harline)*

## RESUMO

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático. Orientadora: Maria Helena de Moura Neves. Araraquara: UNESP, 2005. Tese (Doutorado em Letras).

Neste trabalho, analisa-se a expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil a partir de um ponto de vista funcionalista. Acredita-se que o valor condicional pode ser expresso não apenas por construções condicionais canônicas, que têm a estrutura "*se p, (então) q*", mas por construções aditivas, disjuntivas, justapostas e temporais. Assume-se que essas construções compõem, com as construções condicionais, um contínuo de condicionalidade. Fatores de natureza sintática, semântica e pragmática licenciam o uso dessas construções com valor condicional.

O *corpus* deste trabalho compõe-se de textos das literaturas dramática, oratória, técnica, romanesca e jornalística, que foram coletados no Laboratório de Estudos Lexicográficos da UNESP - *Campus* de Araraquara, no jornal Folha de São Paulo de 1994 a 1998, e nos *sites* da Academia Brasileira de Letras, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A interpretação condicional de construções paratáticas aditivas, disjuntivas e justapostas, e das construções temporais, é decorrente de processos inferenciais, já que nessas construções ocorre um processo de convencionalização de implicaturas conversacionais. Há um processo metonímico de mudança, porque dois ou mais valores - adição, alternância, tempo, condição - coexistem em uma mesma construção. As construções aditivas, disjuntivas, justapostas e temporais tornam-se mais abstratas quando são usadas para expressar a condicionalidade, uma vez que passam por um processo de subjetivização, em que os falantes expressam juízos subjetivos acerca dos conteúdos proposicionais nelas veiculados.

Nas construções paratáticas, os fatores que licenciam a interpretação condicional são a ordem de ocorrência das orações que compõem a construção paratática, as correlações modo-temporais e os tipos de situação em que as construções paratáticas são usadas. Há uma

preferência para a anteposição da oração-prótase à oração-apódose. Os tempos verbais que remetem ao pós-presente - presente do indicativo com referência futura e futuro do indicativo - são usados para expressar ameaças, promessas e recomendações. Os tempos verbais que não remetem ao pós-presente são usados em situações genéricas ou habituais.

Os tempos verbais também desempenham um papel importante na interpretação condicional das construções temporais. As construções temporais têm valor condicional quando expressam a habitualidade, que é decorrente de um valor aspectual, a duração. Favorecem a interpretação habitual ou habitual-iterativa das construções temporal-condicional o presente e o imperfeito do indicativo. As construções temporais, quando interpretadas como condicionais, podem ser usadas para expressar um tempo epistêmico, que se refere ao tempo em que o falante faz sua avaliação a respeito da situação. Além disso, as construções temporais-condicionais também são usadas quando o falante quer restringir ou especificar uma informação que foi expressa na situação.

A análise desenvolvida neste trabalho mostra que os expedientes usados pelos falantes para expressar o valor condicional no português do Brasil vão muito além do que propõem as gramáticas tradicionais, e formam uma gama de possibilidades que serve aos propósitos comunicativos desses falantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** condicionalidade, contínuo, construções aditivas, construções disjuntivas, construções temporais, subjetivização.

## ***ABSTRACT***

In this work, the expression of conditionality in written Brazilian Portuguese is analysed from a functionalist point of view. The conditional value may be expressed not only by canonical conditional constructions, which have the structure "*if p, (then) q*", but also by additive, disjunctive, juxtaposed and temporal constructions. One assumes that these constructions form, along with the conditional constructions, a *continuum* of conditionality. Different syntactic, semantic and pragmatic factors license the use of these constructions with conditional value.

The *corpus* of this research is composed by dramatic, oratory, technical, romance and newspaper texts, which were collected at the Laboratory of Lexicographic Studies at UNESP - Araraquara Campus, in Folha de São Paulo newspaper, from 1994 to 1998, and at the websites of Academia Brasileira de Letras, Câmara dos Deputados and Senado Federal.

The conditional interpretation of paratactic and temporal constructions is due to inferential processes, since in these constructions there is a process of conventionalisation of conversational implicatures. There is a metonymic process of change because two or more values - addition, disjunction, time, condition - coexist in the same construction. Additive, disjunctive, juxtaposed and temporal constructions become more abstract when they are used to express conditionality, since they suffer a process of subjectivisation, in which speakers express subjective judgments about the propositional contents they convey.

In paratactic constructions, the factors that license conditional interpretation are the order of occurrence of the clauses that compose the paratactic constructions, the temporal relations and the kinds of situations in which paratactic constructions are used. There is a preference for the anteposition of the *protasis* clause to the *apodosis* clause. Verbal tenses that make reference to *post present* situations - the present of indicative with future reference and the future of indicative - are used to express threats, promises and advice. Verbal tenses that do not make reference to the *post present* are used to express habitual or generic situations.

Verbal tenses do play an important role in the conditional interpretation of temporal constructions. Temporal constructions have a conditional value when they express habituality, which is due to an aspectual notion, duration. The present and the imperfective of indicative favour the habitual or the habitual-iterative interpretation of temporal-conditional

constructions. Temporal constructions, when interpreted as conditionals, may be used to express an epistemic time, which makes reference to the time in which the speaker evaluates the situation. Besides that, temporal-conditional constructions are used when the speaker wants to restrict or to specify some information expressed in the situation.

The analysis developed in this work shows that the means used by speakers to express the conditional value in Brazilian Portuguese go far beyond the reach of traditional grammars and form a range of possibilities that serves their communicative purposes.

*KEY-WORDS: conditionality, continuum, additive constructions, disjunctive constructions, temporal constructions, subjectivisation*

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	20
2.1 A CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO .....	22
2.2 A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE .....	24
2.2.1 DIREÇÕES DE ANÁLISE: PONTOS DE VISTA LÓGICO-SEMÂNTICO E DISCURSIVO-PRAGMÁTICO .....	24
2.2.1.1 O PONTO DE VISTA LÓGICO-SEMÂNTICO .....	25
2.2.1.2 O PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO-DISCURSIVO .....	29
2.2.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS MARCAS DE CONDICIONALIDADE .....	38
2.3 O PAPEL DO PROCESSO DE SUBJETIVIZAÇÃO NA EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE .....	46
2.3.1 A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: DO CONCRETO PARA O ABSTRATO .....	48
2.3.2 O CARÁTER SUBJETIVO DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS .....	53
2.3.2.1 O VALOR CONDICIONAL E AS IMPLICATURAS DA INCERTEZA E DA PERFEIÇÃO CONDICIONAL .....	53
3 METODOLOGIA .....	62
4 A ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO VALOR CONDICIONAL .....	65
4.1 O CONTÍNUO DA CONDICIONALIDADE .....	65
4.2 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES .....	67
4.3 ORAÇÕES JUSTAPOSTAS, ADITIVAS E ALTERNATIVAS: PARATÁTICAS CONDICIONAIS .....	71
4.3.1 CONSTRUÇÕES PARATÁTICAS: DIFERENTES PERSPECTIVAS .....	72
4.3.1.1 A VISÃO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL .....	73
4.3.1.2 A VISÃO FUNCIONALISTA .....	74
4.3.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	85
4.4 CONSTRUÇÕES TEMPORAL-CONDICIONAL .....	107
4.4.1 ASPECTO: QUANDO O QUANDO É SE .....	112
4.4.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	124
5 CONCLUSÕES .....	139
REFERÊNCIAS .....	145
ANEXO - OBRAS ANALISADAS .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

Muitas das gramáticas normativas do português (CUNHA E CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1998, entre outros), ao tratarem das tradicionalmente chamadas orações subordinadas adverbiais apresentam-nas de um modo simplificado, como listas de orações a serem classificadas. Assim, as orações adverbiais causais são definidas por essas gramáticas como aquelas iniciadas pelas conjunções *porque, como, pois, etc*, as orações condicionais são as iniciadas pelas conjunções *se, caso, etc*, as concessivas, por *embora, apesar de, etc*. Pode-se notar que, de um modo geral, as gramáticas normativas tratam cada um dos tipos de orações adverbiais isoladamente, ou em outras palavras, elas fazem uma classificação dessas orações separando-as em categorias discretas.

No entanto, quando se observa o uso da língua em situações reais de comunicação, percebe-se que há entre as orações adverbiais algum tipo de inter-relação, o que torna possível propor, na classificação das adverbiais, como faz Harris (1986), a existência de um contínuo, dentro do qual não há divisões claras e definidas. Pode-se estabelecer, ainda, uma relação entre orações subordinadas adverbiais e coordenadas pouco mencionada pelas gramáticas de cunho tradicional, que as separam de modo dicotômico e apresentam apenas seus pontos de oposição.

Não é difícil encontrar em situações reais de uso do português construções com valor condicional que não estão previstas nas gramáticas tradicionais, e que são tão frequentes quanto as próprias orações adverbiais condicionais. Pode-se notar como essas construções são



exploradas, por exemplo, na linguagem publicitária, como se vê na ocorrência seguinte, veiculada nas ruas da cidade de Goiânia, no começo de 2004:

(1) Anunciou em outdoor, sumiu da loja.<sup>1</sup>

Nessa ocorrência pode-se, facilmente, fazer uma leitura condicional:

(1a) Se anunciou em outdoor, sumiu da loja.

Outros exemplos desse tipo de construção podem ser encontrados nos "ditos populares", provérbios, expressões como:

(2) Leite com manga, morre!

que dá título à tese de Decat (1993), e ainda:

(3) Misturou, tomou!

(4) Essa faculdade é do tipo "pagou, passou".

Construções condicionais não-canônicas são também usadas por mães e pais ao falarem com seus filhos, ao prometerem, ameaçarem ou tentarem algum tipo de indução:

(5) Come tudinho e você ganha sorvete.

(6) Desce daí ou a mamãe desliga a televisão.

ou mesmo:

(7) Quando arrumar seu quarto, você pode sair.

<sup>1</sup>A numeração dos exemplos e das ocorrências será iniciada a cada capítulo.

Apesar de serem vistas, ouvidas e ditas tão freqüentemente, não há, no português do Brasil, muitas descrições a respeito dessas construções. Em Decat (1993) encontra-se uma análise da hipotaxe adverbial de realce de uma maneira geral, e embora se fale das "justapostas adverbiais" e das temporais com leitura condicional, não há um tratamento dos fatores que motivam essa leitura. É a essa explicação que se dedica este trabalho.

Assim, o que se objetiva mostrar nesta tese é que no uso da língua os falantes têm à disposição uma gama de possibilidades para a expressão da condicionalidade, e que há determinados fatores sintáticos e semânticos que motivam a interpretação condicional de algumas construções.

Além disso, pode-se dizer que a escolha de uma dada construção está vinculada a questões pragmático-discursivas. Nesse sentido, vai-se mostrar que, na atualização do valor condicional, as diferentes estratégias estão relacionadas com a convencionalização de implicaturas conversacionais ou pragmáticas, que leva a um processo de subjetivização. O falante, ao escolher uma oração disjuntiva ou aditiva ou temporal para expressar um determinado conteúdo condicional, espera que seu ouvinte seja capaz de inferir a condicionalidade. Assim, tais orações adquirem um "traço" de subjetividade ao serem utilizadas com o valor condicional, porque expressam conteúdos mais abstratos que a disjunção ou a adição ou a marcação temporal.

Neste trabalho examina-se a expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil assumindo-se que há um espectro semântico-pragmático na manifestação do valor condicional. Considera-se, assim, que há diferentes expedientes, além do canônico - a oração adverbial condicional marcada pela conjunção *se* -, para realizar tal valor, entre outros, as

orações justapostas, as orações coordenadas disjuntivas e aditivas e as orações subordinadas temporais.

No segundo capítulo, são estabelecidos os pressupostos teóricos que norteiam este trabalho. Uma vez que as construções ora em análise são tratadas a partir de seu uso em situações concretas de comunicação, o paradigma lingüístico (NEVES, 1997) que serve de base para este trabalho é o paradigma funcionalista, que, de acordo com Neves (1997, p. 2)

tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com a língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Faz-se, então, no segundo capítulo, uma breve caracterização de duas das principais correntes de pensamento funcionalista, a de Halliday (1985) e a de Dik (1989), para mostrar como essa escolha teórica se reflete na descrição que se desenvolve no trabalho. Em seguida, define-se a noção de condicionalidade, de acordo com os pontos de vista lógico-semântico e discursivo-pragmático. A partir de uma perspectiva histórica, mostra-se que muitas das construções que são atualmente usadas para expressar o valor condicional já são encontradas desde o latim. Apesar disso, acredita-se que é possível explicar as escolhas que o falante faz para expressar a condicionalidade a partir de um processo que é inerente ao processo de gramaticalização, mas que dele independe, que é o processo de subjetivização (TRAUGOTT, 1989, 1995; TRAUGOTT e KÖNIG, 1991). Discute-se, então, de que maneira se constitui a subjetividade nos enunciados, e se estabelece a relação entre as construções condicionais não-canônicas e a subjetivização.

No terceiro capítulo, apresentam-se procedimentos metodológicos adotados no trabalho, que se relacionam com os critérios de escolha do *corpus* utilizado e o tipo de análise a ser feita.

No quarto capítulo, analisa-se a expressão do valor condicional. Como neste trabalho considera-se que tal valor pode ser encontrado em construções diferentes da oração adverbial condicional, faz-se necessário discutir a perspectiva adotada, que leva em conta a existência de um contínuo de condicionalidade, que vai das construções justapostas, passando pelas aditivas, disjuntivas e chegando às construções temporais. Sem dúvida, esse tipo de tratamento requer uma visão do processo de articulação de orações diferente daquele que se encontra nas gramáticas de cunho tradicional, e, sendo assim, propostas de cunho funcionalista (HALLIDAY, 1986, MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988 LEHMANN, 1988) são discutidas. Ainda neste capítulo apresentam-se as construções paratáticas condicionais - justapostas, disjuntivas e aditivas - e as construções temporal-condicionais, levando-se em consideração seus contextos de uso, as diferentes perspectivas de análise, e, principalmente, os fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos que favorecem a interpretação condicional dessas construções.

No quinto capítulo, apresentam-se as conclusões do trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme se observou em Hirata (1999), as construções condicionais têm sido objeto de estudo de diferentes linhas de pesquisa e pensamento, nas mais diversas línguas. As condicionais há muito são tratadas pela Lógica e pela Filosofia, sempre de maneira instigante, pelos problemas que trazem em sua constituição, especialmente aqueles relacionados com a noção de verdade.

Da mesma forma, no que se refere aos estudos estritamente lingüísticos muito se tem feito, sob os mais diversos pontos de vista, desde os formalistas até os discursivistas. Entretanto, a relação entre as condicionais e outros tipos de construção, no português do Brasil, é pouco descrita. Podem-se destacar os trabalhos de Neves e Braga (1999) e o de Sousa (2003). Ambos tratam da relação entre as orações condicionais e as temporais, de diferentes perspectivas. Neves e Braga (1999) analisam, comparativamente, a questão do grau de gramaticalização de tais construções, usando para tanto dados do português falado no Brasil. Sousa (2003) nega a existência de uma superposição semântico-pragmática entre condicionais e temporais, tendo em vista diferenças formais entre as duas construções (ordem, correlação modo-temporal, tipos de sujeito, etc). A autora assume que a única possibilidade de leitura condicional de uma temporal se dá quando a temporal é um *circunstancial*.

Parece, então, ser necessária uma descrição integrada do uso do valor condicional no português do Brasil, em que se considerem, conjuntamente, os aspectos formais e os discursivos, o que esta tese se propõe fazer.

Para tanto, uma diversificada base teórica deve nortear este trabalho. Primeiramente, são apresentadas as características principais do funcionalismo, de acordo com as concepções de Halliday (1985) e de Dik (1989, 1997). O fenômeno da articulação de orações será discutido segundo as concepções de Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988) e Lehmann (1988). Para tratar da constituição histórica dos marcadores de condicionalidade, serão usados os trabalhos de Traugott (1985) e Tutescu (1990). A base do tratamento lógico-semântico das condicionais encontra-se em Frege (1978), à qual são acrescentadas as considerações de Mortari (2001) e de Tugendhat e Wolf (1996). Para uma descrição do ponto de vista pragmático-discursivo são usados os trabalhos de Ducrot (1977, 1981), Fillenbaum (1986), Sweetser (1990) e Mazzoleni (1994). Em relação aos aspectos semântico-pragmáticos envolvidos no processo de mudança das construções em análise são usados os trabalhos de Traugott (1989, 1995, 2002), Traugott e König (1991), Hopper e Traugott (1993) e Schwenter (1999). Para cada uma das construções analisadas, vários são os trabalhos discutidos, como se mostra na seção relativa ao contínuo da condicionalidade.

Sem dúvida, cada um dos tópicos mencionados se prestaria a uma análise particular. Entretanto, como o que se descreve neste trabalho é a manifestação do valor condicional por meio de construções não-canônicas, a grande questão que ora se apresenta diz respeito à maneira de integrá-los. Nesse sentido, acredita-se que a descrição da condicionalidade só se mostra completa quando se determina, por exemplo, que valores lógicos e pragmáticos coexistem em sua definição. Sendo assim, apresenta-se, a seguir, a caracterização da base teórica deste trabalho, que se move em uma direção funcional-discursiva.

## 2.1 A CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO

De acordo com a visão funcionalista de análise de línguas naturais que se adota neste trabalho, deve-se tentar verificar como os falantes usam a língua para comunicar-se de modo eficiente. A estrutura interna da língua deve ser tratada funcionalmente, isto é, deve-se analisar a estrutura gramatical incluída em uma situação comunicativa, que envolve o objetivo do evento da fala, seus participantes e o contexto discursivo.

Como se sabe há diferentes "funcionalismos" (NEVES, 1997), dos quais se destacam, neste trabalho, dois: o de Halliday (1985) e o de Dik (1989, 1997).

A gramática funcional de Halliday (1985) associa uma interpretação funcional da lingüística a uma descrição sistêmica, ou seja, é uma gramática sistêmica que pode ser interpretada funcionalmente. A gramática é vista como uma gramática natural, uma vez que tudo nela pode ser explicado com referência a como a língua é usada, ou seja, cada elemento da língua é explicado por sua função no sistema lingüístico. Para Halliday (1985), a unidade maior de funcionamento é o texto, em que se pode observar a multifuncionalidade dos itens que o compõem. Assim, para Halliday (1985), uma gramática funcional destina-se a revelar, pelo estudo das seqüências lingüísticas, os significados que estão codificados por essas seqüências. O fato de ser 'funcional' significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser 'gramática' significa que é uma interpretação das formas lingüísticas.

Na concepção de Dik (1989, 1997), a lingüística diz respeito, por um lado, ao sistema de regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, ou seja, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, e, por outro, ao sistema de regras que

governam os padrões de interação verbal, nos quais as expressões lingüísticas são usadas, ou seja, as regras pragmáticas.

Para Dik (1989), a gramática deve integrar-se na teoria pragmática mais ampla de interação verbal, na qual o falante tem expectativas em relação ao seu interlocutor. Ao lado da capacidade lingüística, que permite ao falante produzir e interpretar corretamente as expressões lingüísticas, atuam também as capacidades epistêmica, lógica, perceptual e social. A análise dos fatos da língua deve levar em consideração a situação comunicativa, ou seja, a relação falante/ouvinte e a contextualização temporal e local da enunciação. O sistema da língua e o uso da língua são passíveis de distinção, mas não se deve estudar o sistema independente do uso, ou vice-versa. Assim, as formas dos enunciados são vistas como dependentes de suas funções. A descrição completa da língua deve incluir, para Dik, a referência ao falante, ao ouvinte e aos papéis que estes assumem na interação verbal, determinada socioculturalmente.

É com base nesses pressupostos que a descrição da condicionalidade no português escrito do Brasil será feita. Não é tarefa simples, entretanto, definir a noção de condicionalidade, já que há diferentes pontos de vista por meio dos quais tal noção pode ser analisada. A essa discussão dedica-se a próxima seção.



## **2.2 A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE**

Nesta seção, discute-se a noção de condicionalidade. Primeiramente, caracteriza-se a noção de condicionalidade em duas direções: do ponto de vista lógico-semântico e do ponto de vista pragmático-discursivo. Em seguida, apresenta-se a formação diacrônica dos marcadores de condição, nas línguas românicas (TUTESCU, 1990) e em variadas línguas (TRAUGOTT, 1985), para mostrar que o processo de constituição dos marcadores de condicionalidade no português assemelha-se ao de diferentes línguas, de tal maneira que é possível postular que as fontes lexicais são as mesmas nas mais variadas línguas.

### **2.2.1 DIREÇÕES DE ANÁLISE: PONTOS DE VISTA LÓGICO-SEMÂNTICO E DISCURSIVO-PRAGMÁTICO**

A descrição da condicionalidade, neste trabalho, é feita em duas direções. Primeiramente, vai-se estabelecer uma caracterização das condicionais de acordo com critérios lógico-semânticos, e, em seguida, a partir de uma visão discursivo-pragmática. Isso se deve ao fato de que, para se chegar a uma descrição integrada da condicionalidade, o que se propõe neste trabalho, faz-se necessário considerar que a condicionalidade descrita pela lógica é diferente do uso das condicionais nas línguas naturais. Como afirma Sweetser (1990)

mais obviamente, falantes de uma língua natural rejeitam como bizarras classes inteiras de condicionais verdadeiras e logicamente bem formadas, tais como (1) Se Paris é a capital da França, (então) dois é um número par. Na lógica, uma condicional é falsa apenas se o antecedente é verdadeiro, mas o conseqüente é falso. Mas, falantes de língua natural aparentemente requerem valores de verdade mais que

apropriados, para aceitar uma condicional como bem formada, eles requerem uma conexão entre as duas orações. (SWEETSER, 1990, p. 113)<sup>2</sup>

De fato, o uso da língua traz uma gama de possibilidades de expressão da condicionalidade que a descrição de valores de verdade, ou verofuncionais, de forma alguma consegue abarcar. Poder-se-ia, então, efetuar uma descrição lingüística da condicionalidade sem fazer uso do aparato lógico-semântico? Há muitos trabalhos que assim o fazem. Acredita-se, entretanto, que o tratamento lógico-formal das orações em análise neste trabalho seja de suma importância quando se pensa no contínuo que ora se propõe. É o que se discute em seguida.

#### 2.2.1.1 O PONTO DE VISTA LÓGICO-SEMÂNTICO

Segundo Mortari (2001), a discussão sobre a *verdade de uma condicional* é antiga e, desde a Grécia, há opiniões divergentes. Para Frege (1978), por exemplo, *o valor de verdade de uma sentença é sua referência, cujo sentido é um pensamento* (conteúdo objetivo). Por valor de verdade de uma sentença, Frege (1978) entende a circunstância de ela ser *verdadeira* ou *falsa*. Desse modo, o valor de verdade de uma sentença tem que se manter igual, mesmo que se alterem partes da sentença, ou seja, mesmo que uma parte da sentença seja substituída por uma expressão que tenha a mesma referência, mas sentido diferente. Já para Tarski (1935, *apud* LYONS, 1977), uma proposição é verdadeira se (e apenas se) denotar ou fazer referência

<sup>2</sup>Most obviously, speakers of natural language reject as bizarre whole classes of logically well-formed and 'true' conditionals, such as (1): If Paris is the capital of France, (then) two is an even number. Logically, a conditional is only false if the antecedent is true but the consequent is false. But natural-language speakers apparently require more than the appropriate truth values in order to accept a conditional as well formed: they require a connection between the two clauses. (citações e exemplos do inglês terão, aqui e doravante, tradução minha)

a um estado de coisas que realmente existe no mundo que a proposição se propõe descrever. Assim, uma proposição verdadeira corresponde à realidade, ao passo que uma falsa não.

Segundo a Lógica clássica, o cálculo do valor de verdade de uma proposição condicional, ou seja, de uma relação de *implicação*, é feito no chamado sentido *material*, porque não há necessariamente qualquer relação de significado entre o antecedente e o conseqüente. O significado do conector de *implicação material* é definido da seguinte maneira: quando o antecedente é verdadeiro e o conseqüente é falso, a implicação é falsa; em todos os outros casos, a implicação é verdadeira, como mostra a tabela de valores de verdade:

$\alpha$	$\beta$	$\alpha \rightarrow \beta$
V	V	V
F	V	V
V	F	F
F	F	V

Tabela 1: de valores de verdade da condicional  
(MORTARI, 2001, p. 136)

Analisada a partir dessa tabela, a frase

(1) Se Londres está na Inglaterra, então o mar é salgado. (TUGENDHAT E WOLF, 1996, p. 87)

seria considerada como verdadeira porque  $p$  e  $q$  são verdadeiros. Também seria verdadeira a seguinte frase

(2) Se  $2+2=5$  então a Lua é feita de queijo. (MORTARI, 2001, p. 136)

apesar de o antecedente e o conseqüente serem falsos. A Lógica clássica "resolve" o problema do cálculo da verdade de uma proposição condicional de uma maneira que pode ser considerada, segundo Mortari (2001), como matematicamente adequada: a implicação só será

falsa quando o antecedente de uma implicação for verdadeiro e o conseqüente falso. Em todos os outros casos, ela será verdadeira.

Segundo Tugendhat e Wolf (1996), há uma diferenciação entre a *implicação lógica* e a *implicação material*, que deve ser entendida do seguinte modo:

Se **q** é implicado logicamente por **p**, isso significa que é impossível que, se **p** for verdadeiro, **q** seja falso, e que estamos por isso autorizados a inferir **q** de **p**. Face a isso, a implicação material **Se p, então q** significa apenas que essa frase é falsa se **p** é verdadeiro e **q** é falso.(...) Aqui [*na implicação material*] não existe, por um lado, nenhuma necessidade e, por outro, nenhuma relação referente ao conteúdo nenhuma relação formal entre as duas frases componentes, também não existindo portanto nenhuma possibilidade de se inferir, a partir da verdade de uma, a verdade da outra. (TUGENDHAT e WOLF, 1996, p. 87-88)

Assim, de um ponto de vista lógico, é possível encontrar frases em que antecedente e conseqüente não têm absolutamente nenhuma relação e, ainda assim, tratar-se de uma construção verdadeira<sup>3</sup>.

Como se sabe, há uma grande distância entre a implicação material e a sua manifestação na linguagem cotidiana. São duas as razões apresentadas por Tugendhat e Wolf (1996) para explicar esse fato.

Em primeiro lugar, na linguagem cotidiana as condicionais são usadas para expressar mais que valores verofuncionais, afinal elas expressam outros tipos de relação entre *p* e *q*. Ao interpretar uma construção condicional da linguagem cotidiana, o falante não se baseia apenas no cálculo da verdade ou da falsidade das proposições, mas recorre a relações de causalidade, por exemplo, ou ao seu conhecimento acerca da situação.

Além disso, as construções condicionais são usadas na linguagem cotidiana apenas quando o falante não conhece ou quer deixar em aberto os valores de verdade de *p* e *q*. Se o

<sup>3</sup>Este fato, na linguagem cotidiana também seria possível, mas em contextos restritos, nos quais se pretende fazer algum tipo de crítica, com sarcasmo: *Se isto é uma obra de arte, (então) eu sou um mico de circo.*

falante sabe que as duas orações que compõem uma construção são verdadeiras, a atualização dessas orações não seria feita por uma condicional, a não ser que houvesse outras necessidades comunicativas em questão, e então já se alcançaria um outro nível de descrição.

Apesar dessas diferenças, acredita-se que o tratamento lógico-formal pode fornecer um *modelo*, a partir do qual as várias e diferentes formas de expressão do valor condicional podem ser analisadas. Assim, se a noção de implicação material não é suficiente para a caracterização de todas as condicionais da linguagem cotidiana, ela é necessária para que se aponte um valor semântico-pragmático que estaria subjacente às construções do tipo considerado neste trabalho - temporais, alternativas, aditivas e justapostas -, que é o valor de *conseqüência*. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a mesma relação de *causa-conseqüência* existente entre a prótase e a apódose de uma construção condicional está também presente nas construções analisadas, o que possibilitaria a sobreposição de leituras. Acredita-se que no tratamento das condicionais se devem levar em conta não apenas os valores de verdade da construção mas também outros valores, ou aspectos adicionais - temporalidade, habitualidade, necessidade, obrigatoriedade, entre outros - que tornam possível, inclusive, postular que outras construções adquiram um valor condicional no uso real da língua.

Se há muita diferença entre o uso das construções condicionais na lógica e na linguagem cotidiana, faz-se necessário, então, apresentar as várias possibilidades de funcionamento dessas construções em situações reais de comunicação. Assim, o que se vai mostrar na seção seguinte são algumas considerações sobre a construção condicional a partir de um ponto de vista pragmático.

### 2.2.1.2 O PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO-DISCURSIVO

Em Ducrot (1977) encontra-se uma caracterização das construções condicionais a partir de um ponto de vista semântico-argumentativo, em que o autor propõe uma classificação de diferentes tipos de "ses" que poderiam ser encontrados na linguagem cotidiana.

Ducrot (1977) considera que o valor principal de uma construção condicional diz respeito ao fato de que ela permite a realização sucessiva de dois atos ilocucionais: pedir ao ouvinte que imagine  $p$  e afirmar  $q$ . Assim, uma proposição do tipo *se  $p$  então  $q$*  não tem como significação principal " $p$  é causa de  $q$ " ou " $p$  é condição de  $q$ ", mesmo que possa indicar tais sentidos.

Pode-se dizer que Ducrot (1977), ao adotar um ponto de vista argumentativo, consegue explicar tanto o uso do *se* prototípico, aquele que revela uma relação de dependência entre  $p$  e  $q$ , uma relação entre a verdade da hipótese e a da conclusão, como outros usos do *se* que o autor chama de *marginais*. Esses empregos marginais do *se* podem ser entendidos a partir de uma definição ilocucional:

o ato de suposição realizado quando o locutor diz *se  $p$*  destina-se a justificar não a verdade da afirmação  $q$ , mas sua conformidade com certas leis ou intenções do discurso (pois a verdade do que se afirma não é senão uma condição necessária entre outras, para que a afirmação seja considerada legítima). (DUCROT, 1977, p. 187-188)

São cinco os empregos marginais apontados por Ducrot (1977):

se opositivo, parafraseado por "se é verdade que":

(9) Se ela é bonita, não tem nenhuma educação.

Nesse caso, há uma relação de oposição entre os valores atribuídos à pessoa a que a construção faz referência: na prótase se diz que ela é bonita, mas na apódose se afirma que ela não tem educação.

se contrastivo:

(10) Se o Ibirapuera é o pulmão de São Paulo, a Avenida Paulista é o coração.

As duas informações, neste exemplo, não são opostas em seu conteúdo, mas mostram um contraste formal entre duas afirmações.

se pressuposicional:

(11) Se João está doente, ele não vem trabalhar.

Percebe-se, nesse uso do *se*, que a oração condicional introduz um pressuposto para a principal.

se "austiniano":

(12) Se você estiver com fome, tem biscoito no armário.

Nesse exemplo não há nenhuma pressuposição particular, então a suposição destina-se a tornar a informação interessante ao ouvinte.

Embora Ducrot (1977) traga as considerações sobre as construções condicionais para um plano mais discursivo, não se pode dizer que ele trate de fato do uso de tais construções em situações de interação.

É Haiman (1978), em trabalho inovador sobre as condicionais, que atribui a elas uma função pragmática, e um papel essencial na organização do fluxo informacional dos discursos que compõem. Haiman (1978) define-as como *tópicos* das sentenças em que ocorrem, ou seja, ele assume que as condicionais "são *dados* que constituem uma moldura de referência, sendo em relação a essa moldura que a oração principal pode ser considerada verdadeira, se for uma proposição, ou adequada, se não o for" (HAIMAN, 1978, p.564).

Haiman (1978) considera que as explicações dadas pelos lógicos para o significado das condicionais, baseadas na implicação lógica, não bastam, uma vez que não podem ser aplicadas a todas as condicionais ordinárias das línguas. Para o autor, um valor pragmático, a *relevância*, que tem um papel distintivo no uso das condicionais, e também em seus significados, possibilitará perceber por que algumas frases são passíveis de ocorrer e outras não, mesmo que estejam em conformidade com a tabela de valores de verdade.

Nesse sentido, percebe-se que Haiman (1978) caracteriza as condicionais como uma parte do conhecimento compartilhado pelo emissor e pelo seu interlocutor, e, como tal, constituem a moldura que foi selecionada para o discurso seguinte.

Esse trabalho de Haiman foi fundamental para outros que trataram também da questão da função pragmática desempenhada pelas construções condicionais (AKATUSKA, 1986; SCHIFFRLN, 1992; entre outros) e, pode-se dizer, serviu de "insight" para muitos outros, como se verá ao longo desta tese.

O mesmo se deu com um estudo sobre as conjunções, dentre as quais o *se*, feito, a partir de uma perspectiva cognitivista, por Sweetser em 1990. Sweetser (1990) considera que as conjunções que introduzem uma oração podem ser usadas em três domínios semântico-pragmáticos: como um veículo portador de conteúdos (*domínio de conteúdo*); como uma



entidade lógica *{domínio epistêmico}*; ou como um instrumento de um ato de fala *{domínio conversacional ou dos atos de fala}*).

A análise de Sweetser (1990) também prevê o funcionamento da conjunção condicional *se* nesses três domínios. No domínio de conteúdo, a conjunção condicional indica que a *realização* do evento ou do estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas da apódose. Assim, no exemplo seguinte

(13) *If Mary goes, John will go.* (SWEETSER, 1990, p. 114)

*Se Maria vai, João irá.*

a ida ou não de Mary implica também a ida ou não de John a algum lugar. Nesse caso, a conexão entre a prótase e a apódose pode ser uma conexão causal. Há a transmissão de conteúdo, ou seja, informa-se que um fato acarreta um outro fato qualquer.

No domínio epistêmico, a conjunção condicional indica que o *conhecimento* da verdade da premissa hipotética expressa na prótase seria uma condição suficiente para se concluir a verdade da proposição expressa na apódose. É o que se pode verificar na construção seguinte:

(14) *If she is divorced, she's been married.* (SWEETSER, 1990, p. 116)

*Se ela é divorciada, ela foi casada.*

Esse tipo de condicional deve ser entendido da seguinte maneira: o conhecimento de que a proposição "ela é divorciada" é verdadeira é uma condição suficiente para assegurar a conclusão de que "ela foi casada" também é verdadeira. Outros tipos de condicional são passíveis de leitura no domínio epistêmico. Assim, construções como

(15) *If John went to the party, he was trying to infuriate Mary.*

(SWEETSER, 1990, p. 116)

*Se João foi à festa, ele estava tentando enfurecer Maria.*

têm também uma leitura epistêmica. Nesse caso, percebe-se não haver qualquer vínculo lógico inerente entre a prótase e a apódose. O elo causal entre as proposições se dá no domínio epistêmico, uma vez que é o conhecimento de uma dada situação que leva a uma determinada conclusão. Neste caso, o emissor deve ter um "estoque de informações" prévio, geral e comum, que, adicionado ao fato de que a proposição "João foi à festa" é verdadeira, lhe permite concluir que a proposição "ele estava tentando enfurecer Maria" também é verdadeira. Uma paráfrase proposta por Sweetser (1990) para as condicionais epistêmicas é: "Se eu *sei* [prótase], então eu *concluo* [apódose]".

Já no domínio dos atos de fala, o desempenho (*performance*) do ato de fala que está sendo representado na apódose é condicionado ao preenchimento de algum fato ou estado expresso na prótase. Nesse caso, o estado ou fato da prótase possibilita ou causa o ato de fala seguinte. Para Sweetser (1990), tais casos estão inerentemente relacionados às máximas de Grice e de Searle, de tal modo que as prótases condicionais em questão referem-se, invariavelmente, a alguma condição de relevância ou de adequação. Assim, nos exemplos seguintes

(16) *IF may say so, that 's a crazy idea.*

*Se eu posso dizer isso, é uma idéia maluca.*

(17) *If it 's not rude to ask, what made you decide to leave IBM?*

*Se não é rude perguntar, o que fez você decidir sair da IBM?*

(18) *There are biscuits in the side board if you want them.*

(SWEETSER, 1990, p. 118)

*Há biscoitos no armário, se você quiser.*

pode-se perceber:

No primeiro caso, é apenas a permissão do ouvinte que leva à expressão da opinião do falante.

- No segundo exemplo, pede-se que uma pergunta seja feita, se o ouvinte não a considerar rude.

No último caso, informa-se a um ouvinte que há biscoitos no armário, mas essa informação só é relevante se o ouvinte tem fome ou quer comer algo.

Assim, conclui-se que nesses casos a realização da apódose está condicionalmente ligada à relevância e/ou à adequação dos fatos apresentados na prótase. Uma possível paráfrase para as condicionais de atos de fala, segundo Sweetser (1990), seria "Se [prótase], então vamos considerar que eu realizo este ato de fala (isto é, aquele representado como apódose)".

Em trabalho sobre a pragmática das construções condicionais do italiano, Mazzoleni (1994) apresenta uma classificação dessas construções que poderia ser considerada como uma classificação que "resumiria" aquelas que foram feitas por Ducrot (1977), Haiman (1978) e Sweetser (1990). Segundo Mazzoleni (1994), existem quatro tipos de condicional: as *temáticas* ou *resumptivas*, as *contrafactuais indicativas*, as *pseudo-imperativas hipotáticas*, e as de *atos de fala*.

Por *condicionais temáticas*, Mazzoleni (1994) considera as construções em que a prótase expressa uma proposição que é tomada como verdadeira em virtude da relação entre o conteúdo proposicional e o conhecimento prévio, ou entre o conteúdo proposicional e o contexto lingüístico, ou entre o conteúdo proposicional e o contexto situacional da expressão.

Essa definição parece contemplar aquelas apresentadas por Haiman (1978), e por Sweetser (1990) como as condicionais de conteúdo e epistêmicas. São exemplos dessas construções:

(19) *A: Non ho voglia di andare al cinema.*

*B: Se non vuoi andare al cinema, allora restiamo a casa.* (MAZZOLENI, 1994, p. 128)

*A: Não quero ir ao cinema.*

*B: Se você não quer ir ao cinema, então vamos ficar em casa<sup>11</sup>.*

(20) *Se sono qui dopo tutto quello che è successo, vuol dire che ti ho perdonato.* (MAZZOLENI, 1994, p. 128)

*Se estou aqui depois de tudo que aconteceu, isto quer dizer que eu te perdoei.*

Nas *contrafactualis indicativas* a apódose expressa uma proposição falsa, que resulta de sua relação com o contexto situacional da expressão:

(21) *& tu canti bene, io sono Sting.* (MAZZOLENI, 1994, p. 124)

*Se você canta bem, eu sou Sting.*

(22) *A: Siamo ancora in Belgio, vero?*

*B: Se Amsterdam è in Belgio, allora siamo in Belgio.* (MAZZOLENI, 1994, p. 129)

*A: Estamos agora na Bélgica, verdade?*

*B: Se Amsterdam é na Bélgica, então estamos na Bélgica.*

As *construções com o imperativo* são consideradas como um outro subtipo de condicional por Mazzoleni (1994). O autor afirma que são adotadas para desempenhar atos de

<sup>11</sup>Traduções do italiano, aqui e doravante, de Anselmo Pessoa Neto.

fala propositivos, em que a principal questão é o efeito perlocucionário que o falante espera produzir, ou não, em seu ouvinte<sup>5</sup>. Os exemplos de Mazzoleni (1994, p. 129) são:

(25) *Lavami la macchina e ti do cinque dollari.*

*Lava o carro e te dou cinco dólares.*

(26) *Alza le mani o sparo.* (MAZZOLENI, 1994, p. 129)

*Mãos ao alto ou eu atiro.*

As *condicionais de atos de fala* (MAZZOLENI, 1994) têm a mesma definição das "austinianas" de Ducrot (1977) e das do domínio dos atos de fala, de Sweetser (1990). Nesses casos o valor de verdade de *p* não afeta o valor de verdade de *q*, mas a adequação do ato de fala expresso na construção:

(27) *Se non sono indiscreto, cos'hai fatto ieri sera?* (MAZZOLENI,

1994, p. 131)

*Se não sou indiscreto, o que fez ontem à noite?*

Como se pode perceber a partir da classificação proposta por Mazzoleni (1994), os trabalhos de Ducrot (1977), Haiman (1978) e Sweetser (1990) são fundamentais para os estudos acerca das construções condicionais. Depois de Haiman (1978), por exemplo, muitas descrições das construções condicionais, nas mais variadas línguas, levam em conta sua função pragmática, para mostrar uma série de outras características desse tipo de construção, tais como a posição, o grau de hipoteticidade, etc. Todos esses trabalhos têm em comum o fato de colocarem a discussão acerca das construções condicionais em um plano discursivo, que vai além das considerações da lógica. Como afirma Ducrot (1977, p.179), uma análise que leve em conta o uso das construções condicionais permite

<sup>5</sup>Tais exemplos remetem ao que afirma Fillenbaum (1986) acerca das promessas e ameaças realizadas por meio de orações aditivas e disjuntivas, o que será explicitado no quarto capítulo.

compreender, a título de efeitos de sentido, previsíveis no componente retórico, as diversas utilizações do *se* no discurso: ao mesmo tempo, as que derivam diretamente da definição tradicional de *se* como marca de uma relação, e, por outro lado, certo número de empregos pouco compatíveis com a descrição clássica e que exigem habitualmente a criação de uma infinidade de *ses* homônimos.

Assume-se, neste trabalho, que as diferentes possibilidades de expressão do valor condicional no português se relacionam com seus usos na interação. Além disso, considera-se que há um vínculo entre as orações que compõem as construções justapostas, alternativas, aditivas e temporais que pode ser considerado como equivalente ao vínculo causal que une as orações de uma construção condicional. Sendo assim, forma e uso unem-se na análise das construções ora em discussão.

Uma outra questão que se considera importante na descrição de construções que expressam o valor condicional diz respeito ao desenvolvimento histórico dos marcadores de condicionalidade, uma vez que, ao traçar o desenvolvimento dos conectivos condicionais diacronicamente, pode-se compreender por que atualmente tal valor pode ser expresso por meio de construções justapostas, alternativas, aditivas e temporais. É o que se apresenta a seguir.

## 2.2.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS MARCAS DE CONDICIONALIDADE

Sabe-se que a conjunção latina típica era o *si*. As conjunções de enunciado condicional negativas, tais como *ni*, *nisi*, *si non*, desapareceram na România, assim como as conjunções compostas *si...sin*, *si...si*, *si...si autem*, *si...si uero*, *si minus* (TUTESCU, 1990).

A conjunção latina *si* foi herdada por todas as línguas românicas, sendo usada para assinalar um enunciado condicional (TUTESCU, 1990, p. 384):

romeno antigo *se*;

romeno moderno *sã*;

italiano, sardo *si*;

português *se*;

francês, catalão, espanhol *si*;

occitano *se*, *si*.

No que diz respeito ao uso de outras estruturas para a expressão da condicionalidade, Tutescu (1990) aponta a existência, no latim, de uma construção condicional para uma proposição independente com o verbo no imperativo. Além disso, segundo a autora, a fala popular empregava freqüentemente a parataxe no indicativo ou no subjuntivo, como nos exemplos seguintes,

(2S) *Negat quis, nego.* (29) *Ait, aio.* (Terêncio. *Eunuco. Verso 256*)  
(TUTESCU, 1990, p. 384)<sup>6</sup>

*Alguém nega, eu nego. Alguém afirma, eu afirmo.*

para expressar o valor condicional, o que, para a autora, é uma estrutura mais viva e mais expressiva que o clássico período introduzido por *si*.

Além disso, Tutescu (1990) aponta que, assim como no latim, nas línguas românicas o valor condicional pode ser expresso por meio de construções sintáticas sem marcas formais de subordinação, sendo o modo verbal a marca essencial nas proposições:

(30) *Deviendrais-je fou, elle seule **resterait** avec moi.* (TUTESCU, 1990, p. 386)

*Ficasse eu louco, somente ela ficaria comigo.*

(31) *Tu **potresti avere** tutto Toro dei mondo, ti **sentiresti** igualmente infelice.* (TUTESCU, 1990, p. 386)

*Você poderia ter todo o ouro do mundo, você se sentiria igualmente infeliz.*

Como inovação românica, Tutescu (1990) assinala o fato de que conjunções ou advérbios com outros valores em latim passaram a ter um valor condicional, como, por exemplo, a conjunção do latim *quando*, que passou a apresentar um sentido condicional, *em todas as línguas românicas*. Assim, encontram-se, em português, em francês, em espanhol e em italiano, construções como

(32) *Os maiores e mais poderosos, são os mais infelizes, e os mais enganados n'esta parte, porque não se lhes dá o desengano, senão a tempo em que já não ha tempo, e **quando** as que deveram ser prevenções para o Juiso, por falta de juiso, já não são prevenções.* (Padre Antônio Vieira, 1652) (Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe)

(32a) *quando as que deveram ser prevenções para o Juiso, por falta de juiso, já não são prevenções.*



(33) *J'en aurais été touchée quand je ne Vaurais point connue.*  
(TUTESCU, 1990, p. 384)

(33 a) *Eu teria sido tocada quando eu não a tivesse conhecido.*

(34) *Cuando les faltase el valor que es propio de los hombres, no les faltaria la ferocidade de que son capaces los brutos.* (TUTESCU, 1990, p.384)

(34a) *Quando lhes faltasse o valor que é próprio do homem, não lhes faltaria a ferocidade de que são capazes os brutos* (tradução minha)

(35) *Ma quando voi aveste a determinare un'altezza como, per esempio, quanto sia alto questo palco dal pavimento che noi abbiamo sotto e piedi; essendo che da qualsivoglia punto del palco si possono tirare infinite linee (...) de quali di coteste linee vi servireste voi?* (Galileo, *Dialogo sopra i massimi sistemi: 13, XVII cent*) (VISCANTI, 2003, p. 35)

(35a) *Mas quando vocês tivessem de determinar, por exemplo, qual é a altura deste palco em relação ao piso que temos sob os nossos pés; sendo que de qualquer ponto do palco é possível tirar quantas linhas se queira (...) de qual dessas linhas vocês se serviriam?*

As considerações de Tutescu (1990) mostram que desde o latim existem diferentes expedientes, além da construção condicional com *si*, para a expressão do valor condicional, e que essa tendência também se manifesta nas línguas românicas de uma maneira geral. A autora ainda considera que o uso de construções temporais com valor condicional aparece no desenvolvimento histórico das línguas românicas a partir do latim.

O desenvolvimento histórico de diferentes construções para expressar a condicionalidade também é analisado por Traugott (1985). Segundo a autora, há cinco

principais domínios léxico-gramaticais dos quais derivam as marcas de condicionalidade, e que são por ela apresentados, nas mais diversas línguas.

Uma das fontes para as marcas condicionais da prótase são as palavras modalizadoras, especialmente as que expressam as modalidades epistêmica e optativa. Entre outras, são exemplos:

Hitt. **mān** "potential, temporal, conditional" (Justus, 1982); Cayuga (Iroquoian) **kyç:kwa'** "maybe, if" (Mithun, p.c); Minangkabau (Sumatra) **kô'** "perhaps, may be, if" (Gonda, 1956); English **suppose** (often found as the only marker of protasis in Creole, e.g. Tok Pisin); Mandarin Chinese, **yào** "wish, be necessary, if" (Pinyin Chinese Dict. 1979) (TRAUGOTT, 1985, p.291)

As condicionais relacionam-se a mundos concebíveis, sejam eles reais, eventuais ou contrafactuais, fato que licencia diretamente o uso de modalizadores epistêmicos como marca de condicionalidade.

Uma segunda fonte são as construções com cópula. São, usualmente, cópulas existenciais:

Russ. **esli** (<est "be" + li "whether") (Haiman, 1978); Swahili **i-ki-wa** "it being that" (-w- "be", cf. Ashton, 1947); jap. **nara** "be" (Akatsuka, 1982) (...) (TRAUGOTT, 1985, p.291)

Segundo Traugott (1985), a formação desse tipo de marca de condicionalidade decorre da natureza da sentença condicional. Assim, tal sentença, mesmo sendo uma pressuposição, pode significar que uma informação está sendo temporariamente tomada como certa pelo falante e pelo ouvinte, ou seja, acredita-se na existência de um determinado estado de coisas, o que motivaria o uso de cópulas existenciais.

As palavras interrogativas são uma terceira fonte, mais especialmente os complementos interrogativos de verbos do tipo "saber":

Russ. **esli** (<est "be" + li "whether") (Haiman, 1978); Hua **-ve** "interrogative, topic status, non-exhaustive conjunction, conditional" (Haiman, 1978)(...)(TRAUGOTT, 1985, p.291)

O uso de interrogativas como marca de condicionalidade relaciona-se à questão da criação de mundos possíveis. Com interrogativas, do tipo *whether*, questiona-se a verdade de uma proposição, de tal maneira que a resposta deve ser *sim* ou *não*. Quando se pergunta "você sabe se Maria foi ao cinema" a resposta dada relaciona-se com o estatuto epistêmico da questão, afinal a pergunta tem a ver com alternativas em mundos possíveis. Além disso, as interrogativas, conforme aponta Haiman (1978), podem também ser fonte para condicionais quando são usadas em pequenos diálogos:

(36) *A: Is he coming?*  
*B: Yes.*  
*A: Well, then, I'll stay.* (TRAUGOTT, 1985, p.294)

*A: Ele está vindo?*  
*B: Sim.*  
*A: Bom, então, eu ficarei.*

Nesse caso, o propósito do falante A é fazer com que o ouvinte B afirme a validade da proposição implicada pelo *sim* (*ele está vindo*). Uma vez que a afirmação foi dada, passa a ser considerada como *tópico* ou  *moldura* para o que vem em seguida. Em outras palavras, pode-se dizer que o fato de uma interrogativa marcar o tópico faz com que seja uma fonte lexical para a formação de uma marca de condicionalidade.

A quarta fonte de marcas de condicionalidade são as palavras que mostram algo dado ou conhecido. Tendem a ser marcas de tópico ou demonstrativos:

**given that, seeing that;** Gm. **vorausgesetzt dass;** Lat. and Romance **si** (<sei "so" < \*s 2<sup>a</sup> pers. deictic + ei locative, cf. Walde II 1954); English and German, **so**, as in Chaucer *Than shol I clymbe will y-nough... so myfoi might set upon youre bak 7 will be able to climb well enough... if I can put my foot on your back*" (TRAUGOTT, 1985, p.291)

Na verdade, afirma Traugott (1985), qualquer lexema que tenha a função de tópico torna-se fonte para uma marca condicional, como se vê pela quarta fonte lexical listada acima. Assim, a motivação para a seleção de itens dos domínios léxico-gramatical interrogativo e de topicidade deve-se ao fato de que a condicional apresenta uma informação em relação à qual a oração principal é tomada como verdadeira, adequada ou falsa.

A quinta e última fonte, aparentemente o grupo mais comum, são as palavras de origem temporal, mais especialmente palavras que expressam a noção temporal "por algum tempo" (duração), ou que são, ao menos, ambíguas entre as leituras durativa e não-durativa, como o *quando*:

**when(ever), so long as;** Hitt. **mān** "when, if; Swahili **ikiwa** "it being so" (-ki-imperfect, + w- "be", i.e. "it was being so); Tagalog **(ka)pag(ka), kung** "if, then, while" (Schachter and Otones, 1972) (...); Caddo **nas-** "when(ever), if (Chafe, p.c.) (TRAUGOTT, 1985, p.292)

Para Traugott (1985), as construções temporais apresentam uma estrutura em que a oração temporal serve como moldura para a oração principal. Em línguas como o inglês (e nesse caso também o português), que têm marcas específicas para cada um dos tipos de construção, pode haver ambigüidade nas leituras condicional e temporal de uma construção com *quando*, uma vez que nessas línguas o *quando* pode ser tratado como *sempre que*, isto é, como a moldura de um conjunto de acontecimentos<sup>8</sup>.

A partir das considerações de Tutescu (1990) e de Traugott (1985), pode-se notar o desenvolvimento histórico das construções que expressam a condicionalidade em diversas línguas. Os exemplos apresentados por Traugott (1985) são, claramente, casos em que houve mudança semântica. Não se pode dizer o mesmo das construções que são analisadas neste

<sup>8</sup>Esses pontos serão retomados na análise dos dados das construções que expressam condicionalidade.

trabalho, salvo das construções temporais<sup>9</sup>. Não há evidências de que as construções disjuntivas e aditivas tenham passado por algum tipo de mudança semântica, uma vez que se encontram ocorrências de seu uso com valor condicional:

- no latim,

(37) *Huic similiter / impinge lapidem, et dignum accipies praemium* (Fedro, III, 5, 6/7) (DIAS, 1954, p. 252)

*Taque uma pedra nele também e receberá um prêmio.*

(38) *effodiuntur bulbi ante uer aut deteriores fiunt* (Plin, nat, 19,5,30) (ORLANDINI, 1996, p. 154)

*As cebolas são desenterradas antes da primavera ou elas apodrecem.*

- no português dos séculos XVI e XVII,

(39) *por que certo vos nom hyes senam a lhe Representar aquelas cousas que de minha parte lhe disestes, confiando que elle folguaria de fazer o que por vos lhe emviey Requerer, ou vos responderia logo, pera cõ iso vos virdes. (D. João III - Cartas do Rei de Portugal, 1521-557) (Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe)*

(40) *Fiado pois o Cardeal por tantos princípios na justiça da Senhora Dona Catharina, por evitar discórdias nomeou Juizes, e requireo ao Catholico: o qual tergiversandolhe a razaõ, o constrangeo, E intimidou a que, ou lhe julgasse a causa, ou a naõ decidisse: naõ conseguia o primeiro, alcançou o segundo, porque estava muito poderoso com riquezas, E armas. Morto o Rey Cardeal, ficou a Senhora Dona Catharina só; (Manuel da Costa - A arte de furtar - 1601-1667) (Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe)*

(41) *Deitai ao mar um vaso de barro inteiro, nada por cima da agua: quebray esse mesmo vaso, fazey-o em pedaços, e todos até o mais pequeno se vão ao fundo. (Padre Antônio Vieira, Sermões, 1608-1697, II, 79.) (DIAS, 1954, p. 273)*

- e ainda mais recentemente, no século XIX,

<sup>9</sup> Como de fato aponta Braga (1996), a respeito da gramaticalização temporal>condicional que estaria ocorrendo no português do Brasil.

(42) *Tirai do mundo a mulher, e a ambição desaparecerá de todas as almas generosas* (Alexandre Herculano - *Eurico, o Presbítero*, 1844, 77) (DIAS, 1954, p. 273-274)

(43) - *Então, senhor comandante, cumpra o que lhe peço, ou eu atiro com isto ao rio.* (Camilo Castelo Branco - *Amor de Perdição* - 1863) (Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe)

De fato, não se nota, no que concerne às construções ora em discussão, que tenha acontecido qualquer tipo de reestruturação sintático-semântica que pudesse justificar a análise destas construções por meio do processo de gramaticalização, tal como entendido por Traugott (1985).

E verdade que, mesmo sem haver mudança semântica, uma análise diacrônica poderia ser feita neste trabalho, na qual se trataria da expressão do valor condicional em diferentes momentos, desde o latim, passando pelo desenvolvimento das estruturas que veiculam a condicionalidade, até chegar ao momento atual. Entretanto, considera-se que tal tarefa não se coloca no escopo deste trabalho, uma vez que o objetivo geral da tese é demonstrar a existência de um contínuo semântico-pragmático, por meio do qual se pode perceber como se manifesta a condicionalidade no português contemporâneo do Brasil.

Se a condicionalidade é expressa por diferentes construções além da oração subordinada adverbial canônica, é necessário discutir os fatores que licenciam o uso desses recursos "alternativos" nas situações de interação. Defende-se, neste trabalho, a hipótese de que as construções justapostas, alternativas, aditivas e temporais podem ser usadas para expressar o valor condicional porque elas passam por um processo pragmático-discursivo de *subjetivização* (TRAUGOTT, 1989, 1995, 2002; TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, entre outros), que faz com que expressões mais concretas se tornem mais abstratas, mostrando a atitude do falante em relação ao que está sendo dito. É o que se discute na próxima seção.

### 2.3 O PAPEL DO PROCESSO DE SUBJETIVIZAÇÃO NA EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE

Uma das questões mais discutidas quando se trata de gramaticalização diz respeito à *unidirecionalidade*. O processo de gramaticalização é considerado como unidirecional porque as mudanças morfosintáticas e semântico-pragmáticas sempre ocorrem a partir de categorias abertas, como nomes e verbos, para categorias fechadas, tais como auxiliares, conjunções, demonstrativos e pronomes, e não em ordem inversa. A gramaticalização pode ser também considerada unidirecional porque é um processo de mudança que leva ao desenvolvimento de expressões cujos significados mostram cada vez mais a atitude ou a crença do falante em relação ao que diz. A esse processo dá-se o nome de *subjetivização* (TRAUGOTT 1989, 1995, 2002, TRAUGOTT e KÖNIG, 1991; TRAUGOTT e DASHER, 2002).

De uma maneira geral, Traugott (1989, p. 35) invoca a noção de subjetivização para explicar que a mudança de significado determinada pelo fenômeno da gramaticalização sempre ocorre de um domínio objetivo e referencial para outro que envolve a atitude e as opiniões do falante.

Traugott (2002) mostra que os trabalhos acerca da subjetivização remontam ao fim do século XIX, com Michel Bréal, que considera que linguagem não existe na natureza, ou seja, não tem existência fora da realidade humana. Para Bréal o que move a linguagem, e a faz progredir é a vontade humana. No entanto, segundo Traugott (2002), a importância atribuída ao corte saussureano, o domínio do paradigma estruturalista na primeira metade do século passado, e, em seguida, o prestígio da teoria chomyskiana, em sua segunda metade, fizeram com que as noções ligadas ao sujeito, ao social/interacional, e ao discurso, de uma maneira

geral, ficassem "à margem" dos estudos lingüísticos. É com o trabalho de Émile Benveniste, em 1966, que os estudos sobre a subjetividade ganham novo fôlego. Nesse momento, aparecem também os estudos da sociolingüística, das teorias textuais e do próprio funcionalismo, em suas diferentes versões.

Nesse sentido, Traugott (2002) relaciona os pólos formalista (para ela, gerativista) e funcionalista de concepção da linguagem, mostrando suas diferenças, no diz respeito ao modo como as duas teorias tratam a mudança semântica. Traugott (2002) coteja, de maneira muito interessante, as concepções de aquisição da linguagem dos dois pólos, para mostrar que os trabalhos deste início de século trazem em seu escopo todas as conseqüências de um século de lingüística, mas que as recentes contribuições da pragmática histórica, sem dúvida alguma, trazem um diferencial nos estudos sobre as línguas. É o que afirma Traugott (2002, p. 31-32)

A semântica e a pragmática histórica é, sem dúvida, um campo bem diferente<sup>9</sup>. Estudos em semântica variam de um foco no macro-contexto cultural de mudanças em práticas discursivas para um foco nos micro-contextos de desenvolvimento do significado na comunicação, incluindo interações estratégicas localmente limitadas na conversação, na narrativa e em outros gêneros. Uma coisa que essas linhas de pesquisa tornaram clara é que podemos ir além dos pares de mudança semântica que nós todos aprendemos, que parecem conhecidos e contraditórios (e que desse modo parecem arbitrários): "melhoramento" vs. "pejoração", generalização vs. especialização, eufemismo vs. tabu, metáfora vs. metonímia. Da mesma forma, nós podemos ir além da aparente aleatoriedade de mudanças semânticas baseadas na referência. (...) Um quadro ainda mais amplo aparece quando nos movemos do pensamento a respeito de palavras fora de contexto para construções em contexto, e do estudo do inglês antigo e médio para o estudo de *corpora*. Agora nós nos encontramos diretamente no domínio da análise do discurso e do gênero; dos propósitos retóricos tais como a informação, a explicação, a persuasão, a interação estratégica e a força retórica."

<sup>9</sup>Em comparação com a semântica lexical, a lingüística cognitiva e a teoria da gramaticalização.

"Historical semantics and pragmatics is of course a very diverse field. Studies in the semantics range from focus on the sociocultural macro-context of changes in discursive practices to focus on the micro-contexts of meaning development in communication, including locally constrained strategic interactions in conversation, narrative, and other genres. One thing that these lines of research have made crystal clear is that we can go beyond the well-known contradictory-seeming (and therefore arbitrary-seeming) pairs of semantic change that we all have learned: amelioration vs. pejoration, generalization vs. specialization, euphemism vs. tabu, metaphor vs. metonymy. Likewise, we can go beyond the apparent randomness of reference-based meaning changes. (...) An even larger picture emerges when we move from thinking about words out of context to constructions in context, and from the study of OED or the MED to study of *corpora*. Now we find ourselves squarely in the domain of discourse and genre analysis; of rhetorical purposes such as information, explanation, persuasion, strategic interaction, and rhetorical force.



A perspectiva que ora se adota remete às recentes considerações acerca da influência dos fatores pragmáticos na mudança ou desenvolvimento de novos significados, tal como proposto por Traugott (1995, 2002), Traugott e König (1991) e Traugott e Dasher (2002). Os autores buscam em Grice (1975) e em Levinson (1995) a base teórica para postular que o falante, ao usar certas estratégias em seus discursos, guia e limita a convencionalização das implicaturas conversacionais por meio de três mecanismos: a *analogia*, que se refere à *metáfora*, a *reanálise*, que se refere à *metonímia*, e a subjetivização. No caso das construções em exame neste trabalho, acredita-se que, além da subjetivização, o processo de reanálise, que se realiza por meio da metonímia, desempenha um importante papel na atualização das diversas possibilidades de leitura do valor condicional. Assim, na próxima seção, descreve-se em mais detalhes o processo de subjetivização, explica-se o papel da metonímia, e, então, unem-se as duas noções para justificar as possibilidades de escolha à disposição do falante para expressar a condicionalidade.

### **2.3.1 A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: DO CONCRETO PARA O ABSTRATO**

Traugott (1989, 1995) define a subjetivização como o processo semântico-pragmático por meio do qual os significados se tornam cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante em relação à proposição. Segundo Traugott e König (1991), as teorias da inferência (GÉIS e ZWICKY, 1971) e da informatividade (GRICE, 1975) podem explicar a unidirecionalidade que se percebe nos processos de construção de novos significados, nesse caso, de significados mais subjetivos.

Um dos exemplos utilizados por Traugott (1989, 1995) e Traugott e König (1991) para mostrar como se dá o processo de subjetivização é o do desenvolvimento da conjunção do inglês *while*. Os autores afirmam que essa conjunção, que no inglês antigo significava "*at the time that*", passou a significar, no inglês médio "*during*", e chegou ao seu significado atual "*although*". Os exemplos em que se percebem, respectivamente, os três significados, são:

(44) *pass mannes sawul is beloncen on his lichaman pa hwile he he lybbende bib. (c. 1000, ^CHom II)*

*Man's soul is locked in his body while/as long as he is alive.*

*Alma de um homem está presa em seu corpo enquanto ele está vivo.*

(45) *Dast lestede ba [xix] wintre wile Stephen was king. (c. 1137 CrhonE (Plummer) 1137.36)*

*That lasted those 19 winters while Stephen was king.*

*Isto durou aqueles 19 invernos enquanto Stephen era rei.*

(46) *Whill others aime at greatnes boght with blod. Not to bee great thou stryves but to bee good. (1617, Sir W. Mure, Misc. Poems xxi.23. (OED))*

*While others aim at greatness that is hought with blood, you slrive to be not great but good (1617, Sir W. Mure, Misc. Poems xxi.23. (OED))*

(TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p. 201)

*Enquanto outros objetivam a grandeza que é comprada com sangue, você luta para não ser grande mas bom.*

No exemplo (44) é possível perceber que o conectivo que originariamente se referia a uma situação temporal, vista como parte verificável de uma descrição, e nesse sentido, como proposicional, apresenta uma carga mínima de subjetividade, que consiste apenas na afirmação da existência de uma relação temporal entre a oração principal e a temporal. No exemplo (45), o conectivo passa a assinalar uma relação coesiva, com função temporal e

textual, sendo portanto mais subjetiva, no sentido de que apresenta não apenas a temporalidade, mas as razões para a situação: aquilo durou 19 anos porque Stephen era o rei. Chega-se, por fim, ao significado concessivo, que expressa a atitude do falante em relação ao conteúdo exposto, no exemplo (46). Percebe-se que há um processo unidirecional, afinal o conectivo tem primeiramente uma função proposicional, passando por um estágio intermediário de coesão textual, até chegar à função discursiva interacional.

Nesses exemplos, percebe-se que, na passagem do significado coesivo-temporal *enquanto*, para o significado concessivo *embora*, foi convencionalizada uma inferência de surpresa em relação à simultaneidade no tempo, ou das relações entre evento e razão. Tal surpresa ou contraste só se revela interessante de um ponto de vista pragmático e não temporal, o que acarreta a subjetivização, porque remete a um tipo de concessividade modal. Dessa forma, afirmam Traugott e König (1991, p. 211):

A contigüidade envolvida é baseada no mundo discursivo. A "indexação" envolvida é o apontar para a **relevância** que as inferências conversacionais sobre situações estereotípicas implicam. Uma implicatura originariamente conversacional de que um marcador de simultaneidade não seria usado a menos que houvesse algo memorável sobre a simultaneidade passou a indicar o fator de surpresa e desse modo, o concessivo. Se essa é uma analogia aceitável entre o **reforço pragmático e a metonímia**, então deve-se considerar que o desenvolvimento de implicaturas convencionais é um caso de sinédoque (parte>todo) [grifos meus]<sup>13</sup>.

As mudanças que ocorrem em exemplos como os que se mostrou acima são de base *metonímico-conceituais* porque envolvem a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto, mesmo que implicitamente. Nesses casos, "o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que o

<sup>13</sup>The contiguity involved is based in the discourse world. The 'indexing' involved is the pointing to relevance that conversational inferences about stereotypical situations entail. (...) An originally conversational implicature that a marker of simultaneity would not be used unless there was something remarkable about simultaneity came to index the surprise factor and thus the concessive. If this is an acceptable analogy between pragmatic strengthening and metonymy, then it should be noted that the development of conventional implicatures is a case of synecdoche (part>whole).

mesmo pode ser o caso" (HATTNER et al, 2001, p. 124). Este fato está, portanto, ligado à relevância, afinal o falante faz/inferê as associações que são mais relevantes em um certo contexto.

Nesse sentido, pode-se dizer que para Traugott e König (1991) e Traugott (1989, 1995) tão importantes quanto os processos metafóricos são aqueles de base metonímica. As mudanças de significado que advêm de tais processos surgem da contigüidade em contextos lingüísticos. Segundo Hopper e Traugott (1993, p. 82)

A metáfora é uma transferência semântica por meio de uma similaridade de percepções de sentido, e é analógica e icônica, enquanto a metonímia é uma transferência semântica por meio da contigüidade e da "indexação". Em outras palavras, a metonímia aponta para (indica) relações no contexto. A partir desta perspectiva, a metáfora opera através de domínios conceituais, enquanto a metonímia opera através de constituintes (morfo)sintáticos interdependentes.<sup>13</sup>

Traugott e König (1991) propõem, ainda, que a noção de metonímia seja ampliada, passando a envolver também domínios mais abstratos, como, por exemplo, o da mudança de significados de menos para mais epistêmicos. A noção de metonímia, para eles, deveria, então, ser observada em contextos cognitivos (por essa razão a preferência pelo uso do termo mudanças metonímico-conceituais) e pragmáticos, de que fazem parte as inferências conversacionais e convencionais. Nesses casos, ocorre *a convencionalização de inferências conversacionais*, que resulta, em última instância, na subjetivização.

O exemplo do processo de mudança semântico-pragmática do conectivo *while* e muitos outros exemplos apresentados por Traugott (1989, 1995), Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) para explicar o processo de subjetivização envolvem, em seu final, a gramaticalização das formas em discussão. Entretanto, nem toda mudança semântico-

"Metaphor is semantic transfer through a similarity of sense perceptions, and is analogical and iconic, while metonymy is semantic transfer through contiguity and 'indexical'. In other words, metonymy points to ("indexes") relations in context. From this perspective, metaphor operates across conceptual domains, while metonymy operates across interdependent (morpho)syntactic constituents.

pragmática leva necessariamente à gramaticalização. Nesse sentido, Traugott (informação pessoal)<sup>14</sup> afirma:

A subjetivização é uma mudança semântica que melhor combina com a gramaticalização porque a gramaticalização é um processo por meio do qual os falantes recrutam material para apontar suas perspectivas sobre o que estão falando (o que é sujeito, objeto, etc), sua relação temporal com o momento de fala ou outros momentos, a "fase"(aspecto) temporal do evento, sua relação com o que precedeu (marcadores discursivos), etc, mas isso não significa que esteja limitada a ela".

Desse modo, acredita-se que a análise a que se procede neste trabalho pode ser feita com base nas considerações de Traugott (1995, 2002), Traugott e König (1991) e de Traugott e Dasher (2002) sobre a subjetivização, mesmo que as construções analisadas não passem por um processo de gramaticalização. Acredita-se que as construções justapostas, aditivas, disjuntivas e temporais, quando usadas como formas de expressar o valor condicional, passam a manifestar a avaliação, a atitude do falante em relação ao conteúdo expresso, por meio do reforço da informatividade, resultante dos processos metonímicos.

É esse o caminho adotado por Schwenter (1999), em análise sobre condicionais com valor adversativo no espanhol. Segundo o autor

agora é fato conhecido que os significados sincrônicos são fortemente limitados por suas histórias, e também que a convencionalização de implicaturas, além de ser extremamente gradual, nem sempre pode alcançar a completude. Isto é, a convencionalização pode parar em ou em volta de uma implicatura conversacional generalizada, nunca atingindo o estatuto incancelável de significados codificados totalmente semanticizados<sup>15</sup>. (SCHWENTER, 1999. p. 28)

<sup>14</sup>Comunicação por e-mail com a Profa. Dra. Elizabeth Closs Traugott.

<sup>15</sup>Subjectification is a semantic change that fits best with grammaticalization because grammaticalization is a process by which speakers recruit material to index their perspectives about what they are saying (what is subject, object, etc), its temporal relation to speech time or other times, the temporal "phase" (aspect) of the event, its relation to what preceded (discourse markers), etc, but that does not mean it is limited to it.

<sup>16</sup>It is now well-known that synchronic meanings are heavily constrained by their histories, and also that the conventionalization of implicatures, besides being extremely gradual, may also not always be taken to completion. That is, conventionalization may halt at or around the generalized conversational implicature, never reaching the uncancellable status of fully semanticized encoded meanings.

Discute-se na próxima seção a relação entre as construções de valor condicional e a subjetivização.

### 2.3.2 O CARÁTER SUBJETIVO DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

Afirmou-se na seção precedente que as construções justapostas, alternativas, aditivas e temporais quando usadas para expressar a condicionalidade tornam-se mais subjetivas, mais abstratas. O processo semântico por que essas construções passam é de base metonímica, porque o valor condicional passa a coexistir com outros valores. Há, nesses casos, a convencionalização de implicaturas conversacionais. Faz-se necessário discutir quais implicaturas estão envolvidas na expressão do valor condicional. É o que se vê a seguir.

#### 2.3.2.1 O VALOR CONDICIONAL E AS IMPLICATURAS DA INCERTEZA E DA PERFEIÇÃO CONDICIONAL

Schwenter (1999) em trabalho sobre condicionais do espanhol que podem receber uma interpretação adversativa, como em:

(47) [*sisters R and Q are looking in a clothing shop window*]

*R: Ah, mira qué chaqueta más chula!*

*Q: ¡Si es horrible!*" (SCHWENTER, 1999, p. 118)

[*irmãs R e Q estão olhando uma vitrine de loja*]

<sup>13</sup>Gasparini-Bastos (informação pessoal) ressalta que esse tipo de construção é comum no espanhol falado.

R: *Ah, olha que jaqueta mais bonita!*

Q: *Se é horrível!* (tradução minha)

considera que as construções condicionais não trazem em seu significado certos valores que comumente têm sido a elas atribuídos, como hipoteticidade ou incerteza, mas que esses valores são implicados conversacionalmente. As implicaturas invocadas para explicar o funcionamento das construções são analisadas em termos escalares, no sentido de que não se trata de polaridade, de contraste entre existência ou não-existência, mas de escalas de menor ou maior realização de um determinado valor. Nas palavras do autor, sua proposta é

uma análise alternativa desses significados "regulares" [das condicionais] de uma perspectiva pragmática, uma perspectiva que trata a "sensação" hipotético/irreal dos marcadores condicionais como um caso de implicatura conversacional (generalizada), não de semântica codificada. Tal proposta permitirá a unificação de usos aparentemente mais prototípicos da condicional, com aqueles que têm sido considerados de natureza mais marginal<sup>18</sup>. (SCHWENTER, 1999, p. 71)

Um dos exemplos apresentado por Schwenter (1999) é a comparação entre os conectivos *if* e *since*, fora de contexto e em um dado contexto. O autor demonstra que nem o significado de certeza de *since*, nem o significado de incerteza de *if* fazem parte dos significados dos conectivos, mas advêm de implicaturas conversacionais, que resultam da aplicação do princípio-Q<sup>19</sup>, segundo Levinson (1995). Para Levinson (1995), deve-se analisar a diferença entre conectivos como *if* e *since*, por exemplo, como uma diferença pragmática, que

<sup>18</sup>an alternative analysis of these "regular" meanings [das condicionais] from a pragmatic perspective, a perspective that treats the hypothetical/irrealis "feel" of conditional markers as a matter of (generalized) conversational implicature, not of coded semantics. Such an approach will permit a unification of the seemingly more prototypical uses of conditional with those that have been considered more marginal in nature.

<sup>19</sup>O princípio-Q é uma reformulação da máxima conversacional de quantidade, proposta por Grice (1975), que diz que o falante deve fazer de sua contribuição a mais informativa possível. O princípio-Q baseia-se em um conjunto de expressões contrastantes, ordenadas em uma escala, que diferem em relação à quantidade de informação que veiculam. Esse princípio tem sido muito utilizado nos domínios da quantificação e da definitude, como, por exemplo a diferença entre os artigos "um" e "o". O artigo definido "o" em "Comi o chocolate" pode implicar que o falante comeu o único e restante chocolate que havia em uma caixa de bombons, disputado por dois irmãos. Nesse caso, o artigo definindo leva a uma determinada inferência, "havia apenas um chocolate", a qual não se chega com o uso do artigo indefinido.

é motivada por convenções de uso, e não por algo que seja inerente à semântica desses conectivos.

A primeira implicatura conversacional de que trata Schwenter (1999) é a *implicatura da incerteza*, que tem relação com o conhecimento (ou a falta de conhecimento) do falante sobre o conteúdo veiculado em uma oração. Há uma escala em que se dispõem as variáveis que manifestam a (in)certeza epistêmica do falante em relação à verdade de uma proposição.

Nesse sentido, fora de contexto, //manifesta a incerteza do falante em relação ao conteúdo proposicional expresso pela oração condicional e o *since*, a certeza do falante.

(48) *Since it's snowing, it's winter.*

*Já que está nevando, é inverno.*

(49) *If it's snowing, it's winter.* (SCHWENTER, 1999, p. 80)

*Se está nevando, é inverno.*

Em um determinado contexto a segunda oração não necessariamente expressa incerteza, uma vez que pode ser baseada em informação visual: o falante vê que está nevando, e mesmo assim usa a oração com *if*.

(50) [*It is middle of October in Chicago. A is looking out the window but B isn't*]

*A: It's snowing!*

*B: It's not even winter!*

*A: If it's snowing, it's winter.* (SCHWENTER, 1999, p. 80)

*É metade de outubro em Chicago. A está olhando para fora da janela mas B não.*

*A: Está nevando!*

*B: Não é inverno ainda!*

*A: Se está nevando, é inverno.*



Um outro exemplo apresentado pelo autor diz respeito ao uso do // "com verbos que expressam uma atitude positiva do falante (AKATSUKA, 1985). Assim, em orações como

(51) *Si eso se pasa, y yo SÉ que va a pasar, va a haber problemas.*

(SCHWENTER, 1999, p. 81)

*Se isto acontece, e eu sei que vai acontecer, vai haver problemas.*

o uso do verbo *saber* não faz com que a oração com *si* que inicia o período pareça estranha, porque, nesse caso, infere-se a certeza e não a incerteza por parte do ouvinte.

Schwenter (1999), ao invés de procurar contrastes entre o valor condicional e outros valores, vai justamente buscar as razões das similaridades entre eles, contextualmente. E "simples" explicar as diferenças, afinal, tais valores são expressos por meio de construções diferentes, com conectivos específicos e têm correlações modo-temporais distintas. A tarefa torna-se mais complexa quando se percebe que, em algum ponto, tais valores convergem, e que mecanismos inerentes às línguas naturais - processos de mudança e variação semânticas, por exemplo - fazem com que um mesmo valor seja expresso por construções várias. Tanto é assim que Schwenter (1999) descreve em seu trabalho as orações condicionais que podem ter uma leitura adversativa, e o faz com base nas semelhanças entre essas construções, e não nas suas diferenças.

Uma das considerações mais importantes de Schwenter (1999) para a análise que se desenvolve neste trabalho diz respeito à comparação que o autor faz, com base nessa mesma implicatura da incerteza, entre condicionais e temporais. Não se está mais no domínio da causalidade, como na relação entre *if* e *since*, trata-se agora de uma escala de natureza temporal. Segundo o autor, é clara a diferença entre

(52) *Si tu madre te ve (IND), te va a renir.*

*Se a tua mãe te vê, vai te repreender.*

(53) *Cuando tu madre te vea (SUBJ), te va a rehir.*

*Quando tua mãe te vir, vai te repreender.*

já que as condicionais expressam mais incerteza que as temporais, o que também se percebe por meio dos modos verbais utilizados no espanhol. Para Schwenter (1999), entretanto, há casos em que não se pode notar essa diferença entre as construções, uma vez que há construções com *se* que não implicam incerteza. Nesses casos o *se* poderia, sem problemas, ser interpretado como *quando*. Acredita-se que a recíproca também possa ser verdadeira, ou seja, em certos contextos o *quando* poderia ser lido como *se*, justamente aqueles contextos incertos, em que há uma oração condicional antecedendo o período com *quando*, que cria uma moldura de eventualidade, como na seguinte ocorrência:

(54) Mathias: Meu coração tem um sereno jeito e as minhas mãos o golpe duro e presto. De tal maneira que, depois de feito, desconstruído eu mesmo me contesto. Se trago as mãos distante do meu peito, é que há intenção e gesto, e se meu coração nas mãos estreito, me assombra a súbita impressão de incesto. *Quando me encontro no calor da luta, ostento a aguda empunhadura à proa*. Mas o meu peito se desabotoa. E se a sentença se anuncia bruta, mais que depressa a mão cega executa, pois que senão o coração perdoa. (C-LD)

Nessa ocorrência, pode-se perceber toda a elaboração de um quadro condicional, e assim, a construção com o *quando* poderia ser interpretada como uma temporal-condicional:

(54a) Mathias: Meu coração tem um sereno jeito e as minhas mãos o golpe duro e presto. De tal maneira que, depois de feito, descontrado eu mesmo me contesto. Se trago as mãos distante do meu peito, é que há intenção e gesto, e se meu coração nas mãos estreito, me assombra a súbita impressão de incesto. *Se me encontro no calor da luta, ostento a aguda empunhadura à proa.* Mas o meu peito se desabotoa. E se a sentença se anuncia bruta, mais que depressa a mão cega executa, pois que senão o coração perdoa. (C-LD)

A outra implicatura conversacional a que Schwenter (1999) faz menção é, talvez, a mais conhecidas delas, a da *perfeição condicional* (*conditional perfection*), rótulo "cunhado" por Geis e Zwicky (1971), em trabalho inovador sobre as inferências solicitadas (*invited inferences*). Por meio dessa implicatura, espera-se que as condicionais sejam interpretadas como bicondicionais, no sentido de que *se p, (então) q* implica *se não p, (então) não q* ou *se e somente se p, então q*. O exemplo clássico dos autores e suas versões são:

(55) *If you mow the lawn, I'll give you five dollars.* (GÉIS e ZWICKY, 1971, p. 4)

*Se você cortar a grama, eu te darei cinco dólares.*

(56) *If you don't mow the lawn, I won't give you five dollars.*  
(SCHWENTER, 1999, p. 90)

*Se você não cortar a grama, eu não te darei cinco dólares.*

(57) *If and only if you mow the lawn. I'll give you five dollars.*  
(SCHWENTER, 1999, p. 90)

*Se e somente se você cortar a grama, eu te darei cinco dólares.*

No caso dessas condicionais, o falante dá a seu ouvinte apenas uma alternativa: fazer aquilo que está expresso na prótase para então receber o que está previsto na apódose. Assim, o ouvinte infere que em nenhuma outra condição o conteúdo da apódose vai se tornar realidade.

Schwenter (1999) mostra que todos os tipos de condicionais (SWEETSER, 1990) implicam a perfeição condicional, e não apenas as condicionais de conteúdo, chamadas por Dancygier (1998) de *predictivas*, que são construções em que se prediz que a situação na apódose está condicionada ao preenchimento da situação expressa na prótase<sup>20</sup>. As predições são atualizadas preferencialmente por meio de construções no futuro, que são mais ou menos incertas. Sendo assim, há sempre a possibilidade de que o estado de coisas alternativo, o inverso daquele que foi introduzido na prótase, aconteça. Schwenter (1999) apresenta alguns bons exemplos de condicionais epistêmicas e de atos de fala que também podem ser analisadas por meio da perfeição condicional, e assim, sugere que

como evocam uma situação alternativa, as predições dão origem à perfeição condicional, mas a perfeição condicional não é restrita a condicionais que atualizam predições, como fica claro em exemplos como "Se você não precisa de dinheiro, deixe seu emprego", porque não-predições podem também evocar alternativas para P. (...) A importância de situações alternativas para a perfeição condicional deveria agora estar clara: apenas aquelas condicionais que levam à possibilidade de imaginar uma situação alternativa em que P não acontece são candidatas à implicatura<sup>21</sup>. (SCHWENTER, 1999, p. 93)

Nesse ponto, o autor afirma que a forma das orações usadas para evocar alternativas não importa, e, sendo assim, *construções justapostas condicionais e condicionais aditivas* também podem ter uma leitura bicondicional, ou seja, também são pragmaticamente entendidas por meio da implicatura da perfeição condicional.

(58) *You stab me with your pitchfork, I'll shoot you with my gun.*

*Você me fere com seu anzinho, eu atirarei com meu revólver.*

<sup>20</sup> A respeito desse tipo de condicional, ver adiante o capítulo das condicionais disjuntivas e aditivas.

<sup>21</sup> To the extent that that they evoke an alternative situation, predictions give rise to conditional perfection, but conditional perfection is not RESTRICTED [grifo do autor] to conditionals that carry out predictions, as examples like If you don't need the money, quit your job make clear, because non-predictions can also evoke alternatives to P. (...) The importance of alternative situations for conditional perfection should now be clear: only those conditionals that lead one to the possibility of imagining an alternative situation in which P does not hold are candidates to implicature.

(59) *They keep treating me like this and TU quit.* (SCHWENTER, 1999, p. 96)

*Eles continuam a me tratar desse modo e eu sairei.*

Há uma tendência por parte do ouvinte de interpretar a condição introduzida pela marca condicional canônica como sendo a mais importante ou a exclusiva para se predizer um evento ou um estado de coisas. E o autor completa

o conhecimento dos falantes dessa tendência permite que eles usem tais condicionais para convidar inferências de exclusividade: o pai que diz *Se você não for bom, você não ganhará nenhum presente em seu aniversário* sabe sensivelmente que a criança vai "perfectivizar" essa condicional e interpretá-la como uma boa razão para se comportar, apesar do fato de que o pai mais provavelmente vai adquirir presentes de aniversário para a criança não importa o quão mal ela ou ele se comporte. E embora seja verdade que uma condicional paratática como *Comporte-se mal e você não ganhará nenhum presente de aniversário* também leve a uma interpretação de perfeição, a associação recorrente entre o marcador condicional canônico e a perfeição condicional significa que existe o potencial para a convencionalização do sentido de exclusividade no próprio marcador<sup>22</sup>. (SCHWENTER, 1999, p. 110)

Acredita-se que esse tipo de inferência seja responsável pelo aparecimento de uma interpretação condicional nas orações justapostas, aditivas e disjuntivas. Ressalte-se que essa implicatura está ligada à implicatura da incerteza, afinal, apenas a informação que é incerta para o falante e para o ouvinte pode ser passível de uso em alternativas, em enunciados exclusivos. Fica claro a partir dos exemplos que o certo e o incerto, e assim, o comprometimento ou o não-comprometimento do falante, não fazem parte do significado do conectivo, mas são derivados de implicaturas conversacionais escalares, ao contrário do que consideram muitos estudos de cunho puramente semântico. O mesmo se dá com a condição suficiente e aquela que é necessária.

<sup>22</sup>speakers' knowledge of this tendency allows them to use such conditionals to invite inferences of exclusivity: the parent who says *If you're not good, you won't get any presents for your birthday* is keenly aware that the child will "perfect" this conditional and interpret it as a good reason to shape up, despite the fact that the parent will most likely to purchase birthday presents for the child no matter how badly he or she behaves. And while it is true that paratactic conditionals like *Behave bad and you won't get any presents for your birthday* also lend themselves to a perfected interpretation, the recurrent association between canonical conditional marker and conditional perfection means that there is the potential for conventionalization of the sense of exclusivity in the marker itself.

Percebe-se que a utilização do princípio-Q, que está ligado à máxima conversacional de quantidade de Grice (1975), tem estreita relação com a descrição proposta por Traugott (1995, 2002) para explicar alguns aspectos do processo de gramaticalização. Há nos casos apresentados por Schwenter (1999) o reforço da informatividade, uma vez que os enunciados analisados não se prestam apenas à manifestação de condições de verdade, de fatos reais ou irreais, como um tratamento de cunho semântico concluiria. Tais enunciados são também veículos das certezas e incertezas dos falantes acerca do conteúdo que está sendo manifestado interacionalmente, e portanto, dos juízos *subjetivos* desses falantes sobre esse conteúdo.

Em conclusão, pode-se dizer que, na atualização do valor condicional, diferentes estratégias estão relacionadas com a *convencionalização de implicaturas conversacionais ou pragmáticas*, que leva a um processo de *subjetivização*. Na verdade, não há substituição de um item por outro, decorrente da perda de significado, como nos casos prototípicos de gramaticalização, mas significados que coexistem, ou seja, um significado é inferível de outro. O que se acredita, portanto, é que o falante, ao escolher um oração disjuntiva ou aditiva ou temporal para expressar um determinado conteúdo condicional, espera que seu ouvinte seja capaz de inferir essa condicionalidade. Assim, tais orações adquirem um "traço" de subjetividade ao serem utilizadas com o valor condicional, porque expressam conteúdos mais abstratos que a disjunção ou a adição ou a marcação temporal, e é isso que se vai mostrar na análise das ocorrências. Antes, entretanto, faz-se necessário apresentar os procedimentos metodológicos que norteiam este trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Um trabalho de base funcionalista deve certamente trazer ocorrências reais das línguas. Sendo assim, neste trabalho, analisam-se ocorrências encontradas em obras de teatro, em novelas, em romances, em manuais técnicos, em editoriais jornalísticos e em discursos dos últimos cinquenta anos. No *corpus* Principal do Laboratório de Estudos Lexicográficos da UNESP - Campus de Araraquara, selecionaram-se as ocorrências das literaturas técnica, oratória, romanesca e dramática. As ocorrências dos textos jornalísticos foram encontradas na Folha de São Paulo, edições de 1994 a 1999. Além disso, pela necessidade de completar o *corpus* de Literatura Oratória foram também consultados os *sites* da Academia Brasileira de Letras ([www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)), do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) e da Câmara dos Deputados ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) em busca de discursos de acadêmicos, de senadores e de deputados federais<sup>23</sup>.

Para uma pesquisa acerca de construções condicionais no português antigo foi utilizado o *corpus* do *Projeto Tycho Brahe*, um *corpus* anotado do português histórico (acesso disponível em <http://www.ime.usp.br/~tycho>), com textos dos séculos XV a XIX. Nesse *corpus* as ocorrências foram procuradas nos textos tentando cobrir um espaço de tempo razoável para justificar a escolha teórica adotada. Foram usados também gramáticas e textos sobre português histórico e latim (DIAS, 1954; ORLANDINI, 1996).

Tendo em vista o caráter híbrido de alguns desse *corpus*, foi necessária uma seleção dos textos a serem utilizados na análise. Do *corpus* de literatura técnica foram escolhidos

Confira-se o anexo, em que estão discriminados todos os textos analisados.

apenas textos da coleção "Primeiros Passos", que se caracterizam pela exposição de fatos científicos de uma maneira considerada mais acessível para um público leigo. No caso dos textos jornalísticos, optou-se apenas pelos editoriais e por artigos de opinião, escritos por articulistas do jornal Folha de São Paulo, no período de 1994 a 1998. Nas literaturas dramática e oratória escolheram-se textos representativos de toda a segunda metade do século XX, sem predomínio de uma ou outra época, o que também foi feito no caso da literatura romanesca.

Em cada uma das literaturas encontra-se um total aproximado de cinqüenta mil palavras, sendo o *corpus* final composto por duzentos e cinqüenta mil palavras. Todas as ocorrências das conjunções *ou*, *e* e *quando* foram localizadas e destacadas, mas como a análise que se faz nesta tese se relaciona com o uso do valor condicional em estruturas não-canônicas, e como também se analisam as construções justapostas, foi necessário ler completamente os textos, de modo a encontrar, então, aquelas ocorrências que de fato poderiam permitir uma interpretação condicional.

Em seguida, as ocorrências foram codificadas e classificadas de acordo com diferentes parâmetros, tais como tempos e modos verbais, posição, função pragmática, que são especificados em cada uma das seções relativas à análise dos dados, apresentadas no próximo capítulo. Uma vez que o fenômeno lingüístico analisado neste trabalho não é considerado a partir de uma perspectiva variacionista, a quantificação de dados fornece uma caracterização de cada um dos tipos de construção considerados, que, entretanto, não serão contrastados entre si, para se mostrar, por exemplo, seu grau de gramaticalização, como foi feito por Visconti (2003), que comparou construções que expressam a condicionalidade, no italiano e no inglês, por meio das conjunções *qualora* e *whenever*, e mostrou que no italiano tais construções estão mais gramaticalizadas que no inglês.



O que se vai mostrar, portanto, é uma tendência recorrente não só no português escrito do Brasil, como em várias outras línguas (SCHWENTER, 1999, VISCONTI, 2003), do uso de construções diversas para expressar o valor condicional. Nesse sentido, em tais construções encontra-se exatamente a multifuncionalidade dos itens que compõem um determinado sistema lingüístico, como propõe Halliday (1985). É sobre a constituição e representação desse valor multifuncional que trata o próximo capítulo.

## 4 A ANÁLISE DA EXPRESSÃO DO VALOR CONDICIONAL

A análise que se propõe nesta tese leva em conta a existência de diferentes expedientes para a manifestação do valor condicional, que formam um contínuo de condicionalidade. Postular esse contínuo acarreta, obviamente, adotar uma concepção sobre o fenômeno de articulação de orações que é diferente daquela proposta nos chamados estudos tradicionais<sup>24</sup>, em que há uma divisão clara entre subordinação e coordenação. Depois de se tratar do contínuo de condicionalidade e da articulação de orações, passa-se à análise dos diferentes tipos de construções que expressam o valor condicional.

### 4.1 O CONTÍNUO DA CONDICIONALIDADE

Segundo König (1986), embora à primeira vista as diferenças entre os termos *condicional*, *causai* e *concessivo* pareçam claras, quando se tenta explicá-los nas línguas ou caracterizá-los exaustivamente em uma mesma língua não se encontra tanta facilidade assim. O que acontece é que não há construções específicas em que alguns desses termos possam ser realmente aplicáveis. Dependendo do contexto, uma frase pode ter uma interpretação condicional ou causai, mesmo quando a relação adverbial vem marcada por uma determinada conjunção, considerada comprometida com uma ou outra interpretação. Isso ocorre porque há sobreposição e/ou neutralização, tornando-se difícil assinalar de qual categoria se trata.

<sup>24</sup>Embora a divisão dicotômica entre subordinação e coordenação seja característica das propostas de cunho tradicional, é essa também a divisão que segue a Gramática Funcional de Dik (1997) e seus seguidores, principalmente Hengeveld (1998) e Quintero (2000).

Vários são os estudos que tratam dessa sobreposição semântico-pragmática, dentre os quais se destacam Traugott (1985), Auwera (1986), Comrie (1986), König (1986), Harris (1986), König e Auwera (1988), Souza (1996), Zamproneo (1998), Dancygier (1998), Schwenter (1999), Couper-Kuhlen e Kortmann (2000), Dancygier e Sweetser (2000), entre outros. E por essa razão que Harris (1986) propõe a existência de um contínuo em que não há separações discretas entre as construções.

Esse contínuo, vale ressaltar, poderia ser de dois tipos: um primeiro tipo trataria das condicionais com a estrutura *se p então q* que assumem outros valores, como por exemplo, os de concessão (KÖNIG, 1986), de adversidade (SCHWENTER, 1999) e de causalidade (DANCYGIER E SWEETSER, 2000). Um outro caminho, o que se adota neste trabalho, considera a ocorrência do sentido condicional em estruturas diferentes da canônica *se p então q*, e que é veiculado pelas justapostas, coordenadas aditivas e disjuntivas, e temporais.

Sem dúvida, várias outras formas de expressão da condicionalidade poderiam ser analisadas, principalmente aquelas que teriam surgido das fontes lexicais propostas por Traugott (1985), listadas na seção 2.2.2., tais como itens lexicais modalizadores ou como as orações interrogativas (HERRING, 1991; LEUSCHNER e VAN den NEST, 2005). Há ainda várias conjunções condicionais complexas que poderiam ser objeto de análise, porque muitas delas estão entre as fontes lexicais que Traugott (1985) chama de marcas de informação dada, como "supondo que" e "dado que" (MONTOLÍO, 2000; VISCONTI, 2000). Entretanto, algum recorte tinha de ser feito. A opção pelas construções ora em análise justifica-se porque por meio delas se demonstra o contínuo de integração proposto por Lehmann (1998). Embora não se faça tal descrição neste trabalho, a partir de outros tantos estudos já feitos (por exemplo, NEVES e BRAGA, 1999), acredita-se que seja possível dizer que tais construções se dispõem no contínuo que vai das justapostas, passando pelas aditivas e disjuntivas, até

chegar às temporais e condicionais. Obviamente, as outras relações mencionadas estariam dispostas nesses intervalos, mas acredita-se que as construções escolhidas sejam as mais salientes (e quem sabe as mais relevantes), quando se pensa na expressão da condicionalidade no português do Brasil. Com isso, espera-se dar conta de uma unificação entre os casos prototípicos e outros menos comuns.

Nenhuma dessas considerações seria possível se o tratamento dado às construções analisadas não partisse de um ponto de vista funcional, que considera o fenômeno da articulação de orações como um fenômeno discursivo. É o que se trata na próxima seção.

## 4.2 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Sob o ponto de vista funcionalista as relações entre as orações com base na dicotomia *coordenação e subordinação*, tal como previstas nas gramáticas normativas, são revistas (HALLIDAY, 1985; MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988; LEHMANN, 1988).

Segundo Halliday (1985), a articulação de orações deve ser vista a partir de duas dimensões de interpretação: o *sistema de interdependência* e o *sistema lógico-semântico*. Por um lado, as relações são vistas como um sistema de interdependência, ou sistema tático, em que estão a *parataxe*, isto é, a ligação de elementos de categorias iguais, no sentido de que cada um pode constituir um todo funcional, e a *hipotaxe*, ou seja, a relação modificadora da união de elementos de distintas categorias, em que um elemento dominante é livre e, um outro, não-dominante, não.

Por outro lado, as relações são vistas de acordo com o sistema lógico-semântico de *expansão* e *projeção*. A *expansão* ocorre quando a segunda oração expande a primeira, elaborando-a, estendendo-a ou encarecendo-a. Na *elaboração*, uma oração elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a. Na *extensão*, uma oração amplia o significado de outra, acrescentando algo novo a ela; o que é adicionado pode ser um acréscimo, uma substituição ou uma alternativa. No *realce* (encarecimento), uma oração realça o significado de outra, qualificando-a com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa ou condição. Já a *projeção* ocorre quando a segunda oração é projetada pela primeira, apresentado-a como uma locução ou uma idéia.

Halliday (1985) também propõe a relação de *encaixamento*, em que uma oração funciona como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, que, por sua vez, é um constituinte de uma oração. Uma oração encaixada não compõe diretamente a frase. Sua relação com a oração mais alta é uma relação indireta, intermediada pelo grupo ao qual a oração encaixada está ligada. A oração encaixada funciona na estrutura desse grupo, e o grupo funciona na estrutura da oração. Dessa forma, não há, como na parataxe e na hipotaxe, relações entre orações.

Halliday (1985) associa as relações lógico-semânticas de *expansão* e *projeção* ao sistema de interdependência. Dessa forma, da associação *elaboração* + *parataxe* resultam as orações coordenadas assindéticas, ou mesmo as orações justapostas. Da associação *elaboração* + *hipotaxe* resultam as orações relativas não-restritivas (explicativas). Da associação *elaboração* + *encaixamento* resultam as orações relativas restritivas. Da combinação *hipotaxe* + *realce* resultam as tradicionalmente chamadas *orações adverbiais* (orações de tempo, lugar, modo, causa, condição, concessão, etc). São, portanto, duas dimensões de interpretação que, juntas, dão uma base funcional para a descrição de orações

complexas, reconhecidas por Halliday (1985) como as unidades gramaticais acima do nível da oração.

Matthiessen e Thompson (1988) também tratam da distinção entre *encaixamento* e *combinação de orações*, mas vão além do que é exposto por Halliday (1985), uma vez que trabalham no nível do discurso e não no nível das orações complexas.

No encaixamento, uma oração funciona como um constituinte, um complemento, dentro de outra. O encaixamento inclui as orações tradicionalmente chamadas substantivas (subjativas, objetivas diretas e indiretas, completivas nominais, etc) e as relativas restritivas.

Matthiessen e Thompson (1988) assumem que há dois níveis de combinação de orações: a parataxe (tradicionalmente, a coordenação, a aposição, a citação) e a hipotaxe (caso, por exemplo, da hipotaxe de realce, ou seja, das orações adverbiais). Assim, eles distinguem, em termos de níveis de interdependência, *combinação paratática* de *combinação hipotática*. Consideram que a combinação de orações reflete a estrutura retórica do discurso, e distinguem, na organização textual, as *relações retóricas de listas* e as *relações retóricas núcleo-satélite*<sup>26</sup>. Em outras palavras, as combinações de orações codificam as combinações das unidades retóricas do discurso.

Segundo os autores, a combinação de orações hipotáticas é uma *gramaticalização*<sup>26</sup> das relações retóricas núcleo-satélite. Essas relações são consideradas uma característica geral

<sup>26</sup>Uma análise recente sobre a estrutura retórica do texto para o português do Brasil encontra-se em Antônio (2004).

<sup>26</sup>Matthiessen e Thompson (1988), ao considerarem a articulação de orações como a gramaticalização da organização retórica do discurso, apontam para uma proposta discursiva do fenômeno de gramaticalização, baseada em Givón (1979), que concebe tal fenômeno de uma maneira ampla, relacionado ao desenvolvimento de estruturas gramaticais em geral. Estas podem tomar como fonte não só itens lexicais, mas também estratégias discursivas, em que padrões individuais de palavras ou morfemas são subordinados à função pragmática do mecanismo como um todo.

dos textos, em que certas partes realizam os objetivos centrais do falante, ou seja, os núcleos, enquanto outras suplementam ou auxiliam os objetivos centrais, ou seja, os satélites.

Em Lehmann (1988) encontra-se uma abordagem diferente da de Matthiessen e Thompson (1988) para o fenômeno da articulação de orações.

Para o autor, a articulação de orações refere-se a uma relação de *dependência* ou de *associação* entre orações. Na relação de dependência, um sintagma Y depende de um sintagma X se e somente se ele determina a categoria gramatical do complexo e, desse modo, suas relações externas. A associação, por sua vez, refere-se às relações entre sintagmas não-dependentes.

Nesse sentido, para Lehmann (1988) a oração X se subordina a Y se e somente se X e Y formam uma construção endocêntrica  $Z'$  com Y como o núcleo. Há dois tipos de subordinação: hipotaxe e encaixamento. A hipotaxe diz respeito à subordinação de orações em um sentido restrito. O encaixamento é a dependência de um sintagma subordinado. Já a *coordenação* é uma relação de associação entre dois sintagmas do mesmo tipo, formando um outro sintagma também do mesmo tipo. A *parataxe* é a coordenação de orações e pode ser sindética ou assindética.

A proposta de Lehmann (1988) tem sido muito usada em diversos estudos sobre a gramaticalização da articulação de orações. A hipótese que sustenta tais trabalhos é de que quanto mais integradas forem as partes que formam uma construção, mais gramaticalizada está tal construção. Um bom exemplo desse tipo de procedimento encontra-se na descrição feita por Neves e Braga (1999) das temporais e condicionais. Não será esse o expediente

<sup>27</sup>Para Lehmann (1988), uma construção endocêntrica é concebida como um sintagma binário Z, que contém as partes X e Y, tendo Y como núcleo. X e Y são da mesma categoria de Z.

adotado neste trabalho, uma vez que não se tem como objetivo a verificação do grau de gramaticalização das construções analisadas.

As considerações tecidas por Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988) e Lehmann (1988) são importantes para este trabalho na medida em que apresentam uma visão diferente do processo de articulação de orações, visão que compreende, por exemplo, a possibilidade de ocorrência de construções aditivas e disjuntivas que expressam um valor adverbial, que é o valor condicional. As análises que se desenvolvem nas seções seguintes serão norteadas pela proposta de Lehmann (1988), uma vez que o autor considera que as relações entre as orações devem ser vistas em uma escala, em que uma tipologia de orações complexas pode ser estabelecida tomando-se como ponto de referência os dois extremos em cada lado de um contínuo, que vai da parataxe ao encaixamento. As seções seguintes tratam de quatro desses tipos de oração: orações justapostas, orações aditivas e alternativas, e temporais.

#### **4.3 ORAÇÕES JUSTAPOSTAS, ADITIVAS E ALTERNATIVAS: PARATÁTICAS CONDICIONAIS**

Ao estabelecer-se o objetivo desta tese - a descrição de um contínuo de condicionalidade - pensou-se inicialmente que as construções justapostas, aditivas e disjuntivas deveriam ser analisadas em separado, afinal elas ocupam pontos diferentes nesse contínuo.

Entretanto, o trabalho com as ocorrências mostra que essa separação não é necessária uma vez que a possibilidade de leitura condicional se efetiva nessas construções pelas mesmas



razões, que se relacionam com a ordem de ocorrência das orações nas construções, com o grau de hipoteticidade, e com as correlações modo-temporais que nelas são usadas.

Assim, pareceu ser mais interessante fazer uma análise integrada dessas construções, por ser possível mostrar, a partir dessa análise, como elas podem atualizar valores semelhantes, que só o uso vai distinguir, estando o conectivo presente ou não. Decidiu-se, então, nomear as construções justapostas, aditivas e disjuntivas de *construções paratáticas condicionais*.

#### **4.3.1 CONSTRUÇÕES PARATÁTICAS: DIFERENTES PERSPECTIVAS**

Conforme já se observou na seção relativa à articulação de orações, adota-se, neste trabalho, uma perspectiva diferente daquela apresentada nas gramáticas tradicionais, que fazem divisões discretas entre coordenação e subordinação.

Esse tipo de divisão discreta também pode ser encontrado na explicação formalista de Jackendoffe Culicover (1997) sobre as construções paratáticas como as que se analisam nesta tese. Os autores defendem que nessas construções coexistem estruturas conceituais e sintáticas distintas, o que acarreta uma subordinação semântica, apesar da coordenação sintática. Essa separação, como se sabe, não se sustenta quando se analisa a língua em situações concretas de uso. É por essa razão que neste trabalho defende-se a existência de um contínuo de condicionalidade, que torna possível, por sua vez, a defesa de uma visão "não-divisionista" dos processos de articulação de orações, como a que se adota nesta tese.

Muito já foi dito sobre as diferenças entre a posição tradicional e a funcionalista no que diz respeito aos processos de articulação de orações e à distinção subordinação/hipotaxe

*versus* coordenação/parataxe (cf. DECAT, 1993, HIRATA, 1999, NEVES, 2001a, entre outros), o que faz com que não se volte a essas questões nesta tese. Entretanto, há poucos estudos sobre as orações justapostas para o português do Brasil, qualquer que seja a perspectiva adotada. Assim, vai-se fazer uma breve discussão acerca do tratamento desse tipo de oração em algumas gramáticas de cunho tradicional, para então passar-se às considerações sobre as paratáticas condicionais de uma maneira geral, segundo a perspectiva funcionalista.

#### 4.3.1.1 A Visão DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A partir uma breve consulta a algumas gramáticas tradicionais do português (CUNHA e CINTRA, 1985, por exemplo) poder-se-ia imaginar que o uso de construções justapostas seja algo incomum, já que tais gramáticas as mencionam apenas rapidamente. Dos gramáticos tradicionais é Bechara (2000) quem dá mais importância a essas construções.

Bechara (2000, p.479) considera que "as orações justapostas permitem, no nível da camada superior do texto, um sentido subsidiário de causa-explicação, concessão, consequência, oposição, tempo, levando-se em conta o conteúdo de pensamento nelas designado". O exemplo que ilustra a definição do autor é o seguinte:

(1) Uma vez por dia o grito severo me chamava à lição. Levantava-me, com um baque por dentro, dirigia-me à sala, gelado. E emburrava: a língua fugia dos dentes, engrolava ruídos confusos. [GrR. 1, 102]  
(BECHARA, 2003, p. 479)

Segundo Bechara (2000), dos pontos de vista sintático e semântico, as orações justapostas se aproximam, pela independência sintática e estreito relacionamento semântico, da parataxe. Mas tais orações também se aproximam da hipotaxe adverbial porque existem

relações implícitas que delas emergem e que evidenciam traços circunstanciais de tempo, lugar, modo, causa, concessão, condição e fim (BECHARA, 2000, p. 507).

A essas construções justapostas, que podem, no nível do texto, ser interpretadas como condicionais, Bechara (2003) chama de *orações justapostas de valor contextual adverbial*. Elas, geralmente, têm o verbo no tempo passado (mais-que-perfeito do indicativo ou imperfeito do subjuntivo), anteposto ao sujeito, como mostram os exemplos seguintes (BECHARA, 2000, p. 507):

(2) Tivesse eu dinheiro, conheceria o mundo.

(3) Não fora a escuridão, veria o perigo.

(4) Eu quisesse, à força, hoje mesmo a Ritinha vinha comigo. (GR, 97)

Bechara (2000) apresenta avanços consideráveis em relação a outros gramáticos, mas pode-se dizer que não desenvolva mais profundamente esse tema por uma razão que não deve ser desprezada: o autor acredita, com coerência, que esse tipo de fenômeno pertence ao domínio dos estudos textuais e não estaria, então, no escopo de uma obra como a dele<sup>28</sup>.

#### 4.3.1.2 A VISÃO FUNCIONALISTA

A partir de uma perspectiva funcionalista de descrição de línguas, as orações a que se chama de paratáticas condicionais têm sido objeto de análise em muitos trabalhos (HAIMAN, 1983; FILLENBAUM, 1986; DANCYGIER, 1998; THUMM, 2000; BOOGAART e TRNAVAC, 2004; BOOGAART, 2005).

<sup>28</sup> Vale ressaltar que o autor usa dessa mesma observação quando se refere às várias possibilidades de atualização do valor condicional.

Todos esses trabalhos tentam explicar, por caminhos muitas vezes similares, as razões para a existência da leitura condicional em construções que não têm uma conjunção condicional codificada. Esta é a questão que ora se discute. Quais fatores lingüísticos e extra-lingüísticos favorecem uma interpretação condicional? Existe algum tipo de motivação no sistema lingüístico que a faz surgir? Por que razões apenas algumas construções justapostas permitem essa interpretação e outras não?

O primeiro ponto a ser mencionado diz respeito ao fato de que deve haver um vínculo semântico entre as orações que compõem uma construção paratática, que muitos consideram um vínculo causal, o qual, por sua vez, está diretamente relacionado a um outro ponto, o da ordenação das orações na construção paratática.

Como se sabe, a ordem de ocorrência da prótase e da apódose é há muito considerada uma das questões definidoras de um complexo condicional. Greenberg (1966, *apud* HAFMAN, 1986) aponta que a ordenação prótase—>apódose é um universal lingüístico. Nesse sentido, segundo Haiman (1983, 1986), haveria uma identidade estrutural entre condicionais e paratáticas porque também nas paratáticas há uma ordem linear a ser seguida entre antecedente e conseqüente, ou seja, as orações se estruturam de acordo com a *ordem em que ocorrem os eventos*. Forma-se nas paratáticas um *vínculo causal*, o mesmo que se estabelece nas condicionais.

A questão da ordem nas construções paratáticas condicionais também é discutida por Dancygier (1998). A partir de um ponto de vista cognitivista, a autora estabelece uma classificação das orações condicionais no inglês de acordo com a referência temporal e a modalidade. Para ela, a função de *predição* é central na definição de condicionalidade, e dessa maneira, a autora considera que as condicionais a que chama de *predictivas* são as condicionais

prototípicas porque apresentam uma série de características *básicas* em relação às quais outros tipos de construções podem ser avaliados, inclusive as paratáticas condicionais.

Para Dancygier (1998), existe a possibilidade de se chegar à leitura condicional de uma construção paratática porque podem encontrar-se nessa construção as mesmas características de uma condicional preditiva. Assim, embora nas *condicionais preditivas* todos os tipos de ordenação sejam possíveis (anteposição e posposição), existe um tipo que é o mais comum e que reflete a ordenação *icônica* da seqüência de eventos: o evento que ocorreu antes é mencionado antes, e deve ser entendido como a causa do evento que ocorreu depois. Essa é a *moldura* típica de um raciocínio preditivo, o mesmo que ocorre em uma construção paratática condicional.

Para Thumm (2000), existe uma relação de contingência entre as orações que compõem a construção paratática, que ele considera análoga ao processo de gramaticalização.

Para ele

a proximidade/adjacência seqüencial, por si, faz duas expressões (aparentemente independentes) relevantes uma para a outra. A natureza exata dessa relação de **relevância** é então estabelecida com base na semântica e/ou na pragmática das duas orações por meio de processos de inferência pragmática, mais precisamente enriquecimento/acréscimo pragmático, e o contexto em que elas são expressas. Este procedimento na interpretação de construções (condicionais) lexicalmente não-marcadas pode ser visto como o equivalente **sincrônico** dos procedimentos que aconteceram (e acontecem) diacronicamente nos processos de gramaticalização de conectivos/conjunções.” (THUMM, 2000, p. 4) [grifos meus]

A análise de Fillenbaum (1986) apresenta um diferencial em relação às análises de Haiman (1983, 1986), de Dancygier (1998) e de Thumm (2000) porque considera que nas orações condicionais existe algo além da afirmação da contingência entre *p* e *q*, mais que uma

“Sequential proximity/adjacency alone make two (seemingly independent) utterances relevant to each other. The exact nature of this relevancy-relationship is then established based on the semantics and/or pragmatics of the two clauses via processes of pragmatic inferencing, more precisely pragmatic enrichment/augmentation and the context in which they are uttered. This procedure in the interpretation of lexically unmarked (conditional) constructions can be seen as the synchronic equivalent of procedures that took (and take) place diachronically in the process of grammaticalization of connectives/conjunctions.

simples conexão causal entre as proposições, e o mesmo ocorreria nas paratáticas condicionais. Assim, embora o autor veja a relação de causalidade que existe entre as duas orações que compõem a construção, ele sobrepõe a ela o fato de que existe uma função maior, que é a de expressar a necessidade do falante de induzir seu ouvinte a fazer algo, ou mesmo de impedir a realização de uma situação. Por essa razão, Fillenbaum (1986) classifica esse tipo de orações condicionais como *condicionais de promessa e de ameaça*.

A questão da ordenação das orações que compõem uma construção paratática condicional tem relação, ainda, com a função pragmática desempenhada pela oração-prótase. Para Haiman (1983), nas construções paratáticas a informação que aparece na primeira oração é uma informação *dada*, no sentido de que já foi previamente disponibilizada no contexto.

Como já é consenso nos estudos sobre as construções condicionais, as prótases dessas construções desempenham uma função de *tópico*<sup>TM</sup>, e como a definição dada por Haiman (1978, p. 585) é de que os tópicos são *dados que constituem a moldura para o discurso seguinte*, percebe-se, então, que as orações-prótase das construções paratáticas também desempenham a função de tópico, o que faz com que sejam interpretadas como condicionais. Tanto é assim que Haiman (1983) sugere que as orações-prótase das construções paratáticas condicionais são usadas principalmente como tópicos resumitivos, em que uma frase começa com o final de outra. Thumm (2000) acrescenta que as prótases das construções paratáticas condicionais podem desempenhar função conclusiva, porque são usadas como uma maneira de reformular o que foi dito na frase antecedente. Além disso, as orações-prótase das condicionais paratáticas podem ser usadas para *exemplificar* um ponto previamente discutido

<sup>TM</sup>Apesar das várias definições de tópico encontradas na literatura, considera-se que para os fins dessa análise a definição de Haiman (1978), dada a seguir, é apropriada.

no contexto, ou como uma forma apresentar um *contraste* em relação a algo que foi dito anteriormente.

Uma outra possibilidade de se tratar a questão da ordem nas construções paratáticas que expressam a condicionalidade decorre da proposta de Lakoff(1971). Segundo a autora, as conjunções *e* e *ou* podem ser usadas de duas maneiras diferentes. Há um uso *simétrico*, em que há o encadeamento "simples" de duas ou mais orações, e um uso *assimétrico*, em que existe uma ordem de prioridade no encadeamento das orações. Uma diferença entre esses dois usos reside no fato de que nos usos simétricos as orações podem mudar de ordem sem alterar a gramaticalidade ou o significado da oração, o que não ocorre nos usos assimétricos. É o que Lakoff(1971) mostra a partir dos exemplos seguintes:

(5) *Mary is eating toast and Fred is chasing the aardvark.*

*Mary está comendo torrada e Fred está caçando o tamanduá.*

(6) *The police came into the room and everyone swallowed their cigarettes.* (LAKOFF, 1971, p. 127)

*A polícia entrou no cômodo e todos engoliram seus cigarros.*

No exemplo (5) a mudança de posição não acarreta mudança de significado. Entretanto, se se alterar a ordem de ocorrência das orações em (6) percebe-se que, apesar de a construção ser gramatical, o significado é alterado, porque a relação de causalidade é modificada.

Em um conjunto de orações ligadas de maneira simétrica, cada membro desse conjunto pode ser visto de maneira independente, como se formasse um todo, completo de significado. Já em um conjunto de orações ligadas de modo assimétrico, um membro é necessário para o entendimento do outro, e é necessário haver uma certa sucessão temporal ou

causai. Assim, a existência de um tópico, um elemento em comum entre os membros das construções é essencial às orações simétricas, mas não tão essencial para as assimétricas<sup>31</sup>. Nas palavras de Lakoff (1971, p. 130)

o tópico comum nos tipos assimétricos é a causalidade ou a prioridade temporal, que se relaciona com mas não é idêntica à pressuposta causalidade ou prioridade potencial, assim como o tópico comum de uma conjunção simétrica é relacionado com mas não idêntico à relação pressuposta entre os membros do conjunto simétrico.<sup>32</sup>

O fato de as orações que compõem uma construção paratática condicional não poderem ser comutadas relaciona-se, sem dúvida, ao princípio da iconicidade proposto por Haiman (1980) e mencionado por Dancygier (1998), Pezarti (1999) e Camacho (1999), afinal sabe-se que nas condicionais, assim como nas justapostas, nas aditivas e nas disjuntivas, a primeira oração da construção geralmente expressa uma razão para o que é dito na segunda oração.

Desse parâmetro - simetria v.v assimetria - Fillenbaum (1986) lança mão para explicar as diferenças e semelhanças entre as orações condicionais aditivas e as disjuntivas que expressam ameaças e promessas.

Para o autor, nas orações aditivas o *e* pode ser entendido como um operador causai ou causal-temporal simétrico ou assimétrico. Se o falante deseja o que está sendo expresso na oração-apódose (*q+*), ele faz o que está sendo pedido na oração-prótase:

(7) Siga as instruções e ganhará um prêmio.

4+

<sup>31</sup> Vale dizer que Lakoff (1971) não usa o termo *tópico* no sentido de Haiman (1978), mas no sentido de "assunto". As orações ligadas simetricamente devem ter um assunto em comum, mesmo que ele esteja pressuposto.

<sup>32</sup>The common topic in the asymmetric types is the causality or temporal priority, related to but not identical with the presupposed potential causality or priority, just as the common topic of a symmetric conjunction is related to but not identical with the presupposed relationship between the members of the symmetric conjunct.



Mas se o falante quer evitar o que está expresso na oração-apódose (*q-*), não faz o que se pede na oração-prótase:

(8) Atrase mais alguns dias e perderá o emprego.

Fillenbaum (1986) considera que nas construções disjuntivas, em contextos de ameaça ou de promessa, a forma "*p ou q*" envolve um uso assimétrico do *ou*, que pode ser entendido como "*de outra maneira*". A construção inicia-se por um comando que expressa explicitamente o que o falante quer que o ouvinte faça, e em seguida, é apresentada uma outra alternativa, que expressa o resultado negativo de não se efetuar o que foi comandado. A construção disjuntiva só funciona adequadamente como uma promessa ou ameaça quando aquilo que é expresso na oração-apódose não é desejado pelo falante:

(9) Faça o que eu mando ou se arrependerá.

Todos esses fatores que permitem a interpretação condicional de construções paratáticas aditivas e disjuntivas - ordenação icônica, fluxo informacional, comutabilidade - podem ser considerados de certa maneira "concretos", porque se encontram codificados na construção paratática. Faz-se necessário questionar, então, como são usadas as paratáticas condicionais. Em quais contextos aparecem as construções paratáticas com interpretação condicional? Quais são as funções discursivas dessas construções?

Conforme já se mencionou, as orações justapostas, aditivas e disjuntivas, ao serem usadas para expressar ameaças e promessas (FILLENBAUM, 1986), podem receber uma interpretação condicional. São usadas, assim, como estratégias de indução ou de intimidação, por parte do falante, para atingir seus propósitos. As propostas de Dancygier (1998) e

Boogaart (2005) não tratam exatamente dessas estratégias, mas tocam nessa questão, ao considerarem que as construções paratáticas condicionais são usadas como *diretivas*, como um meio de o falante expressar uma instrução para o seu ouvinte, seja prometendo, seja ameaçando.

Dancygier (1998) chama a esse tipo de construção de *condicional pseudo-imperativa* porque ela apresenta uma estrutura formal de coordenação - as orações que compõem a construção podem estar ligadas pelos conectivos de disjunção ou de adição, ou podem estar em justaposição - e tem na primeira oração o verbo no imperativo.

Seguindo o que foi proposto por Davies (1986), Dancygier (1998) distingue dois tipos de orações condicionais imperativas, aos quais chama de *imperative-like conditionals (ILCs)* e *imperative-like ultimatums (ILUs)*. O primeiro tipo diz respeito a orações como

(10) Abra a janela e eu te matarei/eu te beijarei.

que tem como característica fundamental a consequência intrínseca, conforme proposto por Bolinger (1977, *apud* DAVIES, 1979). Segundo Davies (1979), a relação entre as duas orações de uma ILC não se mantém no nível semântico, dos valores de verdade, mas em um nível pragmático. Nesse sentido, Davies (1979) afirma que se a segunda oração funciona como uma predição, deve ser uma predição acerca das consequências que preenchem a condição; se constitui um questionamento, deve questionar quais serão essas consequências; se veicula uma ordem, deve ser uma ordem que indica o que fazer no caso de a condição ser preenchida, e assim por diante.

Dancygier (1998) acredita que a interpretação condicional de orações como a (10) acima só é possível porque existem aspectos de seu significado que correspondem a padrões

da condicionalidade prototípica, a que se fez menção anteriormente. Assim, as ILCs são não-assertivas, porque são introduzidas pelo verbo na forma imperativa, existe entre as orações que compõem a construção uma relação de conteúdo (SWEETSER, 1990), e a construção realiza-se iconicamente, na mesma ordem dos eventos envolvidos.

Já os ILUs, do tipo

(11) Abra a janela ou eu te matarei/\*eu te beijarei

não podem ser tratados da mesma forma que as ELCs, apesar das aparentes semelhanças, uma vez que apresentam certas restrições, como se pode perceber pela estranha interpretação resultante da opção com o verbo *beijar*<sup>TM</sup>. Para Davies (1986) essa diferença pode ser explicada pelo fato de que nos ultimatoss o falante aceita que a potencialidade torne-se realidade. Segundo Dancygier (1998, p. 189) a interpretação de um ILU deve ser a seguinte:

um imperativo é expresso com sua força usual (potencialidade e aceitação); então, o *or* ou apresenta uma alternativa. A alternativa também é potencial, mas não é aceita, e resultará no estado de coisas descrito na segunda proposição. Em razão de o evento 'causa' na construção alternativa não ser desejado, o evento 'resultado' também é apresentado como não-desejado.<sup>34</sup>

Apesar das diferenças apresentadas por Davies (1986) entre ILCs e ILUs, pode-se perceber que a interpretação condicional a que se chega é bastante similar. No caso dos ultimatoss apresenta-se uma alternativa, já nas ILCs o que se tem é a mensagem propriamente dita. Assim, em ambas as construções a interpretação condicional é alcançada porque existe

<sup>33</sup>Pode-se argumentar que essa construção não seria estranha se se supusesse um contexto em que ela pudesse ser usada, por exemplo, se uma pessoa detesta uma outra e se sente ameaçada ou constrangida se a outra disser que vai beijá-la. Acredita-se, entretanto, que em condições "normais", beijar alguém é considerado como algo que se pode desejar, e, por isso, ameaçar com um beijo seria um fato estranho.

<sup>34</sup>An imperative is uttered with its usual force (potentiality and acceptance); then *or* brings up an alternative. The alternative is also potential, but not accepted, and it will result in the *state* of affairs described in the second conjunct. Because the 'cause' event in the alternative construal is not desired, the 'result' event is also presented as not desired.

uma conexão causal entre um antecedente não-afirmativo e seu conseqüente, ou seja, trata-se do mesmo tipo de conexão que se encontra nos casos prototípicos de condicionais.

Essa diferença entre imperativos que expressam ultimatots e ordens não é mencionada por Boogaart e Trnavac (2004) e por Boogaart (2005), em trabalhos sobre as condicionais no holandês e no russo. Segundo os autores, o que há de comum entre as condicionais e as diretivas é que em ambas não há referência a um evento real, mas a um evento que pode ser realizado em um mundo possível, ou nas palavras de Fauconnier (1985), um espaço mental hipotético, genérico ou contrafactual.

Chama a atenção nas análises de Boogaart e Trnavac (2004) o fato de que os autores apresentam os contextos em que a diretiva pode receber uma leitura condicional.

O primeiro tipo de contexto é aquele em que o falante não quer que seu ouvinte faça aquilo que ordena. Assim, pode-se dizer que o imperativo não é usado para expressar "apenas" uma ordem. Em construções desse tipo, o falante quer justamente evitar aquilo que ordena em seu comando, como se pode perceber na oração seguinte:

(12) Deixe suas coisas na sala e você não as encontrará mais.

Nesse exemplo, pode-se dizer que o falante não está mandando seu ouvinte deixar algo na sala para que suas coisas sumam, e sim que ele está advertindo seu interlocutor a respeito do fato de que se ele deixar suas coisas na sala elas certamente sumirão.

Um outro contexto que favorece a leitura condicional de construções com imperativo é aquele em que há uma construção com significado genérico, como em:

(13) Comece a assar o bolo e o gás acaba.

Pode-se notar que o falante, com esse tipo de construção, menciona uma situação que é corriqueira e que pode ser entendida como habitual, como se dissesse que sempre que se começa a usar o forno, o gás acaba.

Os dois contextos mencionados têm em comum o fato de que há, por parte do falante, o controle da ação descrita na primeira oração. No entanto, também em contextos em que o falante não tem esse controle, as construções com o imperativo podem receber uma leitura condicional:

(14) Tenha cabelo loiro e todos pensam que você é burra.

Nesse exemplo, pode-se perceber que "ter cabelo loiro" é uma situação que está fora do controle do falante. Não se pode dar a essa oração um sentido de ordem:

(14a) 'Tenha cabelo loiro!

Assim sendo, a única interpretação possível é a de que se uma pessoa tem cabelo loiro ela necessariamente será considerada estúpida.

A partir do que foi exposto, pode-se chegar às características definidoras das construções paratáticas condicionais: para receber uma leitura condicional, as orações que compõem uma construção justaposta, ou a uma construção coordenada aditiva ou disjuntiva devem ter, entre si, um tipo de vínculo, a que se pode chamar de *causal*, que leva, por sua vez, a uma ordenação *icônica*, que vai da causa para a consequência. A ordem de realização das orações é *exclusiva*, ou seja, não existe a possibilidade de comutação. Em razão dessa ordenação, é possível dizer que a oração-prótase de uma construção paratática condicional

funciona como um *tópico*, e nesse sentido, pode ser usada como uma forma de *retomada*, de *exemplificação* ou de *contraste*.

As construções paratáticas condicionais podem ser consideradas como atos de fala que expressam *ordens*, *ameaças* e *promessas*. São também usadas para expressar situações *habituais* ou *genéricas*, que podem mesmo se tornar, com o passar do tempo, *expressões proverbiais*, além de veicularem um conteúdo "*pré-concebido*", no sentido de que foi estabelecido pelas convenções sociais.

Na seção seguinte, vai-se mostrar, com a análise do *corpus* deste trabalho, como (e se) esses fatores são definidores das paratáticas condicionais do português escrito do Brasil. Deve-se mostrar, ainda, como se dá o processo de convencionalização de implicaturas pragmáticas, que torna possível o aparecimento da leitura condicional nas construções aditivas, disjuntivas e justapostas.

#### 4.3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme se ressaltou no início da seção 4.3, neste trabalho as construções aditivas, disjuntivas e justapostas são analisadas conjuntamente, já que os valores por elas veiculados são bastante semelhantes, tornando a separação desnecessária para os fins desta tese.

Foram encontradas no *corpus* consultado neste trabalho 38 ocorrências de construções paratáticas que podem ser interpretadas como condicionais. Há 21 casos de construções justapostas condicionais, 13 casos de construções disjuntivas condicionais, e 4 ocorrências de construções aditivas condicionais, que tem a seguinte distribuição pelos tipos de literatura:

	<i>Dramática</i>	<i>Jornalística</i>	<i>Romanesca</i>	<i>Técnica</i>	<i>Oratória</i>	<i>Total</i>
<i>Justapostas</i>	13	1	5	2	-	21
<i>Alternativas</i>	3	6	-	4	-	13
<i>Aditivas</i>	3	-	1	-	-	4
<i>Total</i>	19	7	6	6	0	38

*Tabela 2: construções paratáticas condicionais e tipos de literatura*

Destaca-se na distribuição dos tipos de construção paratática condicional pelas literaturas o fato de que quase metade das construções encontradas ocorreu em textos da literatura dramática. Como se sabe, os textos que compõem a literatura dramática são escritos para representarem a fala dos personagens em peças teatrais e novelas de televisão. Assim, acredita-se que a maior frequência de ocorrências nesse tipo de literatura decorra do fato de as construções paratáticas condicionais serem frequentemente usadas para expressar ameaças, ordens, recomendações e promessas, que podem ser consideradas como estratégias comunicativas de que os falantes lançam mão nas situações de interação face a face.

Na ocorrência seguinte, que foi encontrada em uma peça de teatro, o falante usa a construção justaposta para expressar um tipo de aviso ou recomendação. Um casal acabava de ver um certo homem, visado pela polícia política, e o marido se esconde para que o homem não o veja. A mulher questiona a atitude do marido e o acusa de ser um comunista. Ele, então, a repreende, e fala que se escondeu porque "*se a polícia vê a gente falando com ele é cana na certa*":

(15) A1: Ah, não! O marido da gente vira comunista e a gente nem sabe?

J: Que ista o que!

A1: Então o que é?

J: Entende, barrigudinha, entende! A polícia está atrás dele. Polícia política que é pior, tudo americano! *Eles vê a gente falando com ele é cana na certa!*

A1: Já vi que o moleque vai nasce no xadrez! (A S-L D)

(15a) *Se eles vê a gente falando com ele é cana na certa!*

A interpretação dessa construção justaposta deve ser condicional porque o falante a usa como uma predição acerca dos eventos que podem vir a acontecer no caso de a polícia perceber algum tipo de relação entre os dois homens.

É também evidente que o fato de os falantes estarem frente a frente tem grande importância nas ocorrências em que a construção paratática é usada para fazer uma ameaça, como se pode ver no diálogo seguinte, encontrado em uma novela de televisão:

(16) Pilar: Eu já lhe avisei que tô chegando ao fim de minha paciência! Não é possível que não haja meio do senhor se emendar, com os diabos! Não basta toda confusão que já arrumou, continua ciscando por aí na casa das mulheres casadas!

Jorge Tadeu: Mas eu sou fotógrafo! Essa é a minha cobertura pra...

P: cobertura pra fazer as pesquisas que eu encomendei e não pras suas safadezas! Está há séculos em Resplendor e cadê os resultados? Pois escute bem: eu já lhe dei um prazo. E a ampulheta está correndo! ***Ou me aparece com resultados concretos ou eu lhe mando embora de Resplendor.*** Inteiro ou em partes! (PD-LD)

(16a) *Se não me aparece com resultados concretos eu lhe mando embora de Resplendor.* Inteiro ou em partes!

Nessa ocorrência, Pilar reclama do atraso de Jorge Tadeu para fazer a pesquisa que encomendou, e argumenta que ele se dispersa em outras atividades. Pilar dá a Jorge Tadeu um ultimato: *"se não aparecer com resultados, ela o manda embora de Resplendor"*. Acredita-se que a interpretação condicional dessa ocorrência, e conseqüentemente seu uso como uma estratégia do falante para ameaçar seu ouvinte, se mostra muito mais relevante porque há toda uma situação de interação face a face envolvida. Percebe-se claramente que o falante usa um ato de fala condicional para alcançar determinados efeitos em seu ouvinte, nesse caso, fazer que o ouvinte realize o serviço pelo qual foi pago. Nesse sentido, acredita-se que esse tipo de construção pode ser considerado como característico da linguagem falada, e no caso desta tese, dos textos que representam a fala.



Há que se ressaltar, entretanto, que não há ocorrências de construção paratática condicional na Literatura Oratória, apesar de esse tipo de literatura também se constituir de textos que são escritos para representar a fala. Imaginava-se que nos discursos políticos seriam encontrados muitos casos de construções paratáticas condicionais que expressam promessas, e nos sermões esperava-se encontrar casos em que essas construções fossem usadas como recomendações, mas isso não ocorreu.

Esse fato sugere que, embora discursos e sermões sejam textos escritos para serem proferidos, há nesses textos um maior grau de formalidade, que não se encontra nas interações cotidianas, representadas pelos textos da literatura dramática. Sendo assim, o fato de não se encontrarem essas ocorrências na literatura oratória mostra-se importante no *corpus* deste trabalho, na medida em que revela um aspecto das construções paratáticas condicionais: seu uso em textos que representam a fala, e que têm um grau mais baixo de formalidade.

Os outros tipos de literatura tiveram número de ocorrências quase similar, e nada há que se destacar acerca do uso das construções paratáticas condicionais.

Há uma diferença fundamental entre as construções paratáticas condicionais aditivas e disjuntivas, que pode ser apreendida na comparação das duas ocorrências seguintes:

(17) O povo trabalhador da Amazônia exige dos seus dirigentes políticos e administrativos uma ação social profunda, de que devem ser instrumentos os serviços públicos que aqui funcionam. *A valorização da Amazônia ou significará conquista a mais altos níveis de vida para o povo, para a massa da população, ou terá falhado ao seu mais fundamental objetivo.* (G-LO)

(17a) *A valorização da Amazônia se não significar conquista a mais altos níveis de vida para o povo, para a massa da população, terá falhado ao seu mais fundamental objetivo.*

(18) A: Cruzes! Eu só de pensar fico tonta. Não posso com altura. Sinto um enjôo de morte e se não me agarro caio logo.

PM: Tem disso comigo não. *Me dê uma cordinha, três lençóis amarrados, uma percha, qualquer escada de pano e eu sou homem para qualquer travessura.* (PML-LD)

(18a) *Se me der uma cordinha, três lençóis amarrados, uma percha, qualquer escada de pano eu sou homem para qualquer travessura.*

No caso das construções disjuntivas, para que a interpretação condicional seja licenciada, deve haver uma *inversão da polaridade*, o que não ocorre nas aditivas, como se vê na ocorrência (18). Na ocorrência (17), percebe-se claramente a questão das opções que são apresentadas pelo falante. O fato de se ter valorizado a região amazônica pode significar níveis de vida melhores para o povo que ali habita *ou* não terá alcançado o objetivo proposto.

Assim, para que as construções disjuntivas possam ser interpretadas como condicionais faz-se necessário proceder a um ajuste na polaridade da construção em questão, que deve apresentar a primeira oração na negativa, para que não se perca, de forma alguma, o sentido de escolha entre duas alternativas *se não x, y*, que se mencionou anteriormente.

Deve-se destacar, ainda, no que diz respeito às construções disjuntivas, o fato de que apenas uma das 13 ocorrências encontradas no *corpus* não apresenta a estrutura "*ou...ou*". Acredita-se que esse tipo de estrutura, que é comum nos textos jornalísticos, se revela como um importante mecanismo textual, uma vez que o falante, ao usar as construções paratáticas alternativas, vai apresentando argumentos para a defesa de uma determinada questão. Na ocorrência seguinte o jornalista usa construções disjuntivas para mostrar sua opinião acerca das atitudes que FHC deve tomar no Governo:

(19) Falastrão, atrapalhado, sem limites, Serjão erra na forma e, vez ou outra, é um problema político para o governo. Mas é a salvação da Pátria para o PSDB nessas horas de disputa de espaço com ACM, PFL e seus aliados, tipo Paulo Maluf Como agora. É por isso que os tucanos estão preparando a volta de Serjão à cena. Não já, porque ele provocou PMDB, PPB, gregos e troianos e certamente seria um desastre para a aprovação das reformas administrativa e da Previdência, transformadas em caso de vida ou morte. ***Ou** FHC aprova as duas **ou** vai dar a maior demonstração de fraqueza de seu mandato.* (FSP/97)

(19a) *Se FHC não aprova as duas vai dar a maior demonstração de fraqueza de seu mandato.*

Na ocorrência, a oração-prótase retoma o informação que é apresentada no período antecedente, e é usada pelo jornalista como um tipo de argumento conclusivo. Para ele, há duas opções para FHC: *"se não aprovar as medidas, dá demonstração de fraqueza de seu mandato"*. No entanto, o fato de serem apresentadas duas opções, em duas orações diferentes, não leva o ouvinte a entendê-las separadamente, como se o falante estivesse simplesmente enumerando alternativas, mas ele as interpreta como se houvesse um vínculo entre elas, e por isso chega à leitura condicional. Nesse sentido, acredita-se que a interpretação feita pelo ouvinte tem relação com o *significado construcional* das paratáticas condicionais e não com o seu *significado compôsicional*.

E o que se pode também comprovar na ocorrência seguinte, que é interpretada como uma construção paratática condicional:

(20) A: Não é o que você está fazendo, bem?

PM: *Fica nas minhas redondezas e você vai ver.* É fêmea que parece mato. Eu estou neste morro da Catacumba não tem dois meses e umas seis cabrochas já fizeram rangerastábuas daquela cama ali. (PM-LD)

(20a) *Se fica nas minhas redondezas você vai ver.*

É possível argumentar que essa ocorrência poderia ser interpretada como a simples seqüência de dois eventos, como se houvesse dois atos de fala separados. Nesse caso, a

interpretação do ouvinte partiria do significado composicional dessa construção, que é decorrente da adição de uma oração diretiva e outra declarativa, ["fique nas redondezas" + "você verá"]. Na falta da conjunção condicional<sup>35</sup>, que aponta para a interpretação que o falante quer que seu ouvinte faça, para que ocorrências desse tipo sejam interpretadas como condicionais faz-se necessário que se leve em conta seu significado construcional, ou seja, é preciso que se considere a construção como *um único ato de fala condicional* (VAN DER AUWERA, 1986), que, nesse caso, pode ser entendido como um ato de fala que expressa uma promessa por meio de uma construção aditiva, que é interpretado como condicional.

Percebe-se, no exame das ocorrências encontradas no *corpus*, que ocorre um *processo inferencial* na interpretação condicional das construções aditivas, disjuntivas ou justapostas. De fato, as ocorrências mostram que a interpretação condicional dessas construções é derivada inferencialmente de seu significado composicional.

Esse processo inferencial resulta, em última análise, na *convencionalização de implicaturas pragmáticas*. (SCHWENTER, 1999; BOOGAART, 2005). Como se sabe, há dois tipos de implicaturas envolvidos na interpretação condicional das construções paratáticas, a implicatura da incerteza e a implicatura da perfeição condicional.

As construções paratáticas podem implicar uma interpretação condicional já que é possível inferir que elas se referem a uma situação que é considerada como incerta pelos falantes. Em outras palavras, essas construções, quando implicam incerteza, são passíveis de interpretação condicional. É esse processo que se pode perceber nas ocorrências seguintes:

- (21) C: Foram amputa o braço e parece que num agüenta... Sabe como é, sangue fraco, mal alimentado...  
 Ag: E é agora que vocês querem parar?

<sup>35</sup>Reilly (1986, p. 312) afirma que a conjunção *se* assinala uma suposição do falante, ou seja, a conjunção faz com que se crie um quadro de hipoteticidade.

C: Como?

Ag: Se o garoto morre, a gente levanta a classe operária toda! Isso precisa de uma demonstração monstro!

C: Num morreu ainda, Agileu. Tá prá morre!

Ag: Por isso mesmo! *Morreu, sai protesto. Passeata, movimento de rua!*

C: Você é frio, Agileu!

Ag: Não é chorando que se faz revolução!

C: Amanhã, às seis e quinze. (AS-LD)

(21a) *Se morreu, sai protesto. Passeata, movimento de rua!*

(22) A polícia de NY já usou todo seu arsenal de exames e procedimentos investigativos e agora está nas mãos do mais antigo aliado de qualquer polícia em qualquer parte do mundo: a delação. Para usar linguagem policial, *ou alguém alcagüeta o assassino ou o caso ficará inconcluso.* (FSP/95)

(22a) *Se ninguém alcagüeta o assassino, o caso ficará inconcluso*

Nessas ocorrências, pode-se dizer que as construções paratáticas implicam a condicionalidade porque se referem a *contextos potenciais*. Nesses casos, o falante parece construir uma moldura condicional para os acontecimentos, como se ele estivesse pedindo a seu ouvinte que imaginasse um determinado mundo em que os eventos pudessem vir a acontecer. Em (21) o falante diz "e é agora que vocês querem parar?", como se pedisse ao seu ouvinte que construísse uma moldura em que pode "existir um momento X em que um acontecimento Y acontecerá". Na ocorrência (22), o falante afirma que vai "usar a linguagem policial", como se pedisse que ao ouvinte que "interprete o que vai dizer dentro de uma quadro X em que se faz referência ao mundo da polícia".

Nos dois casos, pode-se considerar que as construções paratáticas expressam *suposições* dos falantes. Em (21), o falante, supondo a morte do menino, planeja as manifestações que dela vão decorrer. Em (22), por sua vez, o falante faz uma suposição sobre um caso de assassinato, cuja solução dependerá da delação do assassino. Esses enunciados

poderiam ser considerados hipotéticos, e neles os falantes manifestariam suas incertezas em relação ao conteúdo exposto, que seria interpretado, então, como condicional.

A partir do exame das ocorrências encontradas no *corpus* do trabalho, pode-se dizer que a incerteza, considerada por muitos autores como uma característica prototípica das construções condicionais (AKATSUKA, 1986; REILLY, 1986; DANCYGIER e SWEETSER, 2000), não faz parte da condicional, mas é *implicada conversacionalmente*, não só nas condicionais canônicas, mas também em outros tipos de construção, como os que se descreve neste trabalho.

Não apenas a incerteza é implicada conversacionalmente quando as construções paratáticas são usadas para expressar o valor condicional. Observe-se as ocorrências seguintes:

(23) Clóvis: Que não o que. Vamos ganhar. E assim tiramos a garganta dele.

Dona Marta: Marido contra mulher não adianta.

Tônico: Adianta, sim. Nojogo temos economia separada. *Perdeu, pagou.* Se não tem dinheiro, compro as ações dela. Ela tem mais ações na Santa Marta que eu. (SM-LD)

(24) Um governador de Alagoas me dissera anos atrás: "Você, escrevendo literatura de ficção, morre de fome. Os romances lhe renderão duzentos mil-réis por mês. *Faça artigos sobre economia e ganhará contos*". (MEC-LR)

Pode-se perceber que as construções paratáticas implicam a *perfeição condicional*. Isso significa dizer que uma construção do tipo "*se p, (então) q*" pode implicar "*se não p, (então) não q*" ou "*se e somente se p, então q*".

Nas ocorrências (23) e (24) percebe-se claramente que os falantes apresentam situações que implicam uma escolha, entre "perder e pagar" e entre "fazer artigos e ganhar

dinheiro". Tomando esse fato em consideração, pode-se inferir a bicondicionalidade nessas construções, que passam a ser entendidas como condicionais:

(23 a) *Se perdeu, pagou.*

↓ *implica*

(23b) *Se não perdeu, não pagou.*

↓, *implica*

(23c) *Se e somente se perdeu, pagou.*

(24a) *Se fizer artigos sobre economia, ganhará contos,*

↓ *implica*

(24b) *Se não fizer artigos sobre economia, não ganhará contos.*

↓ *implica*

(24c) *Se e somente se fizer artigos sobre economia, ganhará contos.*

A análise das ocorrências mostra de que maneira a implicatura da perfeição condicional é decorrente da implicatura da incerteza, afinal apenas a informação que é incerta para o falante e para o ouvinte pode ser passível de uso em alternativas, em enunciados exclusivos. Assim, pode-se dizer que apenas as construções que levam a imaginar situações alternativas, em que uma porção de conteúdo pode não ocorrer, é candidata à implicatura da perfeição condicional. Como se disse, nas ocorrências acima o falante tem que fazer uma escolha entre duas opções, e só uma delas é que vai ocorrer, fato que dá origem à perfeição condicional.

As ocorrências examinadas mostram que as construções aditivas, disjuntivas e justapostas passam por um processo de subjetivização quando são usadas para expressar o valor condicional, uma vez que nessas ocorrências se dá um processo de mudança metonímico-conceitual, em que dois ou mais valores coexistem em uma mesma construção.

Todas as ocorrências de construções paratáticas encontradas no *corpus* expressam, ao mesmo tempo, alternância e condição. Para tornar esse fato mais claro, retomam-se algumas das ocorrências já apresentadas:

(20) *Fica nas minhas redondezas e você vai ver.*

(21) *Morreu, sai protesto.*

(22) *Ou alguém alcagüeta o assassino ou o caso ficará inconcluso.*

Nesses casos, o valor de condição parece estar sendo especificado em relação a um outro, o de alternância, que, entretanto continua, ao menos implicitamente, presente no enunciado, porque nas ocorrências são apresentadas situações que mostram alternativas, entre *ficar e ver, morrer e sair protesto, alcagüetar e ter conclusão.*

O fato de as ocorrências encontradas no *corpus* mostrarem alternativas que estão sujeitas à escolha dos falantes torna evidente que as construções justapostas, aditivas e disjuntivas, quando usadas para expressar o valor condicional, passam a manifestar incertezas dos falantes. Nesse sentido, essas construções tornam-se veículos de juízos subjetivos desses falantes sobre o conteúdo expresso.

A análise das construções paratáticas encontradas no *corpus* mostra que outros fatores de natureza pragmática, assim como fatores de ordem sintática e semântica estão envolvidos na expressão do valor condicional nessas construções.

A ordem de ocorrência das orações que compõem uma construção paratática foi um dos fatores considerados na análise do *corpus*. Foram encontradas 36 ocorrências de construções paratáticas em que a oração-prótase precede a oração-apódose, e apenas 3 casos em que a oração-apódose precede a oração-prótase. Observe-se as ocorrências seguintes:



(25) Bom, prá encurta, o advogado ficô com oitenta conto. Pro pobre sobraram cento e vinte. Agora, ocê pode fazê a conta: cento e vinte conto prá vive e pagá remédio... Num durou nem ano e pouco. Chi! O coitado ficou num desespero. A filha largo dele, foi morá com um garçom!... A mulher, coitada, já estava mesmo que não podia... morreu faz poucos mês... Mas ele foi se acostumando. Hoje tá que nem liga.

E sim; *baixo a desgraça, primeira coisa que some é a vergonha!*

*oração-prótase*

*oração-apódose*

(AS-LD)

(25a) *Se baixo a desgraça, primeira coisa que some é a vergonha.*

*:prótase*

*apódose*

(26) G: Me deixa ver seus olhos.

D: Pra quê?

G: Não posso ver?

G: Chorou a noite inteira, não é?

D: Tchau.

E sai da sala. O casal começa a tomar café em silêncio.

G: Tenho medo.

*Ou esse amor da Débora acaba em casamento ou acaba em tragédia!*

*oração-prótase*

*oração-apódose*

AM: Quer dizer: ou acaba em tragédia ou acaba em tragédia! (FEL-LD)

(26a) *Se esse amor da Débora não acaba em casamento, acaba em tragédia.*

*:prótase*

*apódose*

(27) PM: Aí não tem título sobre batida de polícia em morro, tem?

A: Não vejo nada disto, não.

PM: Eu não digo? Uns ceguinhos. *A sente vem pra zona sul e tem nada.*

(PM-LD)

*oração-prótase*

*oração-apódose*

(27a) *Se a sente vem pra zona sul, tem nada.*

*:prótase*

*apódose*

Na ocorrência (25), a personagem conta uma série de acontecimentos pelos quais um homem passou, e como se fizesse um comentário de tudo o que contou, diz que se "*baixa a desgraça*", "*primeira coisa que some é a vergonha!*". Nesse caso, encontra-se a na oração-prótase uma causa para o evento que se dá na oração-apódose, ou seja, o falante assume que sempre que a desgraça chega, some a vergonha.

Na ocorrência (26), analisa-se uma construção alternativa que pode ser interpretada como condicional. Nesses casos em que duas orações estão unidas por duas conjunções *ou*, a primeira opção, que é apresentada na oração-prótase, parece ser melhor que a que está sendo mencionada na oração-apódose, como se houvesse uma gradação. Nessa ocorrência, das duas alternativas apresentadas, sem dúvida, a primeira "*o amor acabar em casamento*", é melhor que a segunda alternativa "*o amor acabar em tragédia*".

Na ocorrência (27) pode-se perceber que existe uma seqüenciação temporal na ordenação das orações que compõem a construção paratática aditiva. A informação apresentada na oração-prótase parece preceder temporalmente a informação que é dada na oração-apódose. O falante afirma que *veio para a Zona Sul e depois disso não teve nada*, ou seja, depois que ele foi para a Zona Sul nada mais aconteceu com ele.

Todas essas ocorrências parecem mostrar que nas construções paratáticas a ordem das orações é iconicamente motivada, porque as orações se ordenam segundo uma seqüência temporal, ou segundo uma relação de causa e efeito, ou por uma relação que vai do melhor para o pior. Essa mesma tendência de ordenação icônica das orações foi encontrada nas condicionais canônicas (HIRATA, 1999), uma vez que nesses casos a oração condicionante tende a preceder a oração condicionada. Assim como nas construções condicionais canônicas, a ordem preferida nas construções paratáticas é a anteposição da oração-prótase à oração-apódose. Nesse sentido, assume-se que o fato de as construções paratáticas e as condicionais canônicas terem o mesmo tipo de ordenação de orações faz com que as construções paratáticas sejam passíveis de interpretação condicional.

Como se ressaltou, há apenas três casos em que a ordem das orações não é iconicamente motivada, uma vez que oração-prótase está posposta à oração-apódose:

(28) Talvez este episódio da história das idéias no Brasil estivesse hoje esquecido, não fosse o fato de um dos leitores desse livro, o então jovem estudante de medicina Durval Marcondes, ter-se entusiasmado com o pensamento de Freud. (PS-LT)

(28a) Talvez este episódio da história das idéias no Brasil estivesse hoje esquecido, *se não fosse o fato de um dos leitores desse livro, o então jovem estudante de medicina Durval Marcondes, ter-se entusiasmado com o pensamento de Freud.*

(29) Antes de meia-noite, a vitrola tocava canções portuguesas e orientais ritmadas com palmas, e os vizinhos estrangeiros, vestidos a caráter, vinham cumprimentar Emilie e assistir às filhas de Mentaha dançarem após a ceia. *Teria sido uma noite desastrosa, não fosse por Emilie e uma visita inesperada.* (REL-LR)

(29a) Teria sido uma noite desastrosa, *se não fosse por Emilie e uma visita inesperada.*

(30) Celso Lafer, o novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, tem pelo menos duas das características que compunham o perfil de Luiz Carlos Mendonça de Barros, que seria o titular da pasta não fosse o caso do "grampo". (FSP/98)

(30a) (...) seria o titular da pasta *se não fosse o caso do "grampo".*

Nessas ocorrências pode-se destacar um fato que as diferencia das construções paratáticas em que a oração-prótase precede a oração-apódose: as orações-prótase, pospostas, são negativas. Esse fato pode ser considerado como característico dessas construções em que a oração-prótase está posposta.

Nas três ocorrências, os falantes expressam nas orações-apódose situações que poderiam vir a acontecer - *o episódio estar esquecido, a noite ser desastrosa, ser titular da pasta* -, para então apresentar nas orações-prótase uma informação que serve como uma ressalva, como um impedimento. E essa ressalva é feita por uma oração na negativa - *não fosse por um dos leitores, não fosse por Emilie, não fosse o grampo.*

Como se pode perceber, o falante, ao fazer uma escolha pela anteposição ou pela posposição da oração-prótase, revela seus propósitos comunicativos. Nesse sentido, pode-se

dizer que a ordem das orações que compõem uma construção paratática também é pragmaticamente motivada. O falante, ao escolher a ordenação oração-prótase —• oração-apódose, confere à oração-prótase a função pragmática de *tópico*. Quando o falante escolhe a ordenação à oração-apódose —> oração-prótase, confere à oração-prótase a função de *adendo*.

O exame das ocorrências encontradas no *corpus* mostra que nas construções paratáticas em que a oração-prótase funciona como tópico, a informação apresentada serve como uma forma de o falante exemplificar aquilo que foi dito, de retomar o que foi dito anteriormente, ou de estabelecer um contraste com a oração precedente. É o que se pode conferir nas ocorrências seguintes:

(31) A: Cruzes! Eu só de pensar fico tonta. Não posso com altura. Sinto um enjôo de morte e se não me agarro caio logo.

PM: Tem disso comigo não. *Me dê uma cordinha, três lençóis amarrados, uma percha, qualquer escada de pano e eu sou homem para qualquer travessura.* (PM-LD)

(31a) PM: Tem disso comigo não. [por exemplo] *Se me der uma cordinha, três lençóis amarrados, uma percha, qualquer escada de pano eu sou homem para qualquer travessura.*

(32) É sabido e notório que usar cinto de segurança faz bem à saúde e que mandar as crianças à escola faz muito bem até à auto-estima. Apesar disso, todo mundo só começou a usar cinto depois que a lei obrigou. *Ou usa, ou lá vem multa.* (FSP/97)

(32a) Apesar disso, todo mundo só começou a usar cinto depois que a lei obrigou, [ou seja] *Se não usa, lá vem multa.*

(33) Ficaríamos com ele se as nossas idéias não brigassem com as dele. Mas quais são as idéias de capitão Lobo? Temos certo número de idéias, firmes e recusamos fórmulas desacreditadas. *Boas há um século, hoje nada valem.* Vendo-o, escutando-o, precisamos saber que ele está do outro lado e é conseqüentemente um inimigo. (MEC-LR)

(33a) Temos certo número de idéias, firmes e recusamos fórmulas desacreditadas, [entretanto] *Se boas há um século, hoje nada valem.*

Na ocorrência (31), o falante tenta mostrar que é valente, que pode descer de um lugar mais alto não importa de que maneira. Ele usa a oração-prótase como tópico porque ela serve para *exemplificar* como ele pode ser ousado. O falante parece estar dizendo: "*comigo não é assim, porque [por exemplo] se me der uma corda, ou três lençóis, ou uma escada de pano, eu faço o que for necessário*".

A ocorrência (32) mostra claramente a função de *retomada* que a oração-prótase desempenha. A jornalista está falando sobre o cinto de segurança e do momento em que seu uso passou a ser obrigatório. A oração-prótase funciona como uma maneira de retomar essa informação apresentada pela jornalista, como se ela estivesse pretendendo dizer a mesma coisa de uma outra forma e por isso retoma a idéia precedente.

Na ocorrência (33) percebe-se a relação de *contraste* que se estabelece entre a oração justaposta e as orações que a precedem. O falante discorre sobre as idéias do capitão Lobo, das quais discorda, dizendo que "*as idéias dele já haviam sido boas, [entretanto] isso não mais ocorria*".

Como já se disse, nas ocorrências em que a oração-prótase segue a oração-apódose, a oração-prótase serve como uma ressalva ao que foi dito nas orações precedentes. Sendo assim, a função desempenhada por essas orações é a de *adendo*, como afirma Neves (2000, p. 857), que considera esses casos como orações condicionais em que há a elipse do conectivo. As três ocorrências encontradas são casos de adendos a que se chama de restritivos (HIRATA, 1999),

uma vez que a oração posposta apresenta uma informação que restringe o que está dito na oração que a antecede:

(28a) Talvez este episódio da história das idéias no Brasil estivesse hoje esquecido, [ressalva] *se não fosse o fato de um dos leitores desse livro, o então jovem estudante de medicina Durval Marcondes, ter-se entusiasmado com o pensamento de Freud.*

(29a) Teria sido uma noite desastrosa, [ressalva] *se não fosse por Emilie e uma visita inesperada.*

(30a) (...) seria o titular da pasta [ressalva] *se não fosse o caso do "grampo".*

Em todas as ocorrências analisadas, mesmo nas que não são iconicamente motivadas, é possível perceber a existência de um vínculo entre as orações que compõem a construção paratática, o mesmo tipo de vínculo que se encontra nas construções condicionais canônicas. Esse fato mostra que a razão de as construções paratáticas poderem ser interpretadas como condicionais se deve, em grande parte, a uma relação de conseqüência que se estabelece entre a oração-prótase e a oração-apódose. A conseqüência, nesses casos, deve ser entendida não apenas em um nível semântico, como se significasse uma relação de causa e efeito, mas também em um nível pragmático, uma vez que se pode apreender entre as orações uma relação de relevância.

O exame das ocorrências revela, também, que existe uma estreita ligação entre os tipos de correlação modo-temporal usadas nas construções paratáticas e os contextos de realização dessas construções. Nesse sentido, pode-se dizer que há alguns tipos de correlações modo-temporais que favorecem a interpretação condicional das construções paratáticas, e que a escolha dos tempos e modos verbais usados está relacionada com as necessidades comunicativa dos falantes.

No exame do *corpus*, foram encontradas vinte e duas construções no presente do indicativo, com referência futura, e duas no futuro do presente do indicativo. Essas construções, que se referem a situações do tipo *pós-presente* (DECLERCK E REED, 2001), são usadas para expressar ameaças, recomendações/avisos ou promessas<sup>36</sup>. Observe-se as seguintes ocorrências:

(34) A: Não é o que você está fazendo, bem?

PM: *Fica nas minhas redondezas e você vai ver.* É fêmea que parece mato. Eu estou neste morro da Catacumba não tem dois meses e umas seis cabrochas já fizeram ranger as tábuas daquela cama ali. (PM-LD)

(34a) *Se ficar nas minhas redondezas você vai ver.*

(35) P: cobertura pra fazer as pesquisas que eu encomendei e não pras suas safadezas! Está há séculos em Resplendor e cadê os resultados? Pois escute bem: eu já lhe dei um prazo. E a ampulheta está correndo! *Ou me aparece com resultados concretos ou eu lhe mando embora de Resplendor.* Inteiro ou em partes! (PD-LD)

(35a) *Se não aparece com resultados concretos eu lhe mando embora de Resplendor.*

(36) Ora, se há o sofrimento e não há o sofredor, então quem é que sofre? Se você souber a resposta, não precisa nem terminar a leitura do livrinho, "achou", na verdade, o grande barato da vida E, por favor, me conte a solução do enigma. *Decifra-me ou te devoro.* Dá-lhe vida! (BUD-LT)

(36a) *Se não me decifra te devoro.*

(37) Um governador de Alagoas me dissera anos atrás: "Você, escrevendo literatura de ficção, morre de fome. Os romances lhe renderão duzentos mil-réis por mês. *Faça artigos sobre economia e ganhará contos.*" (MEC-LR)

(37a) *Se fizer artigos sobre economia ganhará contos.*

<sup>36</sup>As situações pós-presente atualizadas por promessas são restritas às paratáticas aditivas.

Nessas ocorrências, na oração-apódose os verbos usados estão no presente do indicativo, e têm referência futura, ou estão no futuro do presente do indicativo. A ocorrência (34) é usada para expressar uma promessa. As ocorrências (35) e (36) servem como ameaças dos falantes aos seus interlocutores. Em (37), o falante usa a construção paratática para fazer uma recomendação a seu ouvinte. O uso desses tempos verbais faz com que essas construções sejam entendidas como construções preditivas, conforme proposto por Dancygier (1999).

Um parâmetro que geralmente é usado na interpretação das construções paratáticas como estratégias comunicativas usadas pelos falantes para expressar promessas e ameaças é o *grau de desejabilidade* da situação expressa na oração-apódose. Nesse sentido, pode-se dizer que o que define a interpretação de uma construção é o fato de a situação ser desejada ou indesejada pelo ouvinte. Se o ouvinte desejar a situação, a função desempenhada pela construção é de promessa ou de recomendação, mas se o ouvinte não desejar a situação, a função é de ameaça.

No caso da ocorrência (36), é evidente que o ouvinte não deseja "*ser (metaforicamente) devorado*", e por essa razão, a interpretação da construção como uma estratégia usada pelo falante para ameaçar seu ouvinte é inequívoca. Na ocorrência (37), o ouvinte certamente deseja "*ganhar contos*", e por isso interpreta a construção como uma recomendação para desempenhar aquilo que o falante expressa na oração-prótase, "*escrever artigos sobre economia*".

Há casos, entretanto, em que a distinção entre ameaça e promessa é tênue. A primeira vista, a ocorrência (34) poderia ser interpretada como uma ameaça, afinal o ouvinte poderia interpretar a oração "*você vai ver*" como se o falante o estivesse desafiando a não ficar nas redondezas, e não desejaria a situação expressa na oração-apódose. Deve-se ressaltar que,



embora o parâmetro de *desejabilidade* da situação seja um fator muito importante na interpretação dessas construções, é o contexto situacional que define a interpretação pretendida pelo falante.

Além das ameaças, promessas e recomendações, as construções paratáticas condicionais encontradas no *corpus* expressam situações que podem ser descritas como *habituais ou genéricas*. Nos 27 casos analisados, as correlações modo-temporais não têm referência futura. São construções que não se referem ao "pós-presente" (DECLERCK e REED, 2001), nas quais o uso do pretérito perfeito do indicativo e do presente do indicativo indica que os falantes expressam uma situação que já é do seu conhecimento.

Na ocorrência seguinte, a construção justaposta apresenta-se como um contraste em relação ao que foi dito no período antecedente. Pedro Mico afirma que uma mulher se torna donzela novamente apenas pelo fato de se pendurar em seu braço. Assim pode-se entender que a situação descrita por Pedro Mico é por ele considerada como *habitual*, porque *sempre que* uma mulher está com ele, sua reputação fica garantida:

(38) Pedro Mico: Olha, mulher que estiver com Pedro Mico ninguém chama disto não. Nem que ela tenha passado em revista todo o Corpo dos Fuzileiros Navais. Nem que tenha sido do Mangue no tempo do cincão. Pendurou no meu braço é moça donzela de novo. (PM-LD)

(38a) *Se pendurou no meu braço é moça donzela de novo.*

A ocorrência (39) também mostra uma situação que o falante parece conhecer bem, por tê-la vivenciado em outras épocas. Nesse caso, a construção paratática condicional deve ser entendida como uma *generalização*, porque o falante expressa uma verdade absoluta "*não pode haver café*" se acontece algo que independe de sua vontade "*não chover*":

(39) Helena: O que foi que você disse ?  
 Joaquim: *Não chove, não pode haver café.*  
 Helena: Hoje, tudo está ficando diferente ! Não compreendo mais nada.  
 De primeiro, tempo de chuva era tempo de chuva.  
 Joaquim: Não há mais café como antigamente. (MO-LD)

(39a) Joaquim: *Se não chove, não pode haver café.*

Na análise das construções paratáticas condicionais que não têm referência futura também foram encontradas construções que são usadas de uma maneira "quase proverbial", no sentido de que se apoiam em conteúdos que são considerados como pré-concebidos. E o que se pode ver nas ocorrências abaixo:

(40) Clóvis: Que não o que. Vamos ganhar. E assim tiramos a garganta dele.

Dona Marta: Marido contra mulher não adianta.

Tônico: Adianta, sim. No jogo temos economia separada. *Perdeu, pagou.*  
 Se não tem dinheiro, compro as ações dela. Ela tem mais ações na Santa Marta que eu. (SM-LD)

(40a) *Se perdeu, pagou.*

(41) A1: Mole ele nasce mesmo...

J: Mole tá bom, mas não mole! *Mãe fraca, criança fraca...* Quer com leite? Um pingado prá ela e um cobertor de pobre prá mim. (AS-LD)

(41a) *Se a mãe é fraca, a criança é fraca...*

Nessas ocorrências, os significados das construções parecem repousar no conhecimento tácito que se tem das situações, e adquirem um caráter de "dito". Nesse sentido, pode-se dizer que ocorrências como (40) são similares a construções do tipo:

(42) Falou, tá falado.

(43) Lavou, tá novo.

Uma ocorrência como (41), por sua vez, pode ser comparada a expressões proverbiais do tipo:

(44) Casa de ferreiro, espeto de pau.

(45) Barriga cheia, pé na areia.

e tantas outras que são usadas na linguagem cotidiana e até mesmo explorados na linguagem publicitária.

Outros tipos de construções com valor condicional também expressam a habitualidade.

Trata-se, na próxima seção, da expressão da condicionalidade nas construções temporais.

#### 4.4 CONSTRUÇÕES TEMPORAL-CONDICIONAL

Vários são os trabalhos nas mais diversas línguas que atestam a possibilidade de interpretação, leitura ou conotação condicional das tradicionalmente chamadas orações subordinadas adverbiais temporais. Como já se ressaltou anteriormente, no português do Brasil apenas Neves e Braga (1999) e Sousa (2003) trataram desse tema<sup>37</sup>.

As possibilidades teóricas de mostrar como o valor condicional pode ser realizado por meio de uma oração temporal são muitas. De uma maneira geral, todos os autores concordam em que a diferença entre condicionais e temporais diz respeito ao grau de certeza ou incerteza que essas construções codificam. As condicionais marcariam a incerteza do falante em relação ao conteúdo expresso na proposição, enquanto as temporais indicariam a certeza do falante acerca desse conteúdo. Entretanto, o que se nota é que há construções temporais ambíguas, em que não se pode definir esse grau, uma vez que os contextos em que ocorrem é marcado pela não-defmitude, ou, nas palavras de Dancygier (1998), pela eventualidade. Assim, faz-se necessário descrever esses contextos de ocorrência de orações que "formalmente" são temporais, porque apresentam a conjunção subordinativa *quando*, mas que pragmaticamente são entendidas como condicionais. Antes de prosseguir com essa tarefa, é necessário apresentar algumas das várias propostas de tratamento das *temporal-condicional* (termo utilizado por Neves (em preparação), e que se adota neste trabalho).

Traugott (1985), a partir do ponto de vista do processo de gramaticalização, considera que a relação entre orações condicionais e temporais se manifesta no desenvolvimento

<sup>37</sup>Deve-se ressaltar que Souza (1996) tratou, tangencialmente, da leitura condicional de certas estruturas temporais.

histórico dos conectivos condicionais, uma vez que muitos desses conectivos são formados a partir de fontes lexicais temporais. É o que acontece em muitas línguas em que itens lexicais usados para expressar a noção temporal de duração (*por algum tempo*), ou itens como o conectivo *quando*, que são ambíguos entre os significados durativo e não-durativo, podem ser considerados como fontes lexicais para a formação de marcas de condicionalidade. Para Traugott(1985,p. 303)

*quando* está disponível paradigmaticamente entre um conjunto de conectivos que expressam condicionalidade no inglês (i.e. os falantes têm à escolha o *se*, o *quando*, entre outros). Como membro desse conjunto, ele delinea **iconicamente a condicionalidade**, porque codifica a 'dadidade' e a contingência temporal do mundo possível que o ouvinte está sendo convidado a imaginar. Como membro de uma categoria maior de conectivos, *quando* serve tanto à sua antiga função como temporal, e sua função mais nova, como **condicional**, e então sua origem permanece relativamente transparente. Em uma situação ampliada, se o *quando* perdesse seu significado temporal, e se tornasse apenas um marcador de condicionalidade, então ele poderia tornar-se "deiconizado" e finalmente totalmente opaco (como aconteceu com o *se*), [grifos meus].<sup>38</sup>

Traugott (1985) afirma, ainda, que muitas vezes o *when* recebe uma leitura *whenever*, e, nesses casos, pode haver uma interpretação condicional, o que também ocorre se se usa o imperfeito na oração núcleo.

Nesse sentido, Visconti (2003), por exemplo, faz uma comparação entre dois conectivos do italiano e do inglês (*qualora* e *whenever*), e mostra como ocorre a mudança semântica do domínio temporal para o condicional. A autora considera que os valores temporal e condicional em tais conectivos têm diferentes *graus de cristalização*, ou seja, em italiano contemporâneo, *qualora* é utilizado exclusivamente com valor condicional, enquanto em inglês encontra-se *whenever* tanto com valor condicional como com valor temporal. Para

<sup>38</sup>*when* is available paradigmatically among a set of connectives that express conditionality in English (i.e. speakers have the choice of if when among others). As a member of this set, it diagrams **conditionality iconically** in that it encodes the givenness and temporal contingency of the possible world that the hearer is being asked to imagine. As a member of the larger category of connectives, *when* serves both its older function as a temporal, and its newer function as a **conditional**, and so its origin remains relatively transparent. At some larger state, if *when* were to lose its temporal meaning, and become a marker of conditional alone, then it would become deiconized and finally totally opaque (as has happened to if).

Visconti (2003) tal diferença de usos se deve a uma diferença na organização dos sistemas de *modo* e *aspecto* dessas línguas, e, em particular, ao papel desempenhado pelo modo subjuntivo que manifestaria a modalização epistêmica em italiano e não em inglês.

Declerck (1997) e Declerck e Reed (2001) também apresentam algumas considerações importantes sobre as diferentes possibilidades de leitura das orações temporais. Os autores afirmam que essas orações podem ter várias *conotações não-temporais*, de causa, modo, concessão e condição. Nesses casos o significado temporal coexiste com os outros significados, como no seguinte exemplo:

(46) *Is there a man that could stand aside **when** this fair creature is in trouble?* (DECLERCK, 1997, p. 35)

*Há algum homem que poderia ficar de fora (mesmo) quando essa bela criatura está em perigo?*

em que as noções de tempo e de concessividade ou contraste podem ser apreendidas simultaneamente.

Para Declerck (1997), há também outras orações com *quando* que são *atemporais*, porque elas não expressariam as noções adverbiais de tempo. O significado que expressam seria, então, puramente atemporal. Nessas orações, a conjunção *quando* pode ser entendida como "*no(s) caso(s) em que*" ou "*naquele(s) caso(s) em que*", como se percebe no exemplo:

(47) *Most of the Protestant churches hold contraception and periodic continence to be morally right **when** the motives are right.* (DECLERCK, 1997, p. 31)

*A maioria das igrejas protestantes mantém a contracepção e a periódica contenção sexual como moralmente certos **nos casos em que** os motivos são corretos.*

Embora o autor afirme que nesses casos não há temporalidade envolvida na significação da oração, causa estranheza que a paráfrase que ele usa seja justamente com a conjunção *quando*. Assim, pode-se dizer que as noções temporais estão presentes, mas que isso pode ser percebido em uma *escala*, de maior ou menor influência nas orações.

No que diz respeito especificamente à relação entre condicionais e temporais, Declerck e Reed (2001) afirmam que *se* e *quando* diferem porque *quando* implica factualidade, o que não acontece com *se*. Entretanto, há casos em que o *quando* não desencadeia um entendimento factual, como se vê no exemplo seguinte:

(48) *There's never a dull moment in mealtimes **when** you use Heinz Pickles.* (DECLERCK e REED, 2001, p. 32)

*Nunca há um momento sombrio na refeição **quando** você usa Heinz Pickles.*

que deve ter, segundo Declerck e Reed (2001), uma interpretação condicional.

(48a) *Nunca há um momento sombrio na refeição **se** você usa Heinz Pickles.*

A aproximação entre condicionais e temporais também pode ser tratada de um ponto de vista cognitivista, como fazem Dancygier e Sweetser (2000). As autoras consideram que o *se* e o *quando* têm funções similares, porque marcam o *fundo* para o que se diz na oração principal. A escolha por uma construção ou outra dependeria da *atitude episfêmica* do falante, ou seja, com o *quando* o falante compromete-se com a realidade do espaço descrito, o que não acontece com as orações com *se*. Dancygier (1998) também aponta uma possível leitura condicional com *whenever*. Nesse caso, segundo a autora, tanto o *if* como o *when* introduzem uma afirmação que ajuda a fazer previsões.

Para Braga (1996), a congruência entre tempo e condição não deve causar estranheza. A categoria de tempo seria básica, e embora suas marcas sejam fontes para diversos processos de gramaticalização, ainda fica em aberto a possibilidade de estar em curso no português do Brasil a gramaticalização tempo>condição. Para Braga (1999), o aspecto imperfectivo é que garante uma leitura de recorrência e, principalmente, de condição.

Por fim, Neves (2000) considera que algumas combinações de predicções com relação temporal efetuadas pelo *quando* favorecem uma leitura condicional, com algumas nuances distintas. Segundo a autora, são, particularmente, construções que envolvem simultaneidade e que trazem o aspecto imperfectivo.

É impossível negar, a partir do que foi exposto, que existe uma relação próxima entre orações condicionais e temporais. A explicação para essa possibilidade de interpretação condicional de uma construção temporal pode ser dada em termos pragmáticos, sintáticos e semânticos.

Pragmaticamente, a explicação relaciona-se com as implicaturas conversacionais (SCHWENTER, 1999). Invoca-se, nesse sentido, Levinson (1995), para quem a importância dessas implicaturas reside no fato de que a associação entre expressões linguísticas e inferências tem uma certa previsibilidade que torna possível o reconhecimento de padrões, por exemplo, nos processos de gramaticalização e subjetivização.

Além disso, existem fatores formais, como tempo e aspecto, que podem ter influência na interpretação condicional das construções temporais. Como se viu acima, Traugott (1985) considera que as construções com a conjunção *quando* que expressam *duração* podem ser interpretadas como condicionais. Embora Traugott (1985) adote uma perspectiva diacrônica para explicar a aproximação entre construções temporais e condicionais, acredita-se que a



questão da duração também pode explicar, sincronicamente, a razão de haver construções condicional-temporais. A duração, no sentido usado por Traugott (1985) liga-se, sem dúvida, à noção de aspecto, uma noção que, de uma maneira geral, é pouco explorada nas gramáticas do português do Brasil. As seções que se seguem são dedicadas à expressão do valor aspectual nas construções ora em discussão.

#### 4.4.1 ASPECTO: QUANDO O *QUANDO É SE*

Poucas são as gramáticas do português do Brasil que tratam da expressão do *tempo* nas condicionais, tal como fazem, por exemplo Said Ali (1964) e Neves (2000), que descrevem a variedade de tempos e modos verbais que realizam as condicionais. Não se encontram nem mesmo os esquemas temporais clássicos, que dão conta da distinção entre condicionais reais, eventuais e irreais.

O mesmo pode ser dito em relação à expressão do *aspecto* nas orações condicionais. De fato, pode-se dizer que isso não seja absolutamente necessário na caracterização das condicionais. O problema é que alguns autores têm, recentemente, notado uma aproximação entre orações condicionais e temporais, que se deve a um determinado valor aspectual, o de *duração*, que confere às temporais uma interpretação condicional (TRAUGOTT 1985, DANCYGIER 1998, BRAGA 1996, 1999, NEVES 2000, CASTILHO, 2002).

A noção de duração, como se verá adiante, pode dizer respeito a vários "aspectos" do aspecto, uma vez que pode referir-se à duração interna dos estados de coisas, a situações durativas em contraste com outras pontuais, à imperfectividade ou perfectividade das situações, ao curso das ações ou dos processos. Assim, faz-se necessário definir de que

duração fala Traugott (1985) quando estabelece que é essa noção a responsável pelo aparecimento da leitura condicional das construções temporais e, para tanto, apresentam-se as diferentes possibilidades de tratamento do aspecto.

Nas gramáticas tradicionais e manuais<sup>39</sup> do português (CUNHA e CINTRA 1985, SACCONI 1985, FARACO e MOURA 2000), a categoria aspecto é tratada de modo superficial<sup>40</sup>, geralmente em forma de 'observação' (talvez até de 'curiosidade'), e, na grande maioria das vezes, sua definição é relacionada à descrição dos tempos verbais.

Sacconi (1985) considera que o aspecto não se confunde com o tempo, já que este expressa o momento em que um fato ocorre e aquele faz referência à duração do processo verbal, em que conta a idéia de começo, curso, fim e freqüência que o verbo<sup>41</sup> encerra em si mesmo. O aspecto é o nome que se dá à *duração* do processo, que tem matizes contidos na própria significação do verbo, na flexão temporal ou no uso de verbos auxiliares ou sufixos.

Faraco e Moura (2000) afirmam que o aspecto se refere à expressão das fases de desenvolvimento do processo verbal - começo, duração, ou resultado da ação. Segundo os autores, o aspecto decorre, no português, da significação do próprio verbo, do tempo empregado, da utilização de sufixos, e do emprego de locuções verbais.

Em Cunha e Cintra (1985) encontra-se a descrição de aspecto mais completa entre as gramáticas tradicionais consultadas. Os autores definem aspecto como a categoria gramatical que manifesta o *ponto de vista* a partir do qual o falante considera a ação expressa pelo verbo (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 370). A ação pode ser considerada como concluída se é

<sup>39</sup> As gramáticas foram selecionadas ou por serem gramáticas recentes ou por serem "clássicas" e muito usadas no ensino de português.

<sup>40</sup> Rocha Lima (1998) sequer menciona a categoria aspecto na descrição dos verbos.

<sup>41</sup> Faz-se necessário ressaltar que a grande maioria dos trabalhos consultados trata do aspecto *verbal*. Sendo assim, este trabalho também se limitará a esta classe de palavras.

observada em seu *término* ou em seu *resultado*, ou como não-concluída, se observada em sua *duração* ou *repetição*. Essa distinção corresponde à distinção entre perfeito e imperfeito, respectivamente.

Pode-se sugerir que essa categoria não é claramente descrita nos manuais do português, de um lado porque na língua portuguesa não há, realmente, marcas morfológicas características da categoria, como há em russo e em outras línguas eslavas, por exemplo, e, de outro, porque tempo, modo e aspecto podem vir 'amalgamados'. Nesse sentido, afirma Câmara Jr. (1986, p. 98), a respeito do verbo em português

a complexidade para a interpretação do morfema flexional, propriamente verbal, em português decorre em primeiro lugar, da cumulação, que nele se faz, das noções de tempo e de modo, além da noção **suplementar** de aspecto que às vezes se inclui naquela primeira. (Grifo nosso)

No que diz respeito aos estudos de cunho lingüístico, muitos autores tratam da categoria aspecto, seja em manuais ou gramáticas teóricas de lingüística (LYONS, 1979; DIK, 1989; MATEUS et al, 1989), seja em trabalhos dedicados especialmente a esse tema, nas mais variadas línguas (COMPJE, 1976; COSTA, 1997, CASTILHO, 2002, entre outros).

De uma maneira geral, os autores citados consideram o aspecto como uma marca temporal, que é diferente da marca de tempo<sup>43</sup>, porque ao contrário desta, não é dêitica. A grande diferença que se encontra nesses autores diz respeito ao tratamento que eles dão à *Aktionsart* (o 'modo da ação', a semântica interna do predicado), e ao aspecto propriamente dito (as marcas relacionadas com o Tempo, sejam morfossintáticas ou não). Há autores que não distinguem aspecto de *Aktionsart*; há aqueles que apontam a diferença entre essas duas

<sup>43</sup>Neste sentido, ressalta Coroa (1998, p. 17) que "nas línguas que dispõem de termos diferentes para caracterizar os três tempos acima [tempo físico, tempo crônico e tempo lingüístico] pode-se com facilidade, definir um pelo outro, como é o caso do inglês, por exemplo, em que se define *tense*, tempo lingüístico, em função de *time*, ambivalente para os tempos crônico e físico". Assim, em inglês temos a noção maior de **tense** na qual se incluem **time** e **aspect**, o que não ocorre em português. Daí talvez a justificativa das GTs de inserirem aspecto na descrição de tempo.

noções, mas deixam de considerá-la na descrição do valor aspectual, e há autores que separam explicitamente as duas noções. E é isso que parece fazer com que surjam as várias possibilidades de definição de *duração*, o que se mencionou anteriormente, quando se afirmou que a *duração* poderia dizer respeito a vários 'aspectos' do aspecto, como se verá a seguir.

Lyons (1979) define aspecto como o contorno temporal interno dos estados de coisas, ou seja, aspecto + *Aktionsart*. Para ele

a categoria aspecto inclui uma larga variedade de distinções possíveis. Como distinções temporais, todas elas se relacionam com o tempo; mas como diz Hockett, relacionam-se com o 'contorno ou distribuição temporal' de uma ação, acontecimento ou estado de coisas, e não com a sua 'localização no tempo' (...). (LYONS, 1979, p.331)

Comrie (1976), apesar de estabelecer a diferença entre aspecto e *Aktionsart*<sup>43</sup>, prefere não usar o termo *Aktionsart* em seu trabalho, devido aos sentidos que esse termo vem adquirindo, e que causam uma enorme confusão. Comrie (1976) apresenta duas posições. Uma delas considera o aspecto como a gramaticalização de distinções semânticas relevantes, enquanto a *Aktionsart* representaria a lexicalização dessas distinções. A segunda posição, adotada por eslavistas, considera o aspecto como a gramaticalização de distinção semântica, e a *Aktionsart* como a lexicalização da distinção, que é feita por meio da morfologia derivacional. Sua definição de aspecto é a seguinte: "Aspectos são as diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna de uma situação"<sup>44</sup> (COMRIE, 1976, p. 3).

O autor assume que a distinção aspectual básica deve ser a de perfectivo e imperfectivo e mostra, nas línguas, de que modo as características internas (p. ex. as oposições durativo x pontual, télico x atélico) daquilo que chama de situação (estado, atividade, etc) interferem na manifestação do aspecto.

<sup>43</sup>Em nota de rodapé, somente.

<sup>44</sup>Aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation

Costa (1997), como Comrie (1976), também escolhe não separar formalmente as noções de *Aktionsart* e aspecto, embora ressalte suas diferenças. A autora assume, com base em Lyons (1979), que o aspecto se realiza em entidades de segunda ordem, que são os acontecimentos, processos, estados localizados no tempo. Assim, as noções semânticas de aspecto se referem à maneira como é tratado o tempo decorrido dentro dos limites do fato (o mesmo que a situação de Comrie (1976)). Para a autora, as entidades de segunda ordem são marcadas com certos traços semânticos, tais como [ $\pm$  agente], [ $\pm$  dinâmico], [ $\pm$  durativo]. Desses traços, o único pertinente à distinção aspectual é o traço [ $\pm$  durativo], porque indica se um verbo se refere ou não a fatos que requerem uma fração de tempo para se realizarem. A autora diz que o traço [ $\pm$  durativo] informa sobre a natureza aspectual do lexema. Mas, segundo Comrie (1976) isso não deve confundir-se com imperfectividade, que significa considerar uma situação do ponto de vista de sua estrutura interna. Nesse sentido, parece que Costa (1997) acaba caindo na confusão mencionada por Comrie (1976), uma vez que usa os conceitos que são inerentes aos verbos como critério para a definição do aspecto.

Assim, a autora afirma que um verbo que tem o traço [- durativo], tal como quebrar, não tem *constituição temporal interna*, não '*dura*' no tempo e, logo, não apareceria no imperfectivo. Esse tipo de verbo ficaria segundo Costa (1997, p.24)

restrito quanto à referência temporal interna do fato, visto que normalmente um **ato**, por ser instantâneo, não pode ser imaginado como compreendendo frações temporais dentro dos seus limites.(...) São os **processos**, as **atividades** e os **estados** que normalmente atualizam a categoria Aspecto através de seus lexemas porque portam o traço [+ durativo]. Isso equivale a dizer que lexemas não portadores desse traço normalmente restringem a plena atualização da categoria, (grifos meus)

Nesse sentido, verbos como *cair*, *quebrar* ou *piscar*, por exemplo, restringiriam a rigor a "imperfectivização". Não seria difícil, entretanto, encontrar uma oração como

(49) O prato caía da parede no momento em que cheguei.

Pode-se dizer que não é o fato de o verbo utilizado ser 'durativo' que licencia seu uso nessa oração, mas, sim, o fato de que ele pode ser visto a partir de sua estrutura interna. Isso faz com que orações como essa sejam passíveis de imperfectivização. É isso o que Comrie (1976) mostra em sua diferenciação entre imperfectividade e duratividade (cf. COMRIE, 1976, p. 41s).

O grande problema parece ser que Costa (1997) "segue" Comrie (1976) parcialmente. Se por um lado, a autora também toma como base a oposição fundamental entre perfectivo (sem constituição temporal interna) e imperfectivo (com constituição temporal interna), por outro condiciona sua atualização aos verbos que têm os traços [- durativo] e [+ durativo], respectivamente. Além disso, ao inserir a noção de traço [ $\pm$  durativo], Costa (1997) apresenta uma proposta contrária à de Comrie. Veja-se:

O perfectivo não pode ser definido como descrevendo uma situação limitada, em oposição a uma duração ilimitada; uma hora, dez anos, trinta anos, são todos períodos limitados, mas (...) tanto as formas perfectivas como imperfectivas podem ser usadas para descrever tal duração.<sup>45</sup> (COMRIE, 1976, p. 17)

Mateus et al. (1989) fazem uma separação entre as distinções aspectuais decorrentes da natureza dos estados de coisas descritos e as distinções aspectuais expressas por formas verbais, construções perifrásticas e classes adverbiais temporais. As autoras definem aspecto como

a categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural, (i) por selecção de um predicador pertencente a uma dada classe; (ii) por quantificação do intervalo de tempo em que o estado de coisas descrito está localizado, e/ou (iii) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes. (MATEUS et al, 1989, p. 90)

<sup>45</sup>The perfective cannot be defined as describing a situation with limited, as opposed to unlimited duration; an hour, ten years, thirty years, are all limited periods, but (...) both perfective and imperfective forms can be used to describe such duration.

Além disso, as autoras dizem que o "valor aspectual de um dado enunciado é função da classe aspectual a que pertence o predicador que nele ocorre e da forma aspectual deste." (p. 91). Estão claramente separados, assim, o aspecto interno e o externo. Tanto é assim que as autoras mostram esquematicamente a sistematização e definição de valores aspectuais, em que há o pontual (incoativo, causativo, inceptivo, conclusivo, cessativo) e o durativo (cursivo, permansivo, iterativo, frequentativo, habitual, gnômico), e valores distintos, do acabado (perfectivo) e inacabado (imperfectivo).

Para Dik (1989) o termo aspecto cobre um número diferente de distinções semânticas. Para ele, há uma noção maior de *aspectualidade*, que dá conta de todas essas distinções. A *aspectualidade* cobre as seguintes áreas:

- a) O tipo de estado de coisas (EC) designado pela moldura de predicado. Essa subárea, chamada de *Aktionsart*, está na tipologia de ECs da Gramática Funcional. Assim, o que caracteriza cada tipo de ECs é um diferente 'modo de ação', correspondente a uma diferente característica da semântica interna do predicado.
- b) Perfectividade/imperfectividade: é o tipo de aspectualidade que diz respeito ao fato de o EC ser apresentado de um ponto de vista externo, como um todo completo e indivisível (perfectivo) ou de um ponto de vista interno, não completo e em progresso (imperfectivo).
- c) Fases aspectuais: descrevem o que pode ser dito, em um determinado ponto de referência na dimensão temporal, em relação à ocorrência de um EC. Aqui estão os valores prospectivo, ingressivo, progressivo, e o perfeito.
- d) Aspecto quantificacional: expressa as diferentes formas de quantificação sobre um conjunto de ECs. São os valores iterativo, habitual e frequentativo.

Percebe-se, assim, que para Dik (1989) há uma separação nítida entre aquilo que é parte inerente do predicado - a *Aktionsart* - e aquilo a que a esse predicado se acrescenta gramaticalmente - o aspecto -, que são os valores de perfectividade/imperfectividade, de fases, e de quantificação.

É necessário ressaltar que um dos pressupostos básicos da corrente funcionalista de base holandesa é a organização das frases em camadas. Neste sentido, diz Dik (1989, p.50)

Lyons distingue entidades de primeira ordem (designadas pelos nossos termos de nível 1), entidades de segunda ordem (designadas pelas nossas predicacões) e entidades de terceira ordem (fatos possíveis, designados pelas nossas proposições). Nós deveríamos acrescentar entidades de quarta ordem (atos de fala, indicados pela estrutura completa da oração de nossa análise).<sup>46</sup>

A cada uma dessas camadas podem ser acrescentados operadores e satélites, meios gramaticais e lexicais, respectivamente, que as modificam, interferindo em cada uma das fases. A esse respeito afirma Neves (1996, p. 175) que "com esse aparato, explicam-se, por exemplo, as relações entre modalidade, de um lado, e tempo e aspecto de outro". Assim, no predicado está o próprio aspecto qualificacional - a *Aktionsart* - como por exemplo os traços [+ télico] e [- télico]. Nesse nível, os operadores e satélites que podem ser acrescentados têm a função de modificar a estrutura interna dos estados de coisas. É aí, então, que são adicionados os operadores de perfectividade ou de imperfectividade. Logo, fica evidente a razão de se separarem as noções internas das externas: cada uma delas opera em um determinado nível. Tanto é assim que Dik afirma que as distinções aspectuais quantitativas pertencem ao nível da predicacão, que é um outro nível da estrutura de camadas.

<sup>46</sup>Lyons distinguishes 'first order entities' (as designated by our Level I terms), 'second order entities' (States of affairs, as designated by our predications) and 'third order entities' (possible facts, as designated by our propositions). We might add 'fourth order entities' (speech acts, as indicated by the full clause structure of our analysis).



A respeito da distinção perfectivo/imperfectivo, Dik (1989) afirma que, como pertence à camada mais baixa de operadores, e opera imediatamente sobre o predicado, é de se esperar que ocorram interações entre esses operadores e o tipo de ECs designado pela estrutura de predicados. Assim, o autor afirma

quando um dos operadores é à primeira vista incompatível com o tipo de estado de coisas da estrutura de predicado, sua aplicação **não é bloqueada**, mas uma interpretação especial é 'expelida' por assim dizer, que restaura a compatibilidade." (DIK, 1989, p.189; (grifo meu)

Percebe-se claramente a diferença entre as posições de Dik e de Costa (1997). De fato, o modo de ação do predicado é inerente, e não é ele, efetivamente, que determinará restrições aos valores que serão adicionados, como diz Costa (1997). Além disso, não há impedimentos para a realização, por exemplo, de um EC télico no imperfectivo, como bem mostra Dik (1989, p. 189). Observe-se:

*Impfrun (the athletes)(the marathon)*

= (i) *The athletes tried to run the marathon (conative)*

*Os atletas correram a maratona.*

(ii) *The athletes ran the marathon several times (iterative)*

*Os atletas correram a maratona várias vezes.*

(iii) *Each of the athletes ran the marathon (distributive)*

*Cada um dos atletas correu a maratona.*

Castilho (2002) considera que o aspecto verbal é uma propriedade da predicação, que consiste em representar os graus de desenvolvimento do estados de coisas que está sendo

"when one of the operators is at first sight incompatible with the SoA type of the predicate frame, its application is not blocked, but a special interpretation is 'forced out', so to speak, which restores compatibility.

codificado. Para o autor, o aspecto também pode ser entendido como as fases que o estado de coisas pode incluir. Assim como Dik (1989), Castilho (2002) destaca que o aspecto compreende duas faces, uma qualitativa, que diz respeito à distinção perfectivo e imperfectivo, e outra face quantitativa, que relaciona-se ao semelfactivo e ao iterativo. A proposta apresentada por Castilho (2002) para uma tipologia do aspecto é, segundo o autor, pluridimensional, porque

decorre da composicionalidade semântica dos seguintes elementos: (i) da *Aktionsart* do verbo enquanto item lexical; (ii) da interação da *Aktionsart* com a flexão de tempo ou com o auxiliar, nas perífrases; (iii) da interação do complexo assim constituído com os argumentos verbais externo e interno e/ou com os adjuntos adverbiais aspectualizadores. (CASTILHO, 2002, p. 87-88)

O quadro apresentado por Castilho (2002, p. 87) mostra a correlação entre as faces qualitativa e quantitativa:

Face qualitativa	Imperfectivo	Perfectivo
	Inceptivo, cursivo, terminativo	Pontual, resultativo
Face quantitativa	Semelfactivo, iterativo	

Tabela 3: tipologia aspectual (Castilho, 2002)

Pode-se perceber que, como para Dik (1989), para Castilho a *Aktionsart* não se confunde com a perfectividade do verbo, porque um verbo télico pode ser interpretado como imperfectivo, dependendo do contexto de uso, se é conjugado no pretérito imperfeito, justamente o contrário do que afirma Costa (1997).

Neste trabalho, assume-se, como Dik (1989) e Castilho (2002), que as diferenças entre as noções de *Aktionsart* e aspecto devem ser consideradas na análise do valor aspectual, e considera-se que os tipos de ECs não impõem qualquer restrição aos operadores perfectivo/imperfectivo.

Pode-se notar, pelo que tem sido discutido até este ponto, que a noção de duração pode fazer parte tanto da definição de aspecto, como da de *Aktionsart*. Foi por este motivo que se escolheu apresentar inicialmente a distinção entre estas duas definições. Afinal, de que duração fala Traugott (1985) quando afirma que um valor durativo atribuído às condicionais favorece uma leitura temporal?

Acredita-se que a duração a que se refere Traugott (1985) não está ligada à semântica do EC, à distinção durativo/pontual, mas sim ao fato de que uma situação *pode ou não ter a sua constituição temporal interna ressaltada*. E o tipo de duração que, segundo Comrie (1976) está implícita na definição de perfectividade/imperfectividade. Em Dik (1989), encontra-se essa noção no traço semântico [ $\pm$  momentâneo] que é pertinente ao traço [ $\pm$  télico], que indicará a duração ou não de um EC télico ou atélico.

Nesse sentido, acredita-se que, quando uma construção temporal recebe uma interpretação condicional, isso se deve ao fato de que nessa construção se usam verbos cuja constituição temporal interna é ressaltada. As situações em que as construções temporais podem receber uma leitura condicional refletem esse caráter durativo, já que expressam a *habitual idade*.

Neves (2000) mostra que as construções temporais que expressam a condicionalidade são construções que envolvem a simultaneidade, uma vez que os estados de coisas da oração-prótase e da oração apódose são simultâneos. Elas podem indicar a habitualidade, que por sua vez, pode implicar a iteração.

Castilho (2002) também analisa esse tipo de situação. O autor não menciona a habitualidade, mas os exemplos que ele apresenta indicam que se trata desse uso das construções temporais. Confira-se (CASTILHO, 2002, p. 113):

(50) quando é que o aluno utiliza ou trabalha naquela categoria conhecimento? *quando* ele evoca... *quando* ele enumera... *quando* ele... (EF-POA-291:84) [gritos meus]

(50a) quando é que o aluno utiliza ou trabalha naquela categoria conhecimento? *se* ele evoca... *se* ele enumera... *se* ele...

(51) prende-se ao fato de os autores dizem que *quando* o aluno interpreta eleja faz um exame na interpretação já há uma uma subdivisão já há um processo seria melhor dito já há um processo de análise já há um exame *quando* ele identifica a aplicação ele já separa o essencial do acessório (EF-POA-278:266) [grifos meus]

(51a) prende-se ao fato de os autores dizem que *se* o aluno interpreta ele já faz um exame na interpretação já há uma uma subdivisão já há um processo seria melhor dito já há um processo de análise já há um exame *se* ele identifica a aplicação eleja separa o essencial do acessório.

Pode-se chegar, nesses casos, à seguinte interpretação: o aluno trabalha de uma determinada maneira *sempre* que ele evoca, enumera. Ou então: o aluno *sempre* que interpreta, faz um exame na interpretação. Para Castilho (2002), esses casos têm uma *interpretação iterativa*, que está vinculada a um padrão sentencial e estabelece a quantificação do verbo.

De fato, há nos exemplos apresentados por Castilho (2002) algo que parece ser repetitivo, como convém aos enunciados iterativos. Entretanto, acredita-se que nesses exemplos também é possível perceber uma idéia de algo que é freqüente, o que faz com que se postule a existência de um valor *habitual-iterativo*.

Em resumo, pode-se dizer que a relação entre condicionais e temporais se estabelece porque essas construções exprimem a habitualidade, a recorrência dos ECs nelas envolvidos. Segundo Neves (2000), a habitualidade pode, normalmente, ser expressa pelo presente do

indicativo ou pelo pretérito imperfeito do indicativo, o que deve ser verificado na análise dos dados, que se apresenta a seguir.

#### 4.4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Foram encontradas no *corpus* consultados 79 ocorrências de construções temporais que podem receber uma interpretação condicional, o que evidencia que o uso de construções temporais para expressar o valor condicional é bastante produtivo no português do Brasil. Observe-se a distribuição das ocorrências pelos tipos de literatura na tabela seguinte:

	<i>Dramática</i>	<i>Jornalística</i>	<i>Romanesca</i>	<i>Técnica</i>	<i>Oratória</i>	<i>Total</i>
<i>Temporais</i>	21	7	8	19	24	79

*Tabela 4: Construções temporal-condicional e tipos literatura*

A análise das ocorrências encontradas no *corpus* sugere que as construções temporais que expressam o valor condicional são usadas como um recurso argumentativo, de que o falante lança mão para defender um ponto de vista. Nesse sentido, destacam-se dois pontos em relação à distribuição das ocorrências pelos tipos de literatura.

Na literatura oratória, tanto nos discursos de presidentes, senadores e deputados como nos sermões esse tipo de construção mostra que os falantes querem manifestar suas opiniões de uma maneira persuasiva. Por essa razão justifica-se que em nenhum discurso de posse da Academia Brasileira de Letras essas construções tenham ocorrido.

Na ocorrência seguinte, encontra-se um exemplo claro desse uso argumentativo. O Presidente Fernando Henrique fala sobre continuidade e mudança, e as vantagens e

desvantagens delas decorrentes. E como se fizesse um arremate, apresenta um argumento final, o de que não devemos ter medo de inovar:

(52) Temos identidade e valores permanentes, que hão de continuar se expressando em nossa política externa. Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constróem o perfil de um Estado responsável. *Não devemos, contudo, ter receio de inovar **quando** os nossos interesses e valores assim indicarem.* Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da história. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem. (FER-LO)

(52a) *Não devemos, contudo, ter receio de inovar se os nossos interesses e valores assim indicarem.*

Embora se reconheça o uso de construções temporais com valor condicional como um recurso argumentativo, há um número muito baixo de ocorrências desse tipo de construção nos textos da literatura jornalística, nos quais esse recurso poderia ser bastante explorado pelos articulistas. Deve-se destacar, entretanto, que todas as 7 construções encontradas são usadas para mostrar o ponto de vista do falante, como comprova a ocorrência seguinte:

(53) Esperança e desilusão, engajamentos e desencantos. Assim vamos fazendo a história, pendularmente. O que nos salva da depressão abissal, do niilismo e da nulidade, é que esses momentos intensos, mas fluidos, são intercalados por fatos concretos, documentados, arquivados, referências inquestionáveis que nos ancoram quando o vendaval parece definitivamente nos arrastar. *O grande problema é **quando** a história oficial é revista e também os fatos começam a nos faltar.* Foi o drama que corroeu, por exemplo, a fé dos comunistas a partir de 1956, quando foi iniciada a revisão do stalinismo. (FSP/95)

(53a) *O grande problema é se a história oficial é revista e também os fatos começam a nos faltar.*

Como se observou anteriormente, um dos argumentos mais utilizados para distinguir construções temporais de construções condicionais relaciona-se ao grau de (in)certeza que o

falante manifesta por meio delas. Pragmaticamente, entretanto, essa diferença não se sustenta, uma vez que há contextos em que o *quando* pode implicar *incerteza* e, não, *certeza*. E o que se pode perceber na seguinte ocorrência:

(54) Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação. *Quando os brasileiros puderem ser mais informados, quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana, quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.* (FER-LO)

Nessa ocorrência, o falante descreve um momento hipotético futuro, em que os brasileiros terão acesso aos meios de comunicação, que os tornará aptos a exercer a sua cidadania. Não se pode dizer que nesses casos se manifesta o comprometimento do falante em relação ao conteúdo que está sendo veiculado. Infere-se, das construções com *quando* a *incerteza*, e, desse modo, a interpretação a que se chega é condicional:

(54a) *Se os brasileiros puderem ser mais informados, se puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana, se puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.*

Na próxima ocorrência, forma-se um contexto de eventualidade, por meio das construções com *se* e das construções interrogativas, que fazem com que oração temporal implique *incerteza*:

(55) se não há uma coisa para ser cultuada, se o homem é um aglomerado em processo, por que se apegar a ele? Por que tanta vaidade, egoísmo, etc? Por que tanta violência para manter, preservar, ter cada vez mais os bens que esse amontoado acumula? Veja bem que não é uma atitude de abandono perante a vida, até pelo contrário. *Quando se vê isso, se conscientiza de que a vida é bem mais fácil do que a imaginamos.* (BUD-LT)

(55a) *Se se vê isso, se conscientiza de que a vida é bem mais fácil do que a imaginamos.*

Percebe-se que os conceitos de certeza e incerteza não podem ser usados como critério de diferenciação entre construções temporais e condicionais, uma vez que, dependendo do contexto de uso, a construção temporal pode implicar incerteza.

Nesses casos, acredita-se que se convencionaliza o valor condicional, que passa a coexistir com o valor temporal. Há um processo de aumento da informatividade, que é metonímico (TRAUGOTT e HOPPER, 1991) e, por conseguinte, não há substituição de um valor por outro, pelo menos nesse estágio do processo.

Como o valor condicional está convencionalizado nas construções temporais, ou seja, como ele pode ser inferido pragmaticamente, essas construções podem ser consideradas como mais subjetivas, na medida em que a condicionalidade remete a um campo hipotético, o que não se dá com as construções que expressam temporalidade.

Há outros fatores que podem ser considerados como motivadores da interpretação condicional de construções condicionais, que também se relacionam com os contextos de uso dessas construções. Como se disse anteriormente, quando são usadas para expressar a habitualidade as construções temporais podem ser interpretadas como condicionais. Para Visconti (2003) na expressão da habitualidade em construções temporais dois conjuntos de eventualidades coocorrem ou coocorreram de maneira regular, o que se pode perceber por meio do uso de determinadas configurações aspectuais e temporais.



No exame do *corpus* utilizado neste trabalho, a maioria das construções temporais encontra-se no presente do indicativo e no pretérito imperfeito do indicativo, como previsto por Neves (2000):

(56) *Quando um homem como Antônio Carlos Magalhães chama a atenção para esse aspecto de corrupção, é importante que fiquemos atentos; inclusive é um aviso interno para dentro do nosso Governo. Muitos pensam que, pelo fato de Collor ter sido afastado, a CPI terminou; o Presidente Itamar Franco assumiu a Presidência, tudo terminou. Não, não terminou. Esse é um processo lento e constante de fiscalização. (SI-LO)*

(56a) *Se um homem como Antônio Carlos Magalhães chama a atenção para esse aspecto de corrupção, é importante que fiquemos atentos; inclusive é um aviso interno para dentro do nosso Governo.*

(57) *Quando o espaço disponível é pequeno, um mesmo compartimento é permanentemente redefinido em função da sessão que abriga. Os centros maiores dispõem geralmente de aposentos exclusivos para cada tipo de sessão. (ESI-LT)*

(57a) *Se o espaço disponível é pequeno, um mesmo compartimento é permanentemente redefinido em função da sessão que abriga.*

(58) *Sabe, Virgínia, na beira do rio há uma árvore enorme, os galhos mais baixos quase tocam a superfície da água. A gente então se dependura neles e fica com os pés na correnteza, mas isso quando Frau Herta está longe porque senão ela tem um ataque, nunca vi ninguém com mais medo de se afogar, parece Alice. (CP-LR)*

(58a) *A gente então se dependura neles e fica com os pés na correnteza, mas isso se Frau Herta está longe porque senão ela tem um ataque, nunca vi ninguém com mais medo de se afogar, parece Alice.*

(59) C: *Pois é! Acho que o meu filho está pensando igualzinho você! Um noivado de anos, desde que a moça era uma menina - foi por água abaixo! Quando se pensa muito, acaba-se não casando! (FEL-LD)*

(59a) *Se se pensa muito, acaba-se não casando!*

(60) Qualquer político concorda com o resultado da consulta. O grande problema é que nenhum veste a carapuça. Ao contrário. *Quando são questionados a respeito de soluções, todos dizem, com a maior cara-de-pau, que estão investindo - "ao contrário do meu antecessor"- e que vão fazer uma revolução.* Os sistemas de saúde e educacional não funcionam. Não é que não funcionam como deveriam funcionar em um país que se imagina às portas do Primeiro Mundo. Não funcionam para padrões de Terceiro Mundo. (FSP/95)

(60a) *Se são questionados a respeito de soluções, todos dizem, com a maior cara-de-pau, que estão investindo - "ao contrário do meu antecessor"- e que vão fazer uma revolução.*

Em todas essas ocorrências, os verbos das construções temporais estão no presente do indicativo. Nesses casos, o falante usa a construção temporal para expressar a habitualidade, a recorrência do estado de coisas codificado na oração-prótase. A construção temporal mostra um evento que *sempre* acontece em algumas circunstâncias, e por isso pode ser interpretada como satisfação da condicionalidade:

(56b) *Sempre que um homem como Antônio Carlos Magalhães chama a atenção para esse aspecto de corrupção, é importante que fiquemos atentos; inclusive é um aviso interno para dentro do nosso Governo.*

(57b) *Sempre que o espaço disponível é pequeno, um mesmo compartimento é permanentemente redefinido em função da sessão que abriga.*

(58b) *A gente então se dependura neles e fica com os pés na correnteza, mas isso sempre que Frau Herta está longe porque senão ela tem um ataque, nunca vi ninguém com mais medo de se afogar, parece Alice.*

(59b) *Sempre que se pensa muito, acaba-se não casando!*

(60b) *Sempre que são questionados a respeito de soluções, todos dizem, com a maior cara-de-pau, que estão investindo - "ao contrário do meu antecessor"- e que vão fazer uma revolução.*

Há no *corpus*, inclusive, ocorrências como a que se transcreve em seguida, em que se vê após a oração temporal uma outra oração iniciada por *sempre que*:

(61) *Quando, pois, se enceta uma ação contra determinada categoria social, não com base em princípios definidos ou em fatos concretos e comprovados, mas com fundamento em doutrinas vagamente humanitárias e acusações imprecisas, excitando os espíritos à detestação pura e simples da classe em vista, podemos te certeza de que há nessa campanha o ódio característico dos comunistas, ainda que seus promotores não se confessem tais. Sempre que uma campanha se reveste desse cunho de oposição fanática e incondicional contra uma classe determinada, há nela dedo comunista e a colaboração que se dê a semelhante movimento é, no fundo, uma colaboração para o triunfo do comunismo. (MA-LO)*

O mesmo pode ser dito das construções temporais no pretérito imperfeito do indicativo, que também indicam a habitualidade, como se vê nas ocorrências seguintes:

(62) *Quando me determinava a fechar os olhos, os restos de personalidade se atropelavam, fugiam, no fervedouro interno se agitavam confusões, a brasa do cigarro esmorecia, findava. Um sobressalto: necessário riscar outro fósforo. (MEC-LR)*

(62a) *Se me determinava a fechar os olhos, os restos de personalidade se atropelavam, fugiam, no fervedouro interno se agitavam confusões, a brasa do cigarro esmorecia, findava. Um sobressalto: necessário riscar outro fósforo.*

(63) *Ocorre que no cadinho já havia enxofre, proveniente de minerais sulfurosos, e nitratos provenientes do salitre empregado em algumas etapas do processo alquímico. Quando o alquimista adicionava um ácido orgânico, tipo ácido benzóico, acrescentava carbono a sua "sopa" e a união dos três componentes é uma aritmética já conhecida: enxofre + salitre + carbono = pólvora! Que facilmente poderia ir pelos ares com o aquecimento mais forte. Talvez a pólvora tenha sido descoberta dessa forma. (ALQ-LT)*

(63a) *Se o alquimista adicionava um ácido orgânico, tipo ácido benzóico, acrescentava carbono a sua "sopa" e a união dos três componentes é uma aritmética já conhecida: enxofre + salitre + carbono = pólvora!*

Há, ainda, os casos em que as construções temporais expressam um valor iterativo, como proposto por Neves (2000) e Castilho (2002). Nesses casos, há uma situação que

sempre ocorre, mas isso se dá de forma repetitiva, porque é possível perceber que existe uma certa quantificação:

(64) O copeiro, de nome Severino, um jovem humilde de vinte e dois anos, aceitava o tratamento ríspido que o senador lhe dispensava sem reclamar. *O salário que recebia e as gorjetas que ganhava **quando** o senador estava de bom humor ajudavam a sustentar a mãe viúva e os oito irmãos menores que haviam ficado em Caruaru, Pernambuco.* (AGO-LT)

(64a) *O salário que recebia e as gorjetas que ganhava **se** o senador estava de bom humor ajudavam a sustentar a mãe viúva e os oito irmãos menores que haviam ficado em Caruaru, Pernambuco.*

(65) Eu dizia desta tribuna com relação ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Ninguém pode acusá-lo se as coisas estão acontecendo. A culpa não é dele. Ninguém pode culpar o prefeito, o ministro, o governador se as coisas acontecem. *Podem culpá-los **quando**, ao tomar conhecimento de que as coisas ocorreram, não tomaram providencias no sentido da busca da responsabilidade.* (SI-LO)

(65a) *Podem culpá-los **se**, ao tomar conhecimento de que as coisas ocorreram, não tomaram providencias no sentido da busca da responsabilidade.*

Nessas ocorrências, encontra-se uma situação que se repete habitualmente, mas isso se dá em *determinadas ocasiões*. Acredita-se, então, que este seja um caso do que se chamou de habitual-iterativo:

(64b) *O salário que recebia e as gorjetas que ganhava **nas ocasiões em que** o senador estava de bom humor ajudavam a sustentar a mãe viúva e os oito irmãos menores que haviam ficado em Caruaru, Pernambuco.*

(65b) *Podem culpá-los **nas ocasiões em que**, ao tomar conhecimento de que as coisas ocorreram, não tomaram providencias no sentido da busca da responsabilidade.*

A habitualidade também decorre de um valor aspectual, a duração, já que quando a situação é descrita como habitual usam-se verbos que podem ter sua constituição temporal interna ressaltada.

Sem dúvida, existe uma relação muito estreita entre as correlações modo-temporais que manifestam a habitualidade e o seu valor aspectual. Nesse sentido, Castilho (2002, p. 90) afirma que não se pode fazer uma descrição aspectual dos verbos se não se levar em conta como eles vêm flexionados. Para o autor, o imperfeito simples e o presente favorecem a emergência do imperfectivo, ou seja, das formas que têm sua constituição interna ressaltada. E são exatamente essas as correlações modo-temporais as mais recorrentes no *corpus* deste trabalho.

É possível mostrar que, de fato, o aspecto durativo que confere às construções temporais uma possível interpretação condicional não se relaciona com a distinção pontual vs durativo, uma vez que todos os tipos de estados de coisas propostos em Dik (1989) - atividade, realização, dinamismo, mudança, estado e posição - foram encontrados nas construções temporais analisadas neste trabalho, como se vê nas seguintes ocorrências:

x Atividade [+din], [+con] [-tel]

(66) *Os políticos, assim como os artistas, **quando** lutam para preservar as conquistas democráticas e incorporar novos processos à vida social, estão sempre expressando os anseios que o povo, na sua inesgotável capacidade criadora, manifesta através dos seus sonhos e da sua vida. Devemos ser, portanto, políticos e artistas, intérpretes das emoções e das idéias que nascem e vivificam na comunidade.*(G-LO)

(66a) *Os políticos, assim como os artistas, **se** lutam para preservar as conquistas democráticas e incorporar novos processos à vida social, estão sempre expressando os anseios que o povo, na sua inesgotável capacidade criadora, manifesta através dos seus sonhos e da sua vida.*

x Realização [+din], [+con], [+tel]

(67) A partir do momento em que foi formulado, no fim do século XIX, o inconsciente impôs uma mudança radical na concepção que o homem tinha de si mesmo: não era mais "amo na sua própria casa", significando isso que o indivíduo não tem o total domínio do seu psiquismo, por ser sempre desconhecedor dos seus desejos. *É o que acontece ao homem ao ato de falar, **quando** às vezes, diz mais, ou mesmo outra coisa, do que pretendia conscientemente ao abrir a boca.* (PS-LT)

(67a) *É o que acontece ao homem ao ato de falar, **se** às vezes, diz mais, ou mesmo outra coisa, do que pretendia conscientemente ao abrir a boca.*

x Dinamismo [+din], [-con], [-tel]

(68) Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, *sobretudo **quando** seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior.* (ME-LO)

(68a) *sobretudo **se** seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior.*

x Mudança [+din], [-con], [+tel]

(69) PM: E mostrou como? Esse negócio de morrer no fim é danado. Ganha quem fica vivo.

A: Não, Pedro, minha mãe lembrava essa história quando a gente andava numa disgra danada antes do meu pai morrer. ***Quando** a gente morre, não quer dizer que perde não.* Tu sabe o que é que aconteceu no duro? (PM-LD).

(69a) ***Se** a gente morre, não quer dizer que perde não.* Tu sabe o que é que aconteceu no duro?

## x Estado [-din], [-con]

(70) Do sebo do gado morto ali mesmo, cujas carnes eram salgadas ao sol, *faziam-se velas, **quando** não havia cera das abelhas criadas em cabaças penduradas nos beirais.* (AQT-LT)

(70a) Do sebo do gado morto ali mesmo, cujas carnes eram salgadas ao sol, *faziam-se velas, **se** não havia cera das abelhas criadas em cabaças penduradas nos beirais.*

## K Posição [-din], [+con]

(71) Sabe, Virgínia, na beira do rio há uma árvore enorme, os galhos mais baixos quase tocam a superfície da água. *A gente então se dependura neles e fica com os pés na correnteza, mas isso **quando** Frau Herta está longe porque senão ela tem um ataque, nunca vi ninguém com mais medo de se afogar, parece Alice.* (CP-LR)

(71a) *A gente então se dependura neles e fica com os pés na correnteza, mas isso **se** Frau Herta está longe porque senão ela tem um ataque, nunca vi ninguém com mais medo de se afogar, parece Alice.*

Todas as ocorrências acima estão no presente do indicativo. Entretanto, todas são passíveis de imperfectivização. Nesse sentido, pode-se dizer que a proposta de Costa (1997) de que os verbos com o traço [- durativo] não poderiam ter sua constituição interna ressaltada não se revela pertinente para as construções temporais ora analisadas.

Ao valor habitual, que é expresso por meio das construções temporais com interpretação condicional, outros valores podem ser agregados. Nesses casos, as construções temporais são usadas como uma forma de especificação ou de restrição, e como uma forma de focalização.

Declerck e Reed (2001) chamam as construções de especificação de *case-specifying*, porque o *quando* pode ser interpretado como *em um caso em que* ou *no caso em que*. Foram encontradas no *corpus* várias ocorrências desse tipo de construção:

(72) Política é isso, afinal: a defesa de determinados interesses, de preferência legítimos, o que, no Brasil, já seria um tremendo, formidável progresso. *Mas, **quando** uma determinada política põe praticamente todos os interesses da sociedade organizada de um lado só, convém parar para pensar se não há nela algo de errado, talvez até de muito errado.* (FSP/98)

(72a) *Mas, **se** uma determinada política põe praticamente todos os interesses da sociedade organizada de um lado só, convém parar para pensar se não há nela algo de errado, talvez até de muito errado.*

(72b) *Mas, **no caso em que** uma determinada política põe praticamente todos os interesses da sociedade organizada de um lado só, convém parar para pensar se não há nela algo de errado, talvez até de muito errado.*

(73) Cumpre distinguir, a esse propósito, entre colaboração mútua e ocasional convergência de esforços. *Há colaboração **quando** católicos e comunistas, trabalhando para o mesmo objetivo imediato, se auxiliam uns aos outros, ou, pelo menos, colam temporariamente o fundamental e recíproco antagonismo em que se encontram.* (MA-LO)

(73a) *Há colaboração **se** católicos e comunistas, trabalhando para o mesmo objetivo imediato, se auxiliam uns aos outros, ou, pelo menos, colam temporariamente o fundamental e recíproco antagonismo em que se encontram.*

(73b) *Há colaboração **no caso em que** católicos e comunistas, trabalhando para o mesmo objetivo imediato, se auxiliam uns aos outros, ou, pelo menos, colam temporariamente o fundamental e recíproco antagonismo em que se encontram.*

Pode-se perceber, nessas ocorrências, que a oração-prótase *especifica* o significado da oração-apódose. Na ocorrência (72), o falante diz "convém parar para pensar" em um determinado momento específico, ou seja, "quando uma determinada política põe os interesses de lado". Na ocorrência (73), o falante deixa explícito que "há colaboração" em uma situação específica, "quando católicos e comunistas trabalham para o mesmo objetivo". Assim, pode-se dizer que o fato de a oração-apódose ser ou não verdadeira (ser o caso) depende de a oração-prótase ser ou não verdadeira.



Há um outro tipo de situação de especificação em que as construções temporais podem ser interpretadas como condicionais, a que Declerck e Reed (2001) chamam de *set-restricting*. Nesse caso, a restrição da oração-prótase se dá sobre o subconjunto expresso na oração-apódose, como se pode perceber nas seguintes ocorrências:

(74) A1: (...) E se você continuar metendo o pau no método eu falo com o doutor. Aí você vai ver a bronca que leva. Marido é prá ajuda, não é prá atrapalhar, não... E esse negócio da gente fazê força e vocês lá fora bancando o nervoso, vai acaba também, viu...

J: Calma!... Ufa!... O médico explico porque vocês ficam ranheta?

A1: *Explicou sim. E quando tem marido besta!* (AS-LD)

(74a) J: Calma!... Ufa!... O médico explico porque vocês ficam ranheta?

A1: *Explicou sim. É se tem marido besta!*

(75) O pensamento constitui essa experiência. A idéia que fazemos de alguma coisa, o seu significado, está inextricavelmente ligado à maneira como a vivemos. Percebemos o mundo através de representações - conceitos sobre a ordem e a natureza das coisas. *Quando são articuladas e estruturadas essas representações constituem sistemas.* As religiões são alguns desses sistemas. (ESI-LT)

(75a) *Se são articuladas e estruturadas essas representações constituem sistemas.*

Na ocorrência (74), a oração "quando se tem marido besta" restringe o conjunto de mulheres que ficam ranhetas a um subconjunto, ou seja, a construção implica que as mulheres só ficam ranhetas se têm maridos bestas. Na ocorrência (75) a oração "quando são articuladas e estruturadas" especifica um subconjunto a partir do conjunto de representações que constituem sistemas. Nesses tipos de especificação, a oração-prótase especifica os casos em que a oração apódose pode ser verdadeira restringindo o escopo da predicação da apódose a um subconjunto de um conjunto plural, a que a apódose faz referência ou que nela está implicado (DECLERCK e REED, 2001, p. 49).

As construções temporais também podem ter uma interpretação condicional quando são usadas como focalizadoras. Segundo Declerck e Reed (2001), essas orações diferem das construções temporais canônicas porque não especificam um tempo da oração principal ou o tempo a que essa oração remete, mas expressam o foco do falante em relação a um tempo de avaliação ou de observação, como se pode conferir nas ocorrências seguintes:

(76) O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL - BA) - Senadora Patrícia Saboya, Além de elogiar o seu brilhante depoimento, quero lhe dizer: continue firme. Às vezes, sinto que tem havido razões de desânimo para V. Ex<sup>a</sup>, que tem tido forças para enfrentar o problema. *Quando pensamos em nossos filhos e no que poderá acontecer com eles, só temos o que agradecer.* (PG-LO)

(76a) *Se pensamos em nossos filhos e no que poderá acontecer com eles, só temos o que agradecer.*

(77) Mas, se há uma enorme diferença entre uma ilusão salvacionista e uma realidade que já se cumpre, seria ingênuo acreditar que a relação entre o presidente eleito e a sociedade será menos problemática, que as expectativas estarão a partir de agora acomodadas. Persiste, e é fundamental, uma forte esperança. *Olhá-la de frente é o desafio e a responsabilidade maior do futuro presidente, sobretudo quando se considera que FHC conseguiu eleger-se já no primeiro turno, fato incomum para qualquer democracia que adota o regime de dois turnos.* (FSP/94)

(77a) *Olhá-la de frente é o desafio e a responsabilidade maior do futuro presidente, sobretudo se se considera que FHC conseguiu eleger-se já no primeiro turno, fato incomum para qualquer democracia que adota o regime de dois turnos.*

(78) *Mas essa folgada liderança se mostra bem mais frágil quando se analisa um outro número revelado pela pesquisa: a intenção de voto espontânea.* Nesse tipo de sondagem, em que o eleitor responde em quem votará sem receber nenhuma espécie de estímulo como a cédula eleitoral, Covas despenca para 5%, empatando com Paulo Maluf, que nem mesmo é candidato. (FSP/94)

(78a) *Mas essa folgada liderança se mostra bem mais frágil se se analisa um outro número revelado pela pesquisa: a intenção de voto espontânea.*

Em todas essas ocorrências pode-se perceber que a construção temporal indica um *tempo epistêmico*, em que o falante chega a uma determinada conclusão a partir da sua

avaliação sobre a situação. Na verdade, o tempo nesse tipo de construção diz respeito ao momento em que o falante chega à sua conclusão sobre os eventos que estão sendo postos sob consideração.

Em (76), por exemplo, o falante conclui que "temos que agradecer", no momento em que "pensamos em nossos filhos". E essa avaliação a respeito dos filhos tem relação com a atitude epistêmica do falante, que não está envolvida, diretamente, com o tempo cronológico, mas com o conhecimento desse falante sobre a situação, seu *tempo de julgamento*.

Em (77), o falante diz que "é preciso olhar de frente a relação entre o presidente e a sociedade", principalmente no momento em que se se leva em consideração "que FHC conseguiu eleger-se já no primeiro". Em (78), a "folgada liderança" é vista pelo falante como mais frágil no momento em que se faz uma análise "(d)a intenção de voto espontânea". Pode-se dizer, assim, que nessas ocorrências se especifica o momento em que o falante faz a sua avaliação acerca de uma situação.

Certamente, existe uma relação estreita entre a noção de tempo epistêmico e o uso já mencionado das construções temporais com valor condicional como um recurso argumentativo, porque o falante, ao avaliar uma situação, manifesta sua opinião, expressa seu ponto de vista acerca dessa situação. Nesse sentido, deve-se destacar um fato relevante em relação às construções temporais na literatura jornalística. Mesmo que poucas ocorrências tenham sido encontradas nesse tipo de literatura, todas elas indicam um tempo epistêmico, um fato que poderia ser considerado como característico dos textos jornalísticos como os que se analisa neste trabalho.

## 5 CONCLUSÕES

Neste trabalho, analisou-se a expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil a partir de um ponto de vista funcionalista. Verificou-se que o valor condicional pode ser expresso não apenas por construções condicionais canônicas, que têm a estrutura "*se p, (então) q*", mas por construções aditivas, disjuntivas, justapostas e temporais. Pôde-se perceber que a condicionalidade é expressa por orações tradicionalmente chamadas de coordenadas, sindéticas e assindéticas, e também por orações subordinadas adverbiais temporais. Dessa maneira, é possível afirmar que entre essas construções não há uma separação discreta, de cunho classificatório, que se encontra nas gramáticas normativas de uma maneira geral. Assumiu-se, neste trabalho, que as construções justapostas, aditivas, disjuntivas e temporais compõem, com as construções condicionais, um contínuo, que vai das construções sem conjunção, ou seja, de construções em que não há indicação alguma de que uma interpretação condicional pode ser delas implicada, passando por construções que indicam alternativas condicionadas pela escolha do falante, e por construções que mostram a condicionalidade implicada nas situações eventuais, até chegar às condicionais canônicas.

Imaginava-se, em um primeiro momento, que esse contínuo refletiria um processo de gramaticalização. Supunha-se, então, que as construções condicionais não-canônicas estariam passando por um processo de mudança, uma vez que essas construções, ao serem usadas com valor condicional, tornavam-se mais abstratas. No entanto, percebeu-se que essas construções já vinham sendo usadas com valor condicional desde o latim. Não havia nenhum processo de mudança morfossintática nessas construções, com exceção talvez das construções temporais, que mostrasse que elas estariam se tornando mais gramaticais. De fato, não é mesmo possível

construir, para essas construções, um c/me, já que não se pode dizer qual delas é "mais" ou "menos" condicional.

Apesar de essa hipótese ter sido descartada, não se podia negar que as construções analisadas neste trabalho passavam a veicular conteúdos mais abstratos quando usadas para expressar a condicionalidade. Fazia-se necessário, portanto, explicar de que maneira isso se dava. A explicação parecia estar em tipo de processo que envolve a mudança semântica mas que não implica a gramaticalização, o processo de subjetivização. Por esse processo, há o desenvolvimento de expressões gramaticalmente identificáveis das atitudes e das crenças dos falantes em relação àquilo que diz.

Constatou-se, assim, que a interpretação condicional de construções paratáticas aditivas, disjuntivas e justapostas, e das construções temporais decorre de processos inferenciais, já que nessas construções ocorre um processo de convencionalização de implicaturas conversacionais.

Há a convencionalização de uma inferência de incerteza porque os falantes, ao usarem as construções não-canônicas para expressar um valor condicional, fazem com que essas construções se tornem um meio de manifestar suas suposições e hipóteses acerca das situações envolvidas. Convencionaliza-se, também, a perfeição condicional, e as construções não-canônicas, quando expressam a condicionalidade, podem ser entendidas como as bicondicionais.

Embora muitos dos trabalhos que tratam das construções condicionais considerem que essas construções manifestam a incerteza do ouvinte em relação ao conteúdo proposicional veiculado, a análise das construções não-canônicas mostrou que a incerteza não pode ser

considerada como uma característica definidora de uma construção condicional, mas é inferida conversacionalmente.

Pôde-se perceber que há, nas construções paratáticas condicionais e nas temporal-condicional, um reforço ou aumento da informatividade, uma vez que por meio dessas construções as noções de adição, alternância e tempo, são "enriquecidas" com o valor condicional. Pôde-se sugerir que nesses casos esteja ocorrendo um processo de mudança semântica que é, obviamente, metonímico, já que não há substituição de um valor por outro, mas sim a coexistência de dois ou mais valores. Nesse sentido, pôde-se concluir que os falantes de fato expressam nas construções aditivas, disjuntivas, justapostas e temporais com valor condicional juízos subjetivos acerca dos conteúdos proposicionais nelas veiculados.

No que diz respeito aos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos que licenciam a interpretação condicional das construções paratáticas, foram analisados a ordem de ocorrência das orações que compõem a construção, as funções pragmáticas que a oração-prótase desempenha, as correlações modo-temporais e os tipos de contextos de uso a que elas remetem.

Verificou-se que nas construções paratáticas a ordem das orações, como nas condicionais canônicas, é iconicamente motivada, ou seja, as orações são ordenadas segundo uma relação de causa-efeito. Nesse sentido, conclui-se que a ordem de apresentação das orações que compõem as construções paratáticas se mostra um fator importante na interpretação condicional dessas construções. Percebe-se que as construções paratáticas encontradas no *corpus* têm o mesmo comportamento das condicionais canônicas, dos pontos de vista sintático e pragmático. Os dados revelaram que a escolha pela posposição ou pela

anteposição deixa de ser apenas uma escolha sintática e passa a ter relação com a organização do fluxo informacional.

Além disso, a análise do *corpus* revelou uma vinculação entre as correlações modo-temporais e os tipos de situação em que as construções paratáticas expressam a condicionalidade. Os tempos verbais que se referem ao pós-presente são usados em construções que expressam ameaças, promessas ou recomendações. Os tempos verbais que não se referem ao pós-presente expressam situações habituais ou genéricas.

As construções temporais têm valor condicional quando expressam a habitualidade, que, por sua vez, decorre de um valor aspectual, a duração. Os tempos verbais que mais usados na interpretação habitual ou habitual-iterativa das construções temporal-condicional são o presente e o imperfeito do indicativo. Esses tempos verbais favorecem o imperfectivo, uma vez suas constituições temporais internas são ressaltadas.

Constatou-se, também, que o tipo de estado de coisas usado nas construções temporais não impõe qualquer restrição à manifestação do valor condicional. Foram encontradas no *corpus* ocorrências dos seis tipos de ECs mencionados por Dik (1989), fato que comprova que a noção de duração usada nesta tese não diz respeito à distinção durativo *vs* pontual.

Como foi mostrado por Traugott (1985) para o inglês e por Visconti (2003) para o italiano, também no português as construções temporais recebem uma interpretação condicional quando são usadas com o sentido de "*sempre que*". Acredita-se que as construções com *sempre que* mereçam um estudo mais aprofundado, uma vez que se supõe que essas construções estariam relacionadas à modalidade deôntica, quando usadas como temporais, e à modalidade epistêmica, quando usadas como condicionais. Esse fato seria mais

uma justificativa em favor da análise que se fez nesta tese, de que as construções temporais passam a veicular conteúdos mais subjetivos quando têm uma interpretação condicional.

De fato, constatou-se um uso epistêmico das construções temporais. Nesses casos, a construção temporal não remete ao tempo em que essa construção ocorre, mas ao tempo em que o falante faz sua avaliação a respeito da situação. O falante, então, "manifesta-se" nessa construção, e disso decorre a subjetividade. Além disso, as construções temporais também são usadas com valor condicional quando o falante quer restringir ou especificar uma informação que foi expressa na situação.

As ocorrências de construções temporais com valor condicional foram mais frequentes no *corpus* que as ocorrências de construções paratáticas. Acredita-se que isso decorra do fato de que os textos analisados são textos da modalidade escrita do português. De fato, as ocorrências de construções paratáticas condicionais foram mais recorrentes nos textos da literatura dramática, em que se tem a representação da fala pela escrita. Deve-se ressaltar, entretanto, que nem todo tipo de texto falado favorece a ocorrência de construções paratáticas com valor condicional, uma vez que se constatou que há poucos casos desse tipo de construção nos textos da literatura oratória. Assim, pode-se sugerir que uma análise da fala informal das pessoas, em situações cotidianas, talvez mostrasse a produtividade dessas construções no português do Brasil. É importante acrescentar, ainda, que, embora muitos dos trabalhos que tratam das construções paratáticas condicionais dêem grande ênfase aos seus usos como estratégias comunicativas para expressar promessas e ameaças, esses casos são menos frequentes no *corpus* examinado, fato que pode decorrer, também, dos tipos de textos analisados.



Por fim, vale lembrar que a pesquisa diacrônica pode ser o caminho para muitos pontos deixados em aberto nesta tese, como, por exemplo, o *cline* de gramaticalização das construções temporais, e os usos condicionais do *sempre que*, tarefas que se apresentam para um futuro não muito distante.

## REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Bernadete M., RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.) Gramática do português falado. Novos estudos descritivos. vol.VTÍI. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- AKATSUKA, Noriko. Conditionals and the epistemic scale. *Language*. v. 61 (3), p. 625-639, 1985.
- AKATSUKA, Noriko. Conditionals are discourse bound. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 333-351, 1986.
- ALI, Manoel Said. Gramática histórica da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1964, 375p.
- ANTÔNIO, Juliano Desiderato. Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português. 2004, 248f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.
- ATHANASIADOU, Angeliki, DIRVEN, René. (Eds.) *On conditionals again*. Amsterdam: John Benjamins, Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series IV: Current Issues in Linguistic Theory, v. 143, 1997. 418p.
- AUVVERA, Jan van der. Conditionals and speech acts. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 197-213, 1986.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. v. 1. Paris: Gallimard, 1966. 356 p.
- BOOGAART, Rony. From directive to conditional. Trabalho apresentado. FITIGRA - From Ideational to interpersonal: perspectives from grammaticalization. Leuven - Bélgica, 2005.

BOOGAART, Ronny, TRNAVAC, Radoslava. Conditional Imperatives in Dutch and Russian. In: CORNIPS, Leonie e DOETJES Jenny (Eds.). *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 25-35, 2004.

BRAGA, Maria Luíza. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça, (org.) *Gramática do português falado. Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, v. VI, p. 231-251, 1996.

BRAGA, Maria Luíza. As orações de tempo sob uma perspectiva funcionalista. In: ALVES, Ieda Maria, GOLDSTEIN, Norma, RODRIGUES, Angela, (orgs.) *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, p. 97-108, 1998.

BRAGA, Maria Luíza. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (Org.) *Gramática do português falado. Novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, p. 443-459, 1999.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica. Ciência das significações*. Tradução de Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC/Campinas: Pontes, 1992. 223p. Título original: *Essai de sémantique. Science des significations*.

CAMACHO, Roberto Gomes. As construções aditivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) *Gramática do português falado. Novos estudos. Vol. VII*. São Paulo/Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, p. 351-405, 1999.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *A estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1986. 124p.

CASTILHO, Ataliba. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete M., RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.) *Gramática do português falado. Novos estudos descritivos, vol. VIII*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 83-121, 2002.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. 141p.

COMRIE, Bernard. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs. et al. (Eds.). On conditionals. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-101, 1986.

COROA, Maria Luíza Monteiro Salles. Tempo e temporalidade na língua. 1998, 269f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1998.

COSTA, Sônia Bastos Borba. O aspecto em português. São Paulo: Contexto, 1997. 102p.

COUPER-KUHLEN, Elizabeth, KORTMANN, Bernd (Eds). Cause, concession, contrast, condition. Cognitive and discourse perspectives. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. 475p.

CRISTOFARO, Sônia. Grammaticalization and clause linkage strategies. A typological approach with particular reference to Ancient Greek. In: RAMAT, Anna, HOPPER, Paul. (Eds). The limits of grammaticalization. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 159-187, 1998.

CULICOVER, Peter, JACKENDOFF, Ray. Semantic subordination despite syntactic coordination. *Linguistic Inquiry*. n. 28, p. 195-271, 1997.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DANCYGIER, Barbara. Interpreting conditionals: time knowledge, and causation. *Journal of Pragmatics*. n. 19, p. 403-434, 1993.

DANCYGIER, Barbara. Conditionals and prediction. Time, knowledge and causation in conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 87, 1998. 214p.

DANCYGIER, Barbara, SWEETSER, Eve. Constructions with *if*, *since* and *because*: causality, epistemic stance and clause order. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth, KORTMANN, Bernd (Eds). Cause, concession, contrast, condition. Cognitive and discourse perspectives. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 111-142, 2000.

DAVIES, Eirlys. Some restrictions on conditional imperatives. *Linguistics*. n. 17, 1979, p. 1039-1054.

DECAT, Maria Beatriz do Nascimento. "Leite com manga morre": da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993, 285f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DECLERCK, Renaat. When-clauses and temporal structures. London/New York: Routledge, 1997, 283p.

DECLERCK, Renaat, REED, Susan. Conditionals: a comprehensive empirical analysis. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001, 536p.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa/Livraria Clássica Editora, 3ª edição, 1954, 374p.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. Part 1. Dordrecht: Foris, 1989, 433p.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. Part 2. Berlin: Walter de Gruyter, 1997, 477p.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. Dizer e não dizer. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977. 331 p. Título original: *Dire et ne pas dire*. *Principes de sémantique linguistique*.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer*. Leis lógicas e leis argumentativas. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981. 264 p. Título original: *La preuve et le dire*.

FILLENBAUM, Samuel. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs. et al. (Eds.). On conditionals. Cambridge: Cambridge University Press, p. 179-195, 1986.

FREGE, Gottlob. Lógica e filosofia da linguagem. Tradução e organização de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978. 157p.

GÉIS, Michael e ZWICKY, Arnold. On invited inference. *Linguistic Inquiry*. v. 2, n. 4, 1971, p. 561-566.

GIVÓN, Talmy. On understanding grammar. New York: Academic Press, 1979.

HAIMAN, John. Conditionals are topics. *Language*. v. 54, 1978, p. 565-589.

HAIMAN, John. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*. n. 56, 1980, p. 515-540.

HAIMAN, John. Paratatic if-clauses. *Journal of Pragmatics*. n. 7, 1983, p. 263-281.

HAIMAN, John. Constraints in the form and meaning of the protasis. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) On conditionals. Cambridge: Cambridge University Press, p.215-227, 1986.

HAIMAN, John, THOMPSON, Sandra. (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. 433p.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HARRIS, Martin. The historical development of si-clauses in Romance. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) On conditionals. Cambridge: Cambridge University Press, p. 265-284, 1986.

HATTNER, Marize Mattos Dall'Aglio et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). Descrição do português. Definindo rumos de pesquisa. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 103-143, 2001.

HEINE, Bernard et al. Grammaticalization: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 318p.

HENGVELD, Kees. Adverbial Clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, Jan van der (Ed.) Adverbial constructions in the languages of Europe. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 335-419, 1998.

HERRING, Susan C. The grammaticalization of rhetorical questions in Tamil. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs e HEINE, Bernard. (Eds.) Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, p. 253-284, 1991, v. 1.

HIRATA, Flávia Bezerra de Menezes. A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil. 1999, 231f. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de Concentração: Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. Orações condicionais: contínuo semântico-pragmático. Estudos linguísticos, v. 30. Marília: 2001. Meio digital.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs e HEINE, Bernard. (Eds.) Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, v. 1, p. 17-35, 1991.

HOPPER, Paul, TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 256p.

KÖNIG, Ekkehard. Conditionals, concessive conditionals and concessives: áreas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) On conditionals. Cambridge: Cambridge University Press, p. 229-246, 1986.

KÓNIG, Ekkehard, AUWERA, Jan van der. Clause integration in German and Dutch. conditionals, concessive conditionals and concessives. In: HAIMAN, John, THOMPSON, Sandra. (Eds.) Clause combining in grammar and discourse. Amsterdam: John Benjamins, p. 101-133, 1988.

LAKOFF, Robin. Ifs, and's, and bufs about conjunction. In: FILLMORE, Charles e LANGENDOEN, Terence (Eds). Studies in linguistic semantics. New York: Rinehart and Winston, p. 114-149, 1971.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John, THOMPSON, Sandra. (Eds.) Clause combining in grammar and discourse. Amsterdam: John Benjamins, p. 181-225, 1988.

LEUSCHNER, Torsten, VAN den NEST, Daan. *Should conditionals be emergent...* Asyndetic subordination in English and German as a challenge to grammaticalization research. Trabalho apresentado. FITIGRA - From Ideational to interpersonal: perspectives from grammaticalization. Leuven - Bélgica, 2005.

LEVINSON, Stephen. Three levels of meaning. In: PALMER, F. R. (Ed.) Grammar and meaning. Cambridge: Cambridge University Press, p. 90-115, 1995.

LYONS, John. Semântica. Tradução de Wanda Ramos. v.1. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977. 300p. Título original: Semantics.

LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva, Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional, EDUSP, 1979. 545p. Título original: Introduction to theoretical linguistics.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 1989.

MATTHIESSEN, Christian, THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, John, THOMPSON, Sandra (Eds.) Clause combining in grammar and discourse. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329, 1988.



MAZZOLENI, Marco. The pragmantax of some Italian conditionals. *Journal of Pragmatics*. v. 21, 1994, p. 123-140.

MORTARI, César. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 393p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português falado. Novos estudos. Vol. VII. São Paulo/Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. 752p.*

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 1037p.

NEVES, Maria Helena de Moura. O tratamento da articulação de orações. In:\_\_\_\_\_. (Org.). *Descrição do português. Definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 55-66, 2001a.

NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Descrição do português. Definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001b. 184 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos escolar*. Em preparação.

NEVES, Maria Helena de Moura, BRAGA, Maria Luíza. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *DELTA*, vol. 14, no.sp., 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 10/07/2001.

ORLANDINI, Anna. Disjonction et négation em Latin. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*. v. 96 (1), p. 147-167, 1996.

PEZATTI, Erotilde. Goreti. Estruturas coordenadas alternativas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). Gramática do português falado. Novos estudos. Vol. VII. São Paulo/Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, p. 407-441, 1999.

QUINTERO, Maria Jesus Pérez. Adverbial subordination in Functional Grammar: state of the art and prospects. *Revista Canária de Estudos Ingleses*, n. 40, p. 259-278, 2000.

REILLY, Judy Snitzer. The acquisition of temporal and conditionals. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 309-331, 1986.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, 553p.

SAED ALI, Manoel. Gramática histórica da língua portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 375p.

SCHWENTER, Scott. The pragmatics of conditional marking. Implicature, scalarity and exclusivity. New York/London: Garland Publishing, 1999. 265p.

SOUSA, Gisele Cássia. *Se tempo fosse condição...: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro*. 2003, 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto.

SOUZA, Maria Sueli Crocce. A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista. 1996, 208f. Tese (Doutorado em Letras - Área de Concentração: Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

STEIN, Dieter, WRIGHT, Susan. (Eds.) *Subjectivity and subjectivisation. Linguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press. 230 p.

SWEETSER, Eve. From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 174p.

THUMM, Markus. The contextualization of paratactic conditionals. *Interaction and linguistic structures/InLiSt.* n. 20, 2000.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Conditional markers. In: HAIMAN, John. (ed.) *Iconicity in syntax.* Amsterdam: John Benjamins, p. 289-307, 1985.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs et al. (Eds.) *On conditionals.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 383p.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n. 1, p. 31-55, 1989.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Subjectification in grammaticalisation. In: STEIN, Dieter, VVRIGHT, Susan. (Eds.) *Subjectivity and subjectivisation. Linguistic perspectives.* Cambridge: Cambridge University Press, p. 31-54, 1995.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. From etymology to historical pragmatics. In: MTNKOVA, Donka and STOCKWELL, Robert (Eds). *Studies in the history of the English language: A Millennial Perspective.* Berlin: Mouton de Gruyter, p. 19-49, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernard. (Eds.) *Approaches to grammaticalization.* Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.1 e 2. 360 p.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs e HEINE, Bernard. (Eds.) *Approaches to grammaticalization.* Amsterdam: John Benjamins, p. 189-217, 1991, v. 2.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in semantic change.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 362 p.

TUGENDHAT, Erast, WOLF, Ursula. *Propedêutica lógica-semântica.* Tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 1997. 21 lp. Título original: *Logisch-semantische Propädeutik.*

TUTESCU, Mariane. L'enoncé conditionnel roman: continuité et innovation. R. R. L., v. 35, 1990, p. 383-388.

VASCONCELOS, Carolina Michàelis de. Lições de filologia portuguesa. Lisboa: Editorial Império/ Edição da Revista de Portugal - série A - Língua Portuguesa, 1946,429p.

VISCONTI, Jacqueline. I connettivi condizionali complessi in italiano e in inglese. Uno estúdio contrastivo. Torino: Edizione dell'Orso, 2000. 265p.

VISCONTI, Jacqueline. From temporal to conditional: Italian *qualora* vs. English *whenever*. In: JASZCZOLT, Katarzyna e TURNER, Ken (Eds.) Meaning through language contrast. Amsterdam/Pholaelphia: John Benjamins, p. 23-50,2003.

ZAMPRONEO, Silvana. A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo. 1998, 250f. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de Concentração: Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

**ANEXO - OBRAS ANALISADAS**

## Literatura Oratória - LO

AM - Discurso de Posse de Ana Maria Machado - Academia Brasileira de Letras - 29/08/2003 - [vfvww.academia.org.br](http://vfvww.academia.org.br)

CHC - Discurso de Posse de Carlos Heitor Cony - Academia Brasileira de Letras - 31/05/2000 - [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)

FER - Discurso de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso - 01/01/1995

G - Discurso de Posse do Presidente João Goulart - 07/07/1961

JK - Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira na inauguração do primeiro grupo industrial da Companhia Nacional de Alcalis. - 03/01/1958

MA - Carta Pastoral de D. Antônio de C. Mayer - Bispo Diocesano de Campos - 1976

ME - General Emílio Garratazu Mediei - Discurso "Ojogo da verdade" - 1973

MERC - Senador Aloísio Mercandante - Discurso no Senado Federal - 30/10/2004  
[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

MT - Deputado Federal Michel Temer - Discurso na Câmara dos Deputados - 27/04/2004  
[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

PG - Senadora Patrícia Saboya Gomes - Discurso no Senado Federal - 25/09/2003  
[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

RF - Deputado Federal Roberto Freire - Discurso na Câmara dos Deputados - 10/09/2003  
[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

SI - Deputado Federal Pedro Simon - 20/01/1993

### Literatura Dramática

AS - A Semente - Peça teatral de Gianfrancesco Guarnieri - 1961

C - Calabar - Peça teatral de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra - 1973

FEL - Felicidade - Novela da Rede Globo - Manoel Carlos - 1991

GE - A grande estiagem - Peça teatral de Isaac Gondim Filho - 1953

MO - A moratória - Peça teatral de Aluísio Jorge Andrade - 1955

PD - Pedra sobre pedra - Novela da Rede Globo - Aguinaldo Silva e Ana M. Moretzsohn - 1992

PM - Pedro Mico, Zumbi do Catacumba - Peça teatral de Antônio Callado - 1957

SM - Santa Marta Fabril S/A - Abílio Pereira De Almeida - 1973

### Literatura Romanesca

AGO - Agosto - Rubem Fonseca - 1990

CL - O coronel e o lobisomem - José Cândido de Carvalho - 1964

CP - Ciranda de Pedra - Lygia Fagundes Telles - 1954

MEC - Memórias do cárcere - Graciliano Ramos

REL - Relato de um certo oriente - Milton Hatoum - 1989

TEMPOV - O tempo e o vento - Érico Veríssimo - 1951

## Literatura Técnica

ALQ - O que é alquimia? - Jorge Machado - Editora Brasiliense, 1991

AQT - O que é arquitetura? - Carlos A. C. Lemos - Editora Brasiliense, 1994

BUD - O que é budismo? - Antônio Carlos Rocha - Editora Brasiliense, 1988

ESI - O que é espiritismo? - Roque Jacintho - Editora Brasiliense, 1987

PS - O que psicanálise? - Oscar Cesarotto e Márcio Peter de Souza Leite - Editora Brasiliense, 1983

ZO - O que é zoologia? - Francis Dov Por e Maria S. de A. P. Por - Editora Brasiliense, 1989

## Literatura Jornalística (Folha de São Paulo)

Artigos de opinião publicados entre 1994 e 1999:

Articelistas:

Clóvis Rossi

Eliane Cantanhêde

Marcelo Beraba

Otávio Frias Filho